



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**PRISCILLA BRANDÃO DE MEDEIROS**

**A INSERÇÃO DE MULHERES EM POSTOS DE TRABALHO MARCADOS  
PELA LÓGICA MASCULINIZANTE: uma análise com as mototaxistas de  
Caicó/RN**

**Campina Grande – PB  
2015**

**PRISCILLA BRANDÃO DE MEDEIROS**

**A INSERÇÃO DE MULHERES EM POSTOS DE TRABALHO MARCADOS  
PELA LÓGICA MASCULINIZANTE: uma análise com as mototaxistas de  
Caicó/RN**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr Edil Ferreira da Silva

**Campina Grande – PB  
2015**



É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M488b Medeiros, Priscilla Brandão de  
A inserção de mulheres em postos de trabalho marcados pela  
lógica masculinizante: uma análise com as mototaxistas de  
Caicó/RN [manuscrito] / Priscilla Brandão De Medeiros. - 2015.  
196 p. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade  
Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015.  
"Orientação: Prof. Dr. Edil Ferreira da Silva, Serviço Social".

1. Divisão sexual do trabalho. 2. Mercado de trabalho. 3.  
Mercado informal. 4. Mulher. I. Título.

21. ed. CDD 361.4

PRISCILLA BRANDÃO DE MEDEIROS

**A INSERÇÃO DE MULHERES EM POSTOS DE TRABALHO MARCADOS  
PELA LÓGICA MASCULINIZANTE: uma análise com as mototaxistas de  
Caicó/RN**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Defesa realizada em: 10/09/2015.

**BANCA EXAMINADORA**



---

**Prof. Dr. Edil Ferreira da Silva**  
**Universidade Estadual da Paraíba – UEPB**  
**Orientador**



---

**Profª Drª Moema Amélia Serpa Souza**  
**Universidade Estadual da Paraíba – UEPB**  
**Examinadora Interna**



---

**Profª Drª Mirla Cisne Álvaro**  
**Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN**  
**Examinadora Externa**

Campina Grande - PB  
2015

*“- Ela é tão livre que um dia será presa.  
- Presa por quê?  
- Por excesso de liberdade.  
- Mas essa liberdade é inocente?  
- É. Até mesmo ingênua.  
- Então por que a prisão?  
- Porque a liberdade ofende”.*

*Clarice Lispector*

## **Agradecimentos**

O momento em que vivencio agora é repleto de agradecimentos dos quais eu inicio agradecendo Aquele que compreendo como a minha força maior: meu Deus e Senhor. Obrigada pelas energias depositadas para cada amanhecer e anoitecer. O sol e a lua emanaram raios que faziam de mim um ser mais forte quando, por muitas vezes, acreditava não conseguir! Mas tu és maior e, de uma forma abstrata, fez com que hoje essas palavras pudessem ser a concretização de um sonho.

Aos meus pais deu dom da vida. Ao meu pai, Josimar Brandão, o agradecimento por ter feito de mim uma pessoa que luta e que pauta o cotidiano em ares mais cheios de vida. Obrigada pelos ensinamentos diários, pela presença mesmo distante, pelo compartilhamento de sonhos, pela certeza de amor maior que sentes por mim e minha irmã, por ser pai, minha cópia fiel. A minha mãe, Marinalva Brandão, por em seu ventre ter me gerado, por ter emprestado seu corpo para que a vida eu pudesse saber o que é. Por cada dia dedicado a nossa educação, pelos esforços cotidianos para ver a mim e minha irmã como pessoas dispostas a encarar os raios de sol, as tempestades. A vocês muito obrigada!

A minha irmã, Patrícia Brandão, que divide comigo o único laço de irmandade da união de nossos pais. A água e o vinho, uma vez que tão diferentes somos, mas que a diferença é primordial para nos complementar. A ti agradeço fielmente pela paciência, pela atenção a cada favor pedido e a certeza de amor sincero que temos.

A família Medeiros, especialmente minha amada e inesquecível vovó Mocinha pela certeza de amor mais puro que tive a oportunidade de conviver. A certeza de amor que sinto por ti, Vovó, é o alimento que me faz ser o que sou. A meu avô Assis, aos meus tios e tias, aos primos e primas. Obrigada por vocês terem acreditado e dividido comigo esse sonho.

A família Brandão, aqui no nome da vó Josefa. Você que não teve a oportunidade de está comigo hoje para visualizar, fisicamente, essa conquista, pois o Senhor chamou-lhe para compor o cenário dos anjos. De ti eu guardo a imagem da mulher forte, guerreira, que numa época em que a sociedade

tratava de secundarizar ainda mais as mulheres, a senhora era dona de um perfil contrário aos modelos sociais. Obrigada pelos ensinamentos. Agradeço a todos os tios e tias, primos e primas. Obrigada pelas risadas e momentos de descontração.

A Mirla Cisne por ter acreditado em mim ainda lá nos anos de 2006 e pelo incentivo constante nos estudos acerca da divisão sexual do trabalho. Saiba que tu és a grande responsável por hoje eu aqui estar. Foi por ver em ti o exemplo de profissional ética, comprometida com os pilares da nossa profissão que decidi galgar os caminhos da pesquisa.

A Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, aqui em nome do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, pela atenção e compromisso assumido com a formação profissional crítica, política e pautada na emancipação humana.

Ao corpo docente do PPGSS/UEPB: Sheyla Suely, Alômia, Moema Serpa, Edil Ferreira, Idalina, Patrícia, Telma, Jordeana pela dedicação prestada para esse projeto o qual teve a turma 2013 como a pioneira. Obrigada pelos ares de luta que fortalecia nosso cotidiano. Obrigada pelos dias e horas voltados para construção desse projeto. Obrigada pelos ensinamentos.

A professora Jordeana Davi. Agradeço pelas vezes que agarrastes minhas inquietações e ter se doado para a concretização de momentos que culminaram em alegria pessoal e profissional.

A Joelma eu deixo um obrigada para além da excelente execução e responsabilidade que presta e desenvolve seu trabalho, mas também, pelos risos soltos quando sobrava um tempinho e trocávamos conversas.

A meu orientador, Edil Ferreira da Silva, que pacientemente orientou-me durante toda caminhada de construção desse trabalho. Senti seu compromisso e a responsabilidade que havia diante de mim quando ainda no período de greve teve a atenção de me ligar e já orientar algumas leituras. Obrigada por não ter desistido de mim e por fazer-me enxergar forças e sabedoria nos momentos em que pensei não existir mais. Levarei a marca de sua ética e responsabilidade como produto desse tempo dividindo angústias e prazeres contigo.

A professora e amiga, Moema Serpa, pelas construções críticas, por ter sido através de ti a nossa primeira aproximação com o PPGSS/UEPB. Por tão

brilantemente construir, dividir, somar e multiplicar conhecimentos de uma forma humilde e excepcional. Sou grata por cada palavra de orientação, por cada empréstimo de livro e por ter aceitado colaborar com a construção da nossa pesquisa.

A turma pioneira no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da UEPB (2013), divido aqui a alegria de concretização desse sonho. Sonho este que até então víamos como uma utopia e que se tornou concreto mediante nossa força e coragem de lutar. Somos 13 (treze) pessoas com personalidades, estilos, formas de pensar, cotidianos ímpares, mas que juntas formamos um todo composto e caracterizado por um único desejo: VENCER. E vencemos.

Não poderia aqui deixar de falar das duas companheiras que esse programa me presenteou: Mary Alves e Karol Gemana. À vocês, meu muito obrigada por ter somado uma amizade sincera, colorida, divertida e responsável. A saudade já habita em mim dos momentos de descontração e estudos que vivenciamos juntas. Levarei cada gesto, cada abraço, cada riso, cada choro, cada ideia construída aqui em minhas lembranças como um tempo que não voltará, mas que deixou suas marcas para todo sempre. Amo vocês!

A Poly e Cláudio e Rycaeli e Raíssa que me acolheram tantas vezes em sua residência com atenção e carinho. Muito obrigada por ter aberto as portas da vida de vocês e sua casa para me acomodar nas vezes que necessário foram.

A amiga Maiara Jully, ou “Neginha” como a chamo, por ter dividido comigo os primeiros meses de moradia em Campina Grande. Obrigada pelos momentos que passamos juntas, mesmo os mais temerosos.

Aos colegas que compõe o CRAS/ “Dona Vicência”, meu obrigada por toda compreensão sempre prestada. Mesmo tendo ficado meses afastada, vocês se faziam presentes com atitudes que direcionavam a isso.

Agradeço a SEMTHAS – Caicó/RN na pessoa de Janaína Uchôa que esteve aberta para compreender as particularidades que envolvia a trajetória em que vivenciei. A você, meu muito obrigada!

As colegas que compõe o corpo docente da FCST, eu agradeço o carinho.

Aos amigos/as Ana, Ozeane e Keila que sempre estiveram ao lado em todos os momentos, seja de alegria, seja de tristeza, seja de desânimo ou mesmo para encorajar a trilhar outros vãos. Obrigada por terem me feito ri, quando eu quis chorar. Obrigada pela certeza da amizade sincera de vocês.

Aos amigos/as da “Turma do Recreio”, meu obrigada pela amizade construída meio aos entraves de lutas da greve de nível superior de Caicó/RN e, para além das nossas conquistas trabalhistas, conquistamos um laço saudável de companheirismo que só se fortalece a cada dia. Obrigada Kledna, Saiô, Rebeca, Rafael, Edson e agora Karyelo.

Aos “meus/minhas” alunos/as que são a força a impulsionar a não desistir de lutar e de ter a certeza do prazer pela pesquisa.

Aos funcionários/as da EMATER – Caicó/RN que me prestaram informações, especialmente, a Rubens Ubirajara que, gentilmente, me auxiliou na elaboração dos gráficos.

Aos funcionários/as do Setor de Transporte de Caicó/RN pela atenção a cada informação prestada.

Ao aluno e amigo Isaac Alexandre pelo apoio sempre que precisei e que não foi medido esforço para atender-me. Muito obrigada! Serei eternamente grata.

A amiga e companheira de categoria e luta, Raphaela Cristiny. Rapha, muito obrigada pela atenção, momentos de descontração e amizade durante essa trajetória. Sempre entendendo-me, por vezes, até mais do que eu.

Ao meu companheiro, Carlos Henrique, por ter vivido os momentos finais dessa luta.

Ao Sr. Antônio, presidente da Cooperativa dos/as Mototaxistas de Caicó/RN que cedeu algumas horas de seu tempo de trabalho para detalhar-me sobre a referida entidade.

Por fim, a cada mototaxista que tive o prazer de dialogar e construir esse trabalho. A vocês os meus mais sinceros OBRIGADA por terem, cada qual com sua estratégia, sentado e conversado comigo sobre os aspectos que envolvem desde a particularidade de suas vidas até o cotidiano de trabalho. Sem o desfrutar desses momentos esse trabalho não teria o resultado aqui concretizado.

A todos/as que direta e indiretamente contribuíram e somaram para que hoje esse sonho se tornasse realidade. Obrigada aos amigos/as, familiares, instituições, professores e mototaxistas.

MEDEIROS, P. B. A inserção de mulheres em postos de trabalho marcados pela lógica masculinizante: uma análise com as mototaxistas de Caicó/RN. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande. 2015.195 p.

## RESUMO

As transformações no mundo do trabalho impactam significativamente na inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, historicamente, há uma nítida e tradicional segregação quanto aos postos e condições de trabalho apresentadas aos homens e às mulheres, mostrando, assim, uma desigualdade quanto às relações de gênero no que tange à ocupação dentro do universo do trabalho. No caso do Brasil, o aumento do emprego feminino ocorreu mais no trabalho informal. Neste contexto esta pesquisa objetiva entender como a divisão sexual do trabalho se configura no trabalho das mulheres mototaxistas em Caicó/RN. Apesar de várias pesquisas destacarem temáticas diversas acerca dos mototaxistas, evidencia-se uma lacuna nesta produção científica no que tange ao debate acerca de ser este um tipo de trabalho masculinizado. Esta pesquisa se justifica por esta demanda de produção científica acerca da divisão sexual do trabalho que se constitui entre os/as mototaxistas na cidade de Caicó/RN. É uma pesquisa de cunho quali-quantitativa. Para coleta de dados foram usadas as técnicas de observação não participante, entrevistas individuais e aplicação de questionário. A pesquisa foi realizada nas “praças” de mototaxistas de Caicó/RN e envolveu sete mulheres mototaxistas. Os resultados mostraram que a profissão de mototaxista na cidade de Caicó/RN remonta ao ano de 1998. Organiza-se em um espaço, denominado por eles (as) de “praça”, o qual se agrupam a espera dos/as passageiros/as. O preço da “corrida” custa, hoje, R\$ 3,00 (três reais) para os lugares mais centrais. No turno da noite, esse valor é acrescido para R\$ 4,00 (quatro reais). Os dados evidenciaram que as mototaxistas sofrem preconceitos por atuarem em um ramo trabalhista não caracterizado para mulheres, com nuances que envolve marcas do preconceito em relação à orientação sexual das mesmas, uma vez que essa inserção afeta, no discurso social, a heteronormatividade obrigatória. Os dados mostram a precarização nas relações e condições de trabalho, uma vez que essas mulheres mototaxista não dispõem de instrumentos de segurança, assim como, por ser um ramo informal, há a falta do acesso aos direitos sociais e trabalhistas. A divisão sexual do trabalho se configura em diversos aspectos do trabalho e da vida pessoal das mototaxistas: as mulheres tem uma renda diária, semanal e mensal menor que dos homens; em sua maioria nas corridas são preteridas em relação aos homens, salvo quando os passageiros são mulheres e crianças; jornada de trabalho intensificada, pois além da realização do trabalho na esfera produtiva, essas mulheres continuam sendo as responsáveis pelas atribuições domésticas e cuidados com os/as filhos/as e parentes (mãe, por exemplo). Os dados da pesquisa mostram que as mototaxistas são mulheres que tem um



nível de qualificação considerável, porém não se envolvem nas questões políticas da região, nem participam da organização coletiva deste segmento profissional. Esperamos que os resultados e a discussão encetados nesta dissertação possam contribuir para desenvolver e potencializar a visão crítica, política e reflexiva das mulheres mototaxistas da cidade de Caicó/RN. Esperamos, ainda, que estes resultados da pesquisa possam contribuir para a luta das mulheres pelo fim das desigualdades no espaço público e privado.

Palavras chave: divisão sexual do trabalho; mulher; informal.

MEDEIROS, P. B. A inserção de mulheres em postos de trabalho marcados pela lógica masculinizante: uma análise com as mototaxistas de Caicó/RN. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande. 2015.195 p.

### **ABSTRACT**

The changes in the labor market impact significantly on the inclusion of men and women in the labor market. However, historically, there is a distinct and traditional segregation as to the posts and working conditions presented to men and women, showing thus an inequality regarding gender relations in regard to the occupation within the world of work. In Brazil, the increase in female employment occurred more in informal work. In this context, this research aims to understand how the sexual division of labor takes shape in the work of women motorcycle taxi drivers in Caico / RN. Although several research themes stand out about several motorcycle taxi drivers, a gap is evident in this scientific production in relation to the debate about being this kind of masculine work. This research is justified by this scientific output demands about the sexual division of labor that is among / the motorcycle taxi drivers in the city of Caico / RN. It is a qualitative and quantitative nature of research. For data collection were used non-participant observation techniques, individual interviews and questionnaire. The survey was conducted in "squares" of motorcycle taxi drivers Caico / RN and involved seven women motorcycle taxi drivers. The results showed that the mototaxi driver profession in the city of Caico / RN dates back to 1998. It is organized in a space called by them (as) to "square", which are grouped to expect from / passenger / as . The price of "race" costs today R \$ 3.00 (three reais) for the most central places. The night shift, this value is increased to R \$ 4.00 (four reais). The data showed that the motorcycle taxi drivers suffer prejudice for acting on a Labour branch not featured for women with nuances involving prejudice marks in relation to sexual orientation the same, since this insertion affect in social discourse, mandatory heteronormativity. The data show the precariousness of relations and working conditions, since these women do not have mototaxi driver safety instruments and, as an informal sector, there is a lack of access to social and labor rights. The sexual division of labor is configured in various aspects of work and personal life of motorcycle taxi drivers: women have a daily income, the lower weekly and monthly that of men; mostly in the races are crowded than men, unless the passengers are women and children; workday intensified because in addition to the completion of labor in the production sphere, these women are still responsible for household duties and care of / the children / relatives (mother, for example). The survey data show that the motorcycle taxi drivers are women who have considerable skill level, but do not get involved in political issues in the region, not participate in the collective organization of this business segment. We hope that the results and the discussion initiated in this

work can help to develop and enhance critical vision, policy and reflective of women motorcycle taxi drivers in the city of Caico / RN. We hope also that these research results may contribute to women's struggle for an end to inequalities in public and private space.

Key words: sexual division of labor; woman; informal.

## LISTA DE SIGLAS

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CGT – *Confédération générale du travail*

CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte

EPI – Equipamentos de proteção Individual

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFRN – Instituto Federal de Tecnologia e Ciência do Rio Grande do Norte

MTX - Mototaxista

NEM – Núcleo de Estudos da Mulher “Simone de Beauvoir”

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

UERN – Unviversidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## LISTAS DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 01</b> Idade das mulheres mototaxistas na cidade de Caicó/RN .....	134
<b>GRÁFICO 02</b> Escolaridade das mulheres mototaxistas de Caicó/RN.....	135
<b>GRÁFICO 03</b> Relação da remuneração das mulheres mototaxistas de Caicó/RN.....	165
<b>GRÁFICO 04</b> Análise da execução das atribuições domésticas pelas mototaxistas de Caicó/RN .....	167

## SUMÁRIO

<b>1 Introdução .....</b>	<b>16</b>
<b>Capítulo 2 As relações sociais de gênero na sociedade patriarcal-capitalista: uma análise sobre a divisão sexual do trabalho .....</b>	<b>27</b>
2.1 Relações sociais de gênero: o patriarcado como sistema de poder.....	28
2.2 As marcas da exploração e precarização do trabalho das mulheres: a divisão sexual do trabalho em debate .....	42
2.3 A construção social das relações de gênero: o capital e a apropriação do trabalho das mulheres.....	58
<b>Capítulo 3 Trabalho informal: um espaço privilegiado das mulheres? .....</b>	<b>81</b>
3.1 O mundo do trabalho: uma análise acerca dos entornos da precarização do trabalho na contemporaneidade .....	82
3.2 A funcionalidade do trabalho informal para o capital: análises e implicações .....	98
3.3 A feminização do mercado informal: inserção precarizada e desigual .....	107
<b>Capítulo 4 Procedimentos Metodológicos .....</b>	<b>116</b>
4.1 O lócus da pesquisa - A capital do Seridó norte-rio-grandense: Caicó para além da aparência .....	117
4.2. As participantes da pesquisa .....	119
4.3. Procedimentos de coleta de dados .....	120
4.4 Instrumentos de coleta de dados .....	122
4.4.1 Observação não participante .....	122
4.4.2 Questionário .....	123
4.4.3 Entrevista semi estruturada .....	123
<b>Capítulo 5 Resultado da Pesquisa - Mulheres mototaxistas em Caicó/RN: uma realidade a ser desvelada .....</b>	<b>124</b>
5.1 A emergência de uma atividade profissional ou ocupação precária? O surgimento dos/as mototaxistas .....	125
5.1.1 A legislação sobre o setor: os marcos da legalização da atividade de mototaxista.....	127
5.1.2 Processo e organização do trabalho dos mototaxistas.....	129
5.2 O perfil das mulheres mototaxistas de Caicó/RN.....	134
5.3 Caracterização do trabalho dos/as mototaxistas em Caicó/RN: autonomia ou precarização?.....	141
5.3.1 Elementos que afetam o trabalho das mototaxistas.....	153
5.3.2 As relações sociais de trabalho e gênero das mototaxistas com os/as clientes/passageiros/as e com os mototaxistas.....	159
5.3.2.1 As relações de trabalho nas “praças” de mototáxis em Caicó/RN.....	163

5.3.2.2 A remuneração das mototaxistas: marca da divisão sexual do trabalho em Caicó/RN.....	166
5.4 A divisão do trabalho doméstico das mototaxistas de Caicó/RN: evidências da divisão sexual do trabalho.....	168
5.4.1 A divisão do trabalho de manutenção das “praças” entre os/as mototaxistas: aspectos da divisão sexual nos espaços de trabalho.....	169
5.5 A organização política das mulheres mototaxistas em Caicó/RN.....	170
<b>6 Considerações finais .....</b>	<b>176</b>
<b>Referências .....</b>	<b>181</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>190</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>194</b>





## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa ora desenvolvida pautou-se, inicialmente, pelo interesse em entender como se constitui a divisão sexual do trabalho no cotidiano das mototaxistas na cidade de Caicó/RN, a partir da compreensão dessa modalidade específica de trabalho em uma cidade do interior do Nordeste, com características marcadamente patriarcais, coronelistas e com desenvolvimento econômico incipiente. Assim como delimitar como se dão as relações de trabalho desses sujeitos, que estão inseridos em um ramo de trabalho característico da informalidade, marcam os interesses desse estudo. O estudo justifica-se, também, pela inquietação por compreender o contexto de vida dessas mulheres em sua esfera produtiva e reprodutiva, visto que o trabalho doméstico é uma marca histórica atribuída às mulheres.

O estudo justifica-se, ainda, pelo interesse da pesquisadora pelo tema. Desde os anos de 2003 a 2008<sup>1</sup> que a mesma teve aproximação com a temática, ainda na graduação, através do contato crítico-reflexivo junto a pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos da Mulher - Simone Beauvoir (NEM-UERN). Isto demonstra a ligação orgânica da pesquisadora com a produção de conhecimento nas relações sociais de gênero, em especial, no mundo de trabalho. A atenção pelo tema advém, também, da observação que na cidade de Caicó/RN áreas como: segurança, comércio, política, setores informais e serviços, antes ocupados, essencialmente, por homens vêm sendo, atualmente, ocupadas por mulheres.

Sob o prisma da abordagem científica, o estudo justifica-se devido à lacuna de estudos que abordem este segmento profissional pelo viés da divisão sexual do trabalho, dando ênfase a trajetória de inserção e manutenção das mulheres como mototaxistas na cidade de Caicó/RN. Este tipo de trabalho carrega, empiricamente, as marcas da inserção e (quase) exclusividade do homem em seu exercício, sendo à entrada de mulheres um fenômeno recente.

---

<sup>1</sup> A aproximação junto ao NEM/UERN resultou na participação na condição de bolsista do projeto de extensão "Feminismo em cena" em 2006; na elaboração, apresentação e publicação do artigo "Gênero e Serviço Social: aportes teóricos para a compreensão da história da profissão em Mossoró/RN" no ENPESS 2006 – Recife/PE, participação como estagiária voluntária do Projeto de pesquisa do PIBIC/ PRODEP – UERN intitulado de "Serviço Social em Mossoró/RN: uma análise crítica das relações sociais de gênero na histórica 'feminização' da profissão" no período de 2006/2007 e construção monográfica para obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela UERN em 2008.

Em termos metodológicos, o estudo embasou-se na perspectiva do método dialético, uma vez que buscou uma compreensão histórica-crítica acerca do objeto em estudo. Persegue uma perspectiva de totalidade<sup>2</sup>, na medida em que se fará uma análise para além da aparência, remetendo o estudo para a particularidade e as reais implicações em torno do mesmo em busca da essência e para “extrair dele suas múltiplas determinações” (NETTO, 2011, p. 53).

A totalidade é essencialmente processual, dinâmica, cujos complexos, em interação mútua, possuem um imanente movimento. No limite, esse movimento produz uma dada legalidade social, historicamente determinada e determinante. Atua na particularização das relações entre os vários complexos do ser social (PONTES, 2002, p. 81).

Nesse sentido, o estudo se baseia no método do materialismo histórico-dialético<sup>3</sup>, haja vista que o objeto de estudo aqui abordado é condicionado por uma sociedade demarcada pelo sistema capitalista. Este engendra contradições inerentes ao contexto de vida dos sujeitos que refletem em toda sua totalidade e os separa mediante classes sociais.

É necessário ir ao encontro da “coisa em si”, como traz Kosik (1976), numa perspectiva de ordem dialética para tentar compreender a realidade<sup>4</sup> apresentada a partir da sua concretude e materialidade. A mesma é muito mais complexa do que se mostra devido sua dinamicidade.

Adotou-se como estratégia para obtenção das informações que consubstanciaram esse trabalho de dissertação quanto a sua abordagem a pesquisa do tipo quali-quantitativa e quanto aos seus objetivos à pesquisa exploratória e interpretativa.

---

<sup>2</sup> “a totalidade é dialética, é a unidade do diverso. Deve-se tratar a realidade como um todo estruturado no qual qualquer fenômeno pode ser racionalmente cindido em partes e compreendido na sua essência” (ANDRADE, 2013, p. 22).

<sup>3</sup> Segundo Fernandes (1984) o método histórico dialético é uma tese do marxismo, em que o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política, espiritual e econômica. É um método de análise e compreensão da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas, numa perspectiva de totalidade. Marx parte, portanto, da idéia de que em toda a história o indivíduo não é uma imanência única: na idade antiga ou ele era escravo ou cidadão; na idade média era servo ou senhor; na idade moderna é proletário ou patrão, ou seja, ou ele detém os meios de produção ou vende sua força de trabalho.

<sup>4</sup> “a realidade é interpretada não mediante a redução a algo diverso de si mesma, mas explicando-a com base na própria realidade, mediante o desenvolvimento e a ilustração das suas fases, dos momentos do seu movimento” (KOSIK, 1976, p. 35).

A partir disso, buscamos fomentar a coleta dos dados com base na aproximação junto a essas mulheres e ainda, realizar o envolvimento das mototaxistas em momentos individuais. Sobre isso, Minayo (1994, p.54) evidencia a importância de manter essa interação junto aos sujeitos da pesquisa:

Partindo da construção teórica do objeto de estudo, o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos.

Para tanto, é importante perceber como se caracteriza as relações de trabalho em um contexto de constantes mudanças sociais, políticas e econômicas. As transformações no mundo do trabalho, em especial, o contexto de precarização das condições de trabalho em que estão inseridos sujeitos em busca de sobrevivência meio a ordem sóciometabólica do capital, reflete no trabalho dos/as mototaxistas.

A ausência dos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas e de uma organização por parte dos sujeitos que atuam nesse ramo de trabalho, findam por demarcar alguns dos limites enfrentados pela parcela da classe trabalhadora inserida na modalidade de trabalho denominada mototaxista.

Em um recorte de gênero, percebe-se, nos últimos anos, a inserção de mulheres atuando na modalidade supramencionada na cidade de Caicó/RN.

Entender o que desencadeou a entrada e permanência dessas mulheres nesse tipo de ocupação, a partir da problematização da divisão sexual do trabalho, ampliando o debate à esfera pública e privada da vida dessas mulheres, constituiu-se no objetivo central dessa pesquisa.

A partir da questão problematizadora que despertou o desenvolver dessa pesquisa, conforme supracitado é notório discorrer acerca da compreensão teórica no que se refere à categoria trabalho e suas inflexões em tempos de capitalismo, a partir das transformações nas relações de trabalho e os reflexos para a classe trabalhadora.

E, a partir desses entendimentos, compreender como se situa as condições de trabalho em que estão inseridas as mulheres, historicamente, trazendo elementos analíticos de como se caracteriza sua entrada no universo do trabalho produtivo. Buscou-se também entender a naturalização do trabalho

reprodutivo como atribuição inerente as mesmas, já que o capital irá usar das caracterizações ditas inatas às mesmas como forma de baratear essa força de trabalho, como traz Hirata (2002), Sorj (2004), Bruschini (2005), Lobo (1991).

Essas reflexões criaram, ainda, o interesse de refletir sobre como se configura esse complexo processo de inserção de mulheres em postos de trabalho ditos masculinizados, tendo como partida o intuito de entender se elas se encontram em situações precarizadas, ou ainda, se esta realidade vem a ser determinada pelas relações de gênero e classe, especialmente.

O trabalho é, assim, entendido como a categoria fundante do ser social, uma vez que os seres obtêm, teleologicamente, o alcance de suas necessidades básicas de sobrevivência a partir do seu contato com a natureza.

Marx (2002) afirma que o trabalho, como categoria que constitui o ser social, é algo que vai existir e perdurar em toda e qualquer forma de vida, por ser ele o responsável pela relação homem-natureza na obtenção das necessidades de sobrevivência e constituição do sujeito.

A categoria trabalho, em face das transformações ocorridas em nível global, foi questionada, no século XX, e trouxe a tona o debate acerca do seu fim ou mesmo a pertinência de sua centralidade. Por isso, tratar da centralidade do trabalho também vem a ser alvo de discussões e debates na contemporaneidade.

A partir de críticas as colocações de Gorz (2005) sobre a “intangibilidade do valor”, Antunes (2013) traz que as teses que defendiam o fim do trabalho não foram comprovadas, já que o se configura atualmente no capitalismo caracteriza o trabalho em sua acepção materialista. O capital, mediante as novas modalidades de trabalho, caracterizadas no que o autor supramencionado denominará de “novo proletariado”, finda por gerar conclusões que o trabalho vivo ainda é forma dominante na constituição do trabalho material como tendencial no que se refere ao trabalho imaterial.

O modo de produção capitalista, vigente em todo o mundo, sofreu ao longo do tempo profundas transformações, rebatendo nos processos de trabalho e nas formas de gestão. Do sistema taylorista/fordista ao toyotista ocorreram mudanças significativas decorrentes do contexto socioeconômico e político.

Fazendo um recorte temporal, as transformações no mundo do trabalho verificado nas últimas décadas do século XX, rumo a novas formas de organização do trabalho e da sociedade como um todo, influenciadas pelos interesses do capital, implicaram em muitas estratégias, como a globalização, flexibilização do trabalho e a mundialização da economia.

Harvey (1992) vai elencar um conjunto de aspectos que propiciou o processo de desencadeamento da globalização, como: reorganização radical dos sistemas de transportes; redução das barreiras artificiais do comércio; nova arquitetura financeira que facilitou a circulação do fluxo global de capital-dinheiro líquido; a desregulamentação das finanças.

Ainda segundo Harvey (1992), uma série de experiências novas nos domínios da organização industrial e da vida social e política começaram a tomar forma. Essas experiências representaram as primeiras formas da passagem para um regime de acumulação completamente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social diferenciada.

Neste cenário, coube analisar criticamente como se procedeu a essas transformações no mundo do trabalho o qual se metamorfoseou, mas, não rompeu com o trabalho em células domésticas, por exemplo. O que se percebeu foi o retorno de práticas de trabalho, sob novas bases, guiadas pela égide capitalista, meio ao cenário modernizador em que as formas de gestão do trabalho vivenciavam com o advento da globalização e da reestruturação produtiva, a partir do retorno do trabalho em células familiares e a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, como apresenta Antunes (2013).

Coube ainda compreender e contextualizar os entornos históricos, simbólicos, políticos, sociais e econômicos pelos quais a era taylorista/fordista e a era toyotista vivenciaram e quais os interesses oriundos do capital para com essas transformações no trabalho e as implicações geradas para a classe trabalhadora.

Compreendendo também, como todo esse arsenal influenciou – e como e em que afetou – “a classe-que-sobrevive-do-trabalho” como traz Netto (1996), direta e indiretamente, em especial, a vida das mulheres, a partir da intensificação do desemprego em ordem estrutural e a informalidade.

Frente ao cenário contemporâneo do mundo do trabalho, buscou-se entender, numa perspectiva de totalidade dialética, a precarização do mundo do trabalho, as novas modalidades de trabalho e as formas pela qual o capitalismo se apodera dos indivíduos para obtenção dos seus interesses. Esses calcados na exploração, expropriação, alienação e precarização das relações humanas e sociais em prol da mais-valia e da obtenção desenfreada da riqueza concentrada nas mãos de poucos e como esse contexto reflete na vida das mulheres.

É diante das transformações no mundo do trabalho que retrata os embates que caracterizam a precarização das relações sociais do trabalho que se fez necessário perceber e analisar, também, como se situam as mulheres. A partir do uso e da venda de sua força de trabalho, especialmente a partir da década de 1970 – década a qual se assiste a entrada de mulheres no mercado de trabalho, de forma mais acentuada – no Brasil. Todavia, os registros que marcam a inserção das mulheres no mundo de trabalho produtivo remontam os primórdios do capitalismo (Lessa, 2012), mas é a partir da década supramencionada que, segundo Toledo (2005), o capital se utilizará da sua força de trabalho como estratégia e levando ao emprego massivo da força feminina.

Com a crise sofrida pelo binômio taylorista/fordista e a alavancada do modelo japonês/toyotista na década de 1960/1970 o capital utiliza-se, além das formas precarizadas de produção – como já citadas anteriormente -, de estratégias mais intensificadas para a saída da crise, como também para fortalecer-se mediante a que se apresentava, como a flexibilidade das relações de trabalho, por exemplo.

Através, também, da mundialização da economia e da reestruturação produtiva, vai alargar a produção para além do universo que envolve a fábrica e segue ao encontro de lugares em que a força de trabalho seja abundante e barata, sendo a desterritorialização uma nova estratégia que caracteriza as transformações do trabalho.

Contudo, esse processo ambíguo – traz a ideia da geração de novos empregos, porém, estes se encontram em situação de extrema desvalorização para com as condições de trabalho e garantias sociais e trabalhistas – vai abranger o circuito produtivo como também inserir novos sujeitos no mundo do

trabalho, além de criar novas formas de trabalho, como o terceirizado, informal e autônomo.

Esse aspecto de transformações oriundas no mundo do trabalho é marcado também pela informatização e robotização dos meios de produção por influência da flexibilização, o que gerou um montante de força de trabalho sobrando, ou como caracteriza Netto (1996) o “lumpemproletariado”. No entanto, não vai haver postos de trabalho para atender a grande parcela de trabalhadores/as que saíram das fábricas em virtude da implementação dos avanços tecnológicos. Alarga-se, então, o desemprego estrutural e, as formas de precarização do trabalho vêm a ser a forma de sobrevivência que esses/as trabalhadores/as sobrando ou o exército de reserva encontram para conseguirem garantir os meios de vida.

Formas essas que o capital irá se apoderar para que de maneira, direta e indireta, obtenha o atendimento dos seus interesses a partir da perplexa ausência dos direitos sociais e trabalhistas. Neste contexto o Estado não se responsabilizará diretamente com as garantias legais, como terá alcançada a estratégia de empregabilidade desses/as trabalhadores/as sobrando via as novas formas de trabalho.

É diante desse contexto que aparece o trabalho informal, esse utilizado, também, pelo capital como estratégia para “alocação” do montante de trabalhadores expulsos dos chãos das fábricas. É nesse universo de informalidade que trabalhadores/as irão se concentrar e, nesse universo de trabalhadores/as estão, também, as mulheres que se veem expulsas do contexto de trabalho produtivo, assim como àquelas que se encontram à margem do mercado de trabalho. O capital incorpora o trabalho das mulheres utilizando-se de suas qualidades ditas inatas e inserindo-as em atividades que exigem menos qualificação, com baixa incorporação de tecnologia e com salários baixos.

Isso levou a entender que o mundo do trabalho contemporâneo é, portanto, caracterizado por uma desigualdade que transita desde o aspecto econômico e social até as relações sexistas. Pois, historicamente, há uma nítida e tradicional segregação quanto aos postos e condições de trabalho apresentadas aos homens e às mulheres, caracterizando, assim, uma desigualdade quanto às relações de gênero no que tange à ocupação dentro

do universo de trabalho, como traz Bruschini (2008) e Posthuma (1998). Configurou-se, então, uma divisão do trabalho calcada nas diferenças entre os sexos.

A divisão sexual do trabalho cumpre este papel de determinar o que é de responsabilidade dos homens e das mulheres. Dissemina o poder nas relações de trabalho, estabelece situações de exploração e desigualdade contra as mulheres. Entretanto, as mulheres têm buscado ocupar seu espaço, lutando contra as desigualdades no mundo do trabalho. Postos antes, essencialmente masculinos, hoje são ocupados, também, por mulheres. Entender como se constitui esse processo histórico remete-nos a análise subjetiva e objetiva para uma reflexão completa sobre a vida das mulheres no mundo de trabalho, e sua inserção subalterna nas ocupações.

O capital usa, em prol de atender seus interesses, métodos e categorias como se fossem neutros na órbita da divisão sexual do trabalho. Perceber como se dá o contexto da divisão sexual do trabalho é entender que não se trata de segregar a esfera produtiva da reprodutiva, mas, analisar como ambas são vistas e entrelaçadas ao modo do capital, recolocando espaços ditos masculinos e femininos ou no que Lobo (1991, p. 145) vai designar como sendo a “sexualização das ocupações”.

Diante do debate em torno da divisão sexual do trabalho, percebeu-se a necessidade de analisar que a feminização do mercado de trabalho sofre implicações através das relações de classe, gênero e raça, o que Kergoat (2010) denomina de *consubstancialidade* das relações sociais, ou seja, são relações intrínsecas umas as outras, assim como não há inexistência de contradições entre elas, uma vez que se interagem e se estruturam.

É notório que as mulheres da classe trabalhadora são as mais precarizadas quanto aos postos de trabalho ocupados e, conseqüentemente, os salários recebidos. Sobre esse mesmo aspecto, Falquet (2008) trará a questão da utilização do “trabalho considerado feminino” como estratégia direta do Estado aliado ainda a obrigatoriedade da heterossexualidade como interesses de permanência da mulher inserida em relações de gratuidade e (des) valorização do seu trabalho.

Portanto, problematizar a divisão sexual do trabalho criticamente e em uma perspectiva totalizante é ir além do que aparentemente está exposto e



buscar ir à essência que envolve e complexifica esse cenário, a partir das múltiplas formas de intensificação e apropriação do uso da força de trabalho feminina e seus rebatimentos.

Com a reconfiguração do mundo do trabalho é notório o surgimento de outras atividades, em especial fundadas na informalidade marcadas por novas sociabilidades e a precariedade e a exploração da força de trabalho é que se visualiza o surgimento da categoria profissional dos mototaxistas.

O surgimento dessa ocupação, a qual se funda na informalidade, ocorreu devido ao crescimento populacional, a deficiência do serviço de transporte público nas cidades de grande e médio porte e a falta de oportunidade de emprego nos setores formais da economia, segundo aponta Duque e Gomes (2009).

Essa modalidade de trabalho surge na década de 1990, no estado do Ceará, mais precisamente na cidade de Cratêus. Ao longo dos anos seguintes, mediante os fatores elencados acima, esse tipo de trabalho se prolifera e torna-se uma alternativa de empregabilidade mediante os traços da informalidade.

As elaborações teóricas acerca da discussão sobre essa ocupação ainda mostram-se escassas, todavia, nas aproximações obtidas para a construção de uma análise histórica a partir de Coelho (1997), Duque e Gomes (2009), Barreto (2010), Luna e Oliveira (2001), Fonseca (2006) e Ferreira (2011), foi possível perceber que não há um debate acerca de ser um tipo de trabalho essencialmente masculinizado, ficando essa análise nas entrelinhas das teorizações feitas, uma vez que as pesquisas mostram falas diretas de homens mototaxistas.

A delimitação da análise para com as mulheres mototaxistas, ocorreu devido recente presença feminina nessa ocupação, que ainda desperta um estranhamento social, mediante as práticas sociais que normatizam espaços ocupacionais para homens e para mulheres.

Espera-se que os resultados da pesquisa possam potencializar a consciência crítica destas mulheres e subsidiar a construção de lutas contra as desigualdades nos espaços públicos e privados e pela emancipação no que tange sua perspectiva política e social.

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar como se configura a divisão sexual do trabalho junto às mulheres mototaxistas de Caicó/RN e, para

viabilizá-los elencamos como objetivos específicos, traçar o perfil sócio-econômico das mulheres mototaxistas de Caicó/RN, identificar os fatores que desencadeiam a permanência de mulheres neste ramo empregatício, analisar o processo de trabalho das mototaxistas em Caicó/RN, perceber como as mototaxistas lidam com o trabalho doméstico, compreender como se dá a participação das mulheres mototaxistas no processo de organização política da categoria.

O texto desta dissertação está dividido em uma introdução, quatro capítulos, uma conclusão, as referências, os anexos (lei nacional e local que regulamenta a profissão de mototáxi, lei de municipalização do trânsito em Caicó/RN) e apêndices (questionário, roteiro de entrevista). Na introdução abordamos a justificativa, metodologia e problemática da pesquisa.

No primeiro capítulo analisamos as relações sociais de gênero e o sistema patriarcal-capitalista com vista a problematizar a divisão sexual do trabalho, compreendendo os embates em torno do cenário de precarização e exploração/dominação o qual as mulheres se inserem historicamente.

No segundo capítulo abordamos a discussão do mundo do trabalho, analisando os principais rebatimentos sócios históricos que caracterizam a inserção feminina neste universo de produção. A partir daí, adentramos no mundo do trabalho informal, haja vista que o objeto de estudo – as mulheres mototaxistas – está inserido neste setor e, mediante isso, perceber a feminização do mercado de trabalho como uma estratégia do capital como uso de força de trabalho influenciada pelos construtos históricos das relações de secundarização da mulher.

No terceiro capítulo, apresentamos a proposta metodológica e o método – crítico-dialético - de pesquisa o qual norteou a construção do nosso trabalho.

No quarto capítulo apresentamos os resultados da pesquisa com a discussão, a exposição das análises empíricas e a realidade de trabalho das mulheres mototaxistas de Caicó/RN, retratando o surgimento da profissão de mototáxi. E, por fim, mostramos como se caracteriza as relações de trabalho nesse ramo empregatício e, como se configura a divisão sexual do trabalho, enfatizando o contexto de precarização o qual as mulheres mototaxistas se encontram.

Na conclusão, indicamos as principais descobertas da pesquisa que trouxe à tona as nuances do trabalho das mototaxistas em Caicó/RN, evidenciando as singularidades do sentir, viver e fazer das mulheres nesta atividade.

## **CAPÍTULO 2**

### **As relações sociais de gênero na sociedade patriarcal-capitalista: Uma análise sobre a divisão sexual do trabalho**

A discussão que inicia nosso estudo parte da compreensão crítica acerca dos reflexos que as relações sociais de gênero e o sistema patriarcal, a partir de uma sociedade assolada pelo sistema econômico capitalista, desencadeiam na condição de vida de homens e mulheres.

Partindo do entendimento de que o patriarcado continua vigoroso socialmente, é patente que as mulheres ainda são vistas como o ser frágil e que tem seus cotidianos marcados pela dominação e exploração do homem para com elas. Isso visto e problematizado mediante o contexto histórico que envolve essas relações, uma vez que o movimento do real é primordial para que compreendamos as facetas em que o capital cria para se apropriar das naturalizações construídas para atender, direta e indiretamente, seus interesses.

Para além dessas questões, sendo o serviço social a área que situa a construção da pesquisa ora apresentada, é salutar destacar a importância da contribuição dos estudos de gênero para esse campo de formação e atuação profissional.

O resgate dessa discussão nos permite a apreensão da realidade a que estão expostas as mulheres mototaxistas na cidade de Caicó/RN. Seu cotidiano de trabalho é marcado por relações sociais que evidenciam a divisão sexual do trabalho e se concretiza pelas evidências de precarização, exploração e intensificação da jornada de trabalho.

## 2.1 Relações sociais de gênero: o patriarcado como elemento de poder

Para uma melhor compreensão da apropriação da força de trabalho feminina, ou mais, da inserção da mulher no mundo do trabalho, é necessário que se faça uma apreensão crítica do sistema patriarcal. Com isto, buscamos refletir e compreender os pilares que este sistema tem que assola a condição da mulher sob o viés da dominação/exploração<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> “é por isso que precisamos desvelar o sistema de dominação e exploração sobre as mulheres, ou seja, o patriarcado, para entender as bases materiais da ideologia que naturaliza e reproduz a condição de inferioridade feminina” (CISNE, 2014, p. 98).

É importante, todavia, destacar que ele é resultante de um processo histórico que continua vigoroso na contemporaneidade e que, aliado ao capitalismo e ao racismo, intensifica ainda mais a precarização em que se encontram a situação das mulheres no mundo do trabalho produtivo e reprodutivo.

O patriarcado é um sistema segundo o qual as mulheres são exploradas e dominadas. Esse sistema estabelece uma hierarquia entre homens e mulheres em todas as relações e espaços sociais, portanto, não se limita a esfera privada (CISNE, 2012, p. 155).

Segundo Saffioti (2004), desde 3.100 a.C que o patriarcado já existia, mas só se consolidou em 600 a.C, sendo, especialmente, a família uma das instituições disseminadoras deste sistema de submissão. O patriarcado se mantém com alterações ao longo da história e com particularidades regionais, mas mantendo sua essência, qual seja, a naturalização e legitimação da dominação-exploração dos homens sobre as mulheres.

[...] tão somente recorrendo ao bom senso, presume-se que nenhum (a) estudioso a sério (a) consideraria igual o patriarcado reinante na Atenas Clássica ou Roma Antiga ao que vige nas sociedades urbano-indutrias do Ocidente. Mesmo tomando só o momento atual, o poder de fogo do patriarcado vigente entre povos africanos e/ou mulçumanos é extremamente grande no que tange à subordinação das mulheres aos homens. Observam-se, por conseguinte, diferenças de grau no domínio exercido por homens e mulheres. A natureza do fenômeno, entretanto, é a mesma. Apresenta a legitimidade que lhe atribui sua naturalização (SAFFIOTI, 2004, p. 101).

Mesmo em sociedades primitivas – pré-capitalistas – que viviam da caça e da pesca, quando cogita-se que tenha exercido uma situação de igualdade entre homens e mulheres, Saffioti assim analisa:

[...] independentemente da grande importância econômica das mulheres e seu alto *status* social na sociedade da caça e da coleta, em todas as sociedades conhecidas as mulheres, como categoria social, não têm capacidade decisória sobre o grupo dos homens, não ditam normas sexuais nem controlam as trocas matrimoniais (SAFFIOTI, 2004, p.119).

O patriarcado, ainda segundo Saffioti (2004), configura-se como um sistema masculino de dominação das mulheres, configurado como um sistema político, social, histórico, cultural e simbólico que determina a dominação/exploração das mulheres. E, como sistema, funciona independente da presença do homem, uma vez que também é incorporado e reproduzido pelas próprias mulheres.

As próprias mulheres incorporam e reproduzem as relações patriarcais, seja entre si ou na educação de seus filhos e filhas. Exemplo disso é o julgamento moral que muitas vezes uma mulher faz sobre outras que possuam vários parceiros ou mesmo que não queiram se casar (CISNE, 2012, p. 157).

Isso não é visto sob o prisma de culpabilização das mulheres, vale salientar, mas sob o condicionante sócio-histórico que delinea as relações sociais de gênero e do patriarcado que finda permeando a aceitação e perpetuação dessas bases desiguais entre os sujeitos e até mesmo entre as mulheres. Seria “um equívoco atribuir às mulheres a responsabilidade pela reprodução do patriarcado [...] isso é responsabilizar o indivíduo desconsiderando seu contexto histórico e as relações sociais que o determinam [...]” (CISNE, 2014, p. 98).

Como categoria teórica, o patriarcado, diferente do gênero, que também contempla relações igualitárias, explicita as relações hierárquicas, de desigualdade de poder entre homens e mulheres sendo a mulher subordinada, explorada, submissa e dominada nesta relação<sup>6</sup>. Neste sentido, o patriarcado é uma forma específica de relações de gênero, as desiguais, com o qual podemos nomear os sujeitos desta relação (SAFFIOTI, 2004).

Atestando a análise da autora, Cisne (2012, p. 156) afirma que:

[...] diferentemente da categoria gênero que pode também contemplar relações igualitárias, o patriarcado diz respeito, diretamente, as relações de dominação, opressão e exploração masculinas no controle do corpo e na vida das mulheres.

---

<sup>6</sup> Cisne (2014, p. 97), mediante embasamentos de Beauvoir traz que “podemos compreender que nós não nascemos naturalmente submissas e passivas, mas incorporamos essa ideologia que expressa historicamente os interesses dominantes. Por isso, mulheres reproduzem o patriarcado independente da presença masculina e não porque gostam de ser submissas”.

Assim, é necessário perceber os construtos históricos que evidenciam a presença das marcas do sistema patriarcal nas relações sociais (e desiguais) entre homens e mulheres para problematizar e aprofundar os entendimentos da categoria gênero, uma vez que as relações cotidianas que colocam às mulheres em um patamar de opressão, submissão e dominação não surge como algo natural, mas como reflexo desse sistema. Por isso que consideramos salutar evidenciar esse debate transversal entre ambas as categorias, com o propósito de situar o campo que demarca às relações de trabalho das mulheres nas sociedades patriarcais-capitalistas.

Assim, perceber-se que tal sistema vem utilizar-se de vários elementos para naturalizar e fazer permanecer a inferioridade feminina, constituindo-se no caminho mais fácil para legitimar a superioridade dos homens.

É válido discorrer e perceber que tal sistema não perpassa somente as bases que reiteram as relações interpessoais dos sujeitos. Ele é também tomado pelo Estado a partir da apropriação das naturalizações numa via de dominação da mulher nas esferas públicas e privadas.

Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo e, portanto, as diferenças entre público e privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social (SAFFIOTI, 2004, p. 54).

Perceber a sujeição em que as mulheres se encontram historicamente sem que isso seja visto sob a análise do patriarcado seria causar “a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada” (PATERMAN *apud* SAFFIOTI, 2004, p. 55). Por isso, entender a situação da mulher, numa perspectiva de totalidade, recai, necessariamente, na busca pela reflexão acerca das bases fundantes que a sujeita em condições de secundarização em detrimento da figura em que ocupa o homem.

Acerca dessa discussão, Bebel (1977 *apud* CISNE, 2014, p. 95) fomenta a compreensão histórica de que:



A mulher foi o primeiro ser a sofrer a escravidão, mesmo antes dos escravos e dela se tornar fundamento de um modo de produção. Há, portanto, uma histórica estruturação das relações de apropriação e exploração que pesam sobre as mulheres, associadas a uma forte ideologia patriarcal que se enraizou de tal maneira que as condições de vida das mulheres lhes parece, muitas vezes, naturais e imutáveis.

Diante disso, Saffioti (2004) assim denomina o patriarcado como sendo o regime atual de relações homem-mulher, compreendido a partir da base do contrato social e sexual em que os homens e mulheres exercem mediante o ato do casamento<sup>7</sup>.

Analisar o patriarcado é compreendê-lo, inicialmente, a partir das relações entre o homem – na figura do marido – e da mulher – na figura assumida da esposa<sup>8</sup> - consubstanciada no casamento e na família. É uma relação civil que dá posse sexual do homem sobre a mulher, mantendo uma relação de poder sobre esta, fundada numa base hierarquizante que invade os espaços da sociedade.

Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser da mulher desenvolver em relação ao chefe da família (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

A família patriarcal, assim constituída e socialmente imposta, difunde uma cultura sexista em que as bases educacionais lineares a sua permanência fundam os aspectos de ordem hierárquicas em que à mulher cabe a submissão. Acerca disso, Cisne (2014, p. 83) parafraseando com Waters (1979) apresenta que “a família patriarcal realiza o papel ideológico na difusão do conservadorismo ao ensinar as crianças desde a infância que devem aceitar as estruturas e premissas básicas da sociedade de classe”.

---

<sup>7</sup> “a naturalização do uso sexual do corpo feminino como uma obrigação ou um papel da mulher, a revelia do seu desejo, apenas para satisfazer o ‘direito’ do homem, bem como para a garantia do casamento ou da sobrevivência demonstra a falta de autonomia que muitas mulheres têm sobre si” (CISNE, 2014, p. 105).

<sup>8</sup> “é importante ressaltar que tais expressões não se limitam às mulheres esposas [somente], mas também, às mães, irmãs, filhas, tias, avós, enfim, estendem-se ao sexo feminino” (CISNE, 2014, p. 104).

Mediante as análises até aqui empreendidas, é notório perceber que todo esse sistema – o qual é uma forma da expressão do poder político –, torna-se ainda mais agravante quando associado ao racismo e ao capitalismo.

Isto nos faz verificar que o capitalismo se apropria de toda conjuntura sócio-econômica, política e cultural no propósito de detenção dos indivíduos cada vez mais dominados, manipulados e dependentes deste sistema econômico.

Com o advento da propriedade privada – oriunda do surgimento do sistema capitalista – a mulher tem sua condição ainda mais explorada quando analisada a divisão sexual do trabalho. A partir de então, seu trabalho torna-se inferior ao do homem no sentido de valorização e, também, invisibilizado, uma vez que o trabalho doméstico vem a ser atribuição específica da mulher.

Isso faz com que algumas mulheres se acomodem, não se organizem nem participem politicamente das lutas da classe trabalhadora. Deixam também de assumir cargos em associações, sindicatos ou na direção de movimentos sociais, o que contribui diretamente com o capital, pois significa menos pessoas em confronto com esse sistema (CISNE, 2012, p. 114).

É perceptível então, uma larga separação entre as esferas públicas e privadas. A primeira é destinada aos homens e com caráter de valorização no que tange a geração de riqueza, pois traz embutido a produção direta da mais-valia e o segundo, é típico de ocupação das mulheres e entendido como necessário para manutenção do sistema, porém, sem caráter de valorização, tornando-se assim, precarizado e secundarizado, além de não remunerado.

Por isso, faz-se entender que:

Cabe, dessa forma, às mulheres, no sistema patriarcal que foi incorporado pelo capitalismo, a responsabilidade [por exemplo] com o trabalho doméstico, sem o qual a produção social seria fortemente dificultada já que ele garante, em grande medida, a reprodução da força de trabalho (CISNE, 2012, p. 160).

Todavia, o capitalismo não se torna a única forma de dominação e exploração das mulheres, ou de forma mais abrangente, dos sujeitos – uma vez que os homens também são apropriados e sofrem os reflexos dessas três

categorias -. O racismo e o machismo<sup>9</sup> também são formas de sujeição. Não significa dizer que uma forma sobreponha a outra, ou que as lutas são individuais<sup>10</sup>. São formas que manifestam relações de poder que subordinam a mulher ao homem.

É importante que as categorias acima referenciadas sejam analisadas fora da zona simplista como preconceitos e passem a ser encaradas como desencadeadoras de relações sociais estruturantes. Precisam ser vistas e utilizadas dentro de uma perspectiva crítica dos sujeitos sob o viés da coletividade e assim tentar desconstruí-las também sob uma base sócio-histórica. Já que, como observado, mesmo em uma nova ordem societária não seja possível, talvez, vislumbrar a emancipação dos sujeitos e, em especial das mulheres, a partir dos embates sofridos pelas construções raça e gênero, especialmente.

Com o patriarcado, a mulher no seu papel de esposa, passou a ser tratada como uma “prioridade” de posse do homem, seu então marido. Ela, assim como os (as) filhos (as), devia-lhes total obediência e respeito, sendo este ainda denominado como chefe da família. Em outros termos, a lei do pai adquire um poder absoluto sobre os demais membros da família o que refletirá em toda sociedade.

No limite, antes de casar, a mulher tem reconhecimento social porque está sob a tutela do pai; depois, porque tem um marido que lhe dá um nome e proteção. Essa engrenagem precisa ser desfeita para que uma sociedade igualitária possa ser construída (RICHARTZ, 2008, p. 04).

O desfazer dessa engrenagem não se dá de forma simples, uma vez que se trata de uma perspectiva estrutural que afeta todo o tecido social, familiar e político. A construção da consciência política por parte das mulheres,

---

<sup>9</sup> Assim como no texto de Couto e Schraiber (2010, p. 54), a categoria machismo é “aqui tomado como sistema de ideias e valores que institui, reforça e legitima a dominação do homem sobre a mulher”.

<sup>10</sup> A luta de classes não é mais relevante por atingir diretamente um setor maior da sociedade – o lado econômico de uma nação – do que a luta contra a discriminação racial e a dominação da mulher pelo homem que atingem os setores que, embora majoritários, recebem tratamentos de minorias. As lutas não podem ser encaradas como específicas de uma única categoria [...] as sociedades socialistas, que privilegiaram a abolição da luta de classes, não conseguiram acabar com o racismo e a inferioridade das mulheres. Significa dizer que não adianta destruir a propriedade privada, acreditando que também serão destruídos o racismo e o machismo (RICHARTZ, 2008, p. 01).

e também dos homens, é um elemento importante no que se refere ao questionamento das relações patriarcais.

Ainda sobre essa apropriação que o sistema capitalista, patriarcal e racista faz acerca da condição da mulher, Cisne (2014, p. 103) apresenta que:

[...] esse processo de apropriação não implica, na maioria das vezes, em uma contrapartida contratual para as mulheres, já que suas atividades são vistas como obrigações para cumprirem seu 'papel natural' feminino. Logo, suas atividades não são percebidas, tampouco, valorizadas como trabalho.

Entretanto, é válido destacar que as mulheres não nascem sob a condição de submissão, isso se dá, de forma mais intensa e alienada, com o advento das sociedades de classe. O sistema capitalista se apropria das atribuições inatas, socialmente, impostas às mulheres e daí, fortalece as atitudes de passividade e subordinação das mesmas.

As mulheres são sínteses das relações que estabelecem. Assim, nós não nascemos naturalmente submissas e passivas, nós incorporamos essa ideologia que expressa historicamente os interesses das classes dominantes. Por isso, mulheres reproduzem o patriarcado independente da presença masculina e não porque gostam de ser submissas. Em outras palavras, é um equívoco atribuir às mulheres a responsabilidade pela reprodução do patriarcado, muitas vezes, alegando que são elas que educam os homens ou ainda, que 'gostam de apanhar'. Isso é responsabilizar o indivíduo desconsiderando o seu contexto histórico e as relações sociais que o determinam (CISNE, 2012, p. 158-159).

Após inúmeras lutas feministas, as quais resultam em processo de construção e ampliação da formação de uma consciência crítica e reflexiva sobre a condição social assumida e submetida às mulheres, percebe-se que o patriarcado continua sólido e vigorante na reprodução das relações de poder do homem sobre a mulher.

Mesmo vindo a inserir-se como trabalhadora no mundo do trabalho produtivo, a mulher continua sendo vista, dentro do lar, como a dona-de-casa, a mãe protetora, ou seja, apesar de dividir as despesas financeiras, o homem prevalece como o "senhor" do lar. Mas, vale ressaltar que são significativos os avanços das mulheres em face destas naturalizações construídas sócio-

historicamente. Atualmente, dados comprovam que é o trabalho da mulher que sustenta economicamente suas famílias.

Segundo o censo de 2000, o número de mulheres responsáveis pelos domicílios aumentou 38% na última década. Por exemplo, em 1991, 18,1% dos chefes de família eram mulheres. O percentual aumentou para 24,9% em 2000, sendo que a maior proporção de mulheres chefiando a casa ocorre na região Nordeste, com 25,9% (2.951.995), e Sudeste, com 25,6% (5.174.868). O menor índice se encontra na região Sul do país, com 22,6% de mulheres chefiando a família (1.628.105) (NOGUEIRA, 2004, p. 27).

São notórias as transformações sociais, políticas e econômicas almeçadas e conquistadas pelas mulheres nas últimas décadas, em especial, pós décadas de 1960-1970, mas isso não impediu a permanência do patriarcado, do capitalismo e do racismo no controle das relações de poder do homem sobre a mulher.

A ideologia dominante, patriarcal-racista-capitalista, penetra na consciência dos indivíduos devido à naturalização das relações de dominação e exploração que a alienação produz. Essa naturalização dificulta a possibilidade de se pensar e agir de forma transformadora [...] é essa alienação que faz com que mulheres naturalizem e reproduzam sua condição de subalternidade e subserviência como algo inato ou mesmo biológico (CISNE, 2014, p. 95).

O patriarcado traduz e se apropria das diferenças sexuais/biológicas no ser macho e no ser fêmea para “justificar” a subordinação das mulheres. O homem por ser dotado de uma postura físico-muscular, é determinado como o mais forte e o detentor de poder, enquanto que a mulher, pelo fato de procriar e por ter menos postura físico/muscular, na grande maioria, é tida como frágil, dócil e meiga.

São esses supostos atributos que o patriarcado em consonância com o sistema capitalista, e também ao racismo, apresenta aos indivíduos de modo que a sociedade os absorva como naturais próprios da natureza do homem e da mulher. É contra esta representação naturalizante do ser social que devemos nos opor.

[...] essa oposição ao naturalismo deve estar direcionada para a construção de um processo de formação de uma consciência militante afinada com o feminismo e a revolução socialista. Condição indispensável para a emancipação das mulheres e também dos homens (CISNE, 2014, p. 109).

Dialogando com as análises de Colette Guillaumin (2005), Cisne (2014, p. 99 - 100) discorre, criticamente, acerca da ideologia naturalista que permeia e legitima a condição de inferioridade feminina. Sobre tal, ela diz que:

[...] é por meio da ideologia naturalista que se legitima a apropriação das mulheres em um processo de coisificação e naturalização irracional do seu ser. Tal ideologia, que concebe as mulheres como naturais e com um destino biológico a seguir, ou melhor, a cumprir, tem como base a 'sexagem' [...] a ideologia do naturalismo funciona como elemento difusor para a aceitação acrítica desse processo.

Outra questão que se levanta nas discussões sobre o patriarcado é de que na família o poder não é praticado somente pelo pai, outros membros da família como tio, avó e até padrasto também exercem esta prerrogativa de mando.

O poder de pai e dos homens membros da família é visto como ponto central no patriarcado. Este poder patriarcal é legitimado também pelo Estado, que baseia suas práticas e leis, mesmo que de forma subliminar, em legados patriarcais. A própria mulher, na sua maioria, não tem consciência de sua subordinação, além de ajudar a perpetuar esta lógica de submissão quando nas práticas educativas de seus filhos/as ensina-os/as a demonstrar total respeito e obediência a figura do pai, bem como reitera todo o legado conservador das relações desiguais de gênero.

Um exemplo comum de reprodução do patriarcado por parte da mulher é quando a mesma, em situação de traição por parte do seu esposo com outra mulher, julga ser a culpa não do esposo, mas da outra, denominada de amante, por ter se relacionado com um homem comprometido.

Percebe-se com este exemplo, que as mulheres ainda não estão organizadas de forma coletiva para lutar pelo extermínio dessas naturalizações impregnadas pelo sistema patriarcal.

Quer se trate de Pedro, João ou Zé Ninguém, a máquina funciona até mesmo acionada por mulheres. Aliás, imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com dureza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-los (SAFFIOTI, 2004, p. 102).

Tudo isto faz mostrar que dentro do sistema patriarcal, a mulher é vista como um objeto sexual para satisfazer os prazeres dos homens. São tratadas como “máquinas” do sexo e de reproduzir filhos (as). É como se fosse uma peça palpável que se utiliza e depois despreza. É justamente por esse ângulo que o patriarcado traduz a mulher, como sinônimo de beleza, de boa mãe e boa esposa.

Todos os embasamentos do patriarcado encontram suas formas no ato do casamento, uma vez que a mulher é tratada como uma mercadoria apta a ser de posse do seu “dono”. Como afirma Saffioti:

O casamento, capaz de estabelecer relações igualitárias, ter-se-ia que dar entre indivíduos. Ora, não é isto que ocorre, pois ele une um indivíduo a uma subordinada. Aquilo que é trocado no casamento não é propriamente propriedade ou, pelo menos, não é necessário que assim seja. Evidentemente, nas camadas abastadas, há uma tendência à adição de fortunas, mas esta não é a regra na sociedade em geral, mesmo porque a grande maioria da população não detém bens de monta ou é completamente despossuída. O contrato representa uma troca de promessas por meio da fala ou de assinaturas. Firmado o contrato, estabelece-se uma nova relação na qual cada parte se posiciona em face da outra. A parte que oferece proteção é autorizada a determinar a forma como a outra cumprirá sua função no contrato. A paternidade impõe a maternidade. O direito sexual ou conjugal estabelece-se antes do direito de paternidade. O poder político do homem assenta-se no direito sexual ou conjugal. Assim, a autoridade política do homem já está garantida bem antes de ele se transformar em pai (SAFFIOTI, 2004, p. 128-129).

Com o casamento, o homem passa a ser encarado pela sociedade como um ser mais responsável, sério e de respeito, ou seja, uma nova roupagem lhes é incumbida e um novo status. Enquanto que a mulher é vista como a que deve obediência a seu marido, tendo toda uma conduta a seguir, baseada nos “bons” modos que a própria sociedade exige: boa mãe, boa filha, dentre outros.

Esses aspectos citados são consequências da heterossexualidade obrigatória, a qual, histórica e socialmente, os sujeitos são condicionados a seguir. Ao fugir da regra social, acontece a segregação e julgamento social e moral por não obedecer aos padrões vigentes, evidenciando assim, a presença de um sistema patriarcal das relações sociais que são, também, norteados pelas relações conservadoras de gênero<sup>11</sup>, uma vez que a constituição da família é pautada no modelo monogâmico.

[...] a família burguesa exhibe todas as características da família monogâmica. É fundada pela propriedade privada, se caracteriza pela retirada das mulheres da vida coletiva e pela redução de suas atividades ao serviço privado de seu senhor. Contrapõe ao homem, enquanto marido a ser servido, à esposa, que domina tiranicamente o espaço doméstico para melhor atender a seu 'provedor'; reduz a riqueza e densidade das relações afetivas abertas à paternidade na mesma proporção com que sobrecarrega a maternidade com a função de mediação entre o senhor, a prole e os serviçais (LESSA, 2012, p. 69).

Corroborando com Falquet (2008), Cisne (2014, p. 96) traz que “a heterossexualidade constrói e naturaliza os sexos – tanto para a sexualidade como para o trabalho”. Ou seja, a partir da concepção do ser macho e ser fêmea, ainda na fase gestacional, a criança já tem estabelecido a orientação a qual deva ser seguida. Se menina, cor rosa; se menino, cor azul obedecendo aos padrões heteronormativos socialmente determinados. Há então, uma imbricação das relações sociais de gênero, socialmente construídas e naturalizadas mediante o fator sexo que, desencadeará, quando na fase de inserção no mundo do trabalho, por exemplo, em uma caracterização mercadológica em que há espaços de homens e de mulheres.

Sobre isso, Cisne (2014, p. 97) corroborando com a perspectiva teórica levantada por Jules Flaquet e Beauvoir, aponta que:

Esse processo de naturalização da mulher, iniciado com a descoberta do sexo genital, que a aprisiona a uma suposta

---

<sup>11</sup> Quanto a esse debate, Cisne (2014, p. 96) traz a emblemática discussão da desnaturalização dos sexos, também como aprofundamento teórico-crítico acerca das condições em que as mulheres são vistas e postas social e historicamente. A mesma aponta que “a desnaturalização dos sexos não é apenas importante para o entendimento crítico da subordinação da mulher, bem como o racismo e da heterossexualidade compulsória, ela é indispensável para o combate às relações racistas, patriarcais e homofóbicas”.



biologia determinista da forma de ser e agir femininos precisa ser problematizado em sua totalidade.

Acerca dessa problemática, Cisne (2012, p. 159) traz ainda que a reprodução do patriarcado, por ser um sistema histórico que atravessa o tecido social, também pode está intrínseco nas relações entre mulheres lésbicas.

[...] em um dado casal de lésbicas, uma pode incorporar o modelo masculino e a outra o feminino, segundo a ideologia patriarcal, reproduzindo, portanto, relações desiguais de gênero. Dito de outra forma, esse casal reproduz as relações patriarcais de gênero.

Configura-se, então, o entrelaçamento entre as relações de gênero e de patriarcado, uma vez que os sujeitos, a partir do exemplo acima, independente de sexo sofrem os reflexos históricos delineados socialmente, uma vez que a construção de papel destinado a figura masculina pode, nessa relação, ser assumido por uma mulher. Cisne (2012, p. 158) ainda acrescenta que isso se dá porque o patriarcado atua “como um sistema que naturaliza a desigualdade de gênero”.

Assim, o notório a ser extraído dessa análise é que o patriarcado é compreendido como um sistema que busca fixar e reproduzir a subordinação da mulher, independente de qual relação ela esteja firmando – heteronormativa ou homoafetiva – o mesmo a sujeitará as suas bases de dominação e exploração.

Assim, conclui-se que:

Isso ocorre porque além do patriarcado ser regido pelo medo, e também pela dominação ideológica, o que faz com muitas mulheres não apenas o naturalize, como também o reproduza (CISNE, 2012, p. 158).

Nesse cenário subordinador da liberdade feminina, a mulher se torna um objeto de exploração econômica, social e sexual. Todas as suas condições de liberdades e desejo pessoal são subsumidas a posição de casada. Para reverter esta situação assevera Delphy (2009 *apud* Cisne, 2014, p. 109) a libertação das mulheres “não se fará sem a destruição total do sistema de produção e reprodução patriarcal”.

Saffioti (2004, p. 130), ainda vai chamar atenção para não cair no risco de analisar de forma dissociada a dominação patriarcal e a exploração capitalista sofrida pelas mulheres e também o viés de raça, uma vez pode-se cair no fatalismo de tornar a submissão da mulher como algo natural e a-histórico. Ela vai dizer que “não existe um processo de dominação separado do outro de exploração”. Por isso que se utiliza expressão conjunta (dominação/exploração) quando se refere ao sistema patriarcal e ao capitalismo, mesmo que separadamente.

É notório que o patriarcado não está impregnado somente nas relações intra-familiares, mas também, em toda esfera social, econômica, religiosa, cultural e política que se mantenha entre homem e mulher. Tal sistema continua prevalecendo em todo o mundo submetendo às mulheres a condição de submissas aos homens em meio às relações sociais, políticas, econômicas dentre outras.

Consideramos, assim como Saffioti (2004), o conceito de patriarcado indispensável para a compreensão das relações de gênero, uma vez que tal conceito permite explicar a materialidade do binômio dominação/exploração do homem sobre a mulher, explicitando o atual modelo de relações de gênero que vivemos e os sujeitos que compõem esta relação. Por outro lado, a categoria gênero nos permite visualizar a construção de relações igualitárias. Nesse sentido defendemos o uso articulado da categoria gênero e patriarcado, pois, para nós, estas são complementares e não antagônicas.

Compreender o patriarcado, enquanto categoria analítica e explicativa da dominação/exploração da mulher, aliado ao sistema capitalista e o viés de raça, é primordial para entender a referida categoria para assim pensar a emancipação das mulheres e mesmo a emancipação humana.

Trata-se, pois, da necessidade de compormos uma integração dialética entre gênero e patriarcado que nos permite transcender de meras análises das relações entre homens e mulheres, nesta sociedade, para a dimensão política de denúncia da desigualdade e em busca da construção da emancipação humana (CISNE, 2012, p. 161).

Emancipação esta pensada numa perspectiva feminista/ socialista. Compreendida como perspectiva de emancipação humana - entendida “não

[como] um estado, um ponto de chegada, mas um determinado patamar, uma determinada forma de sociabilidade” (TONET, s/d, p. 106). Emancipação a partir da liberdade plena dos sujeitos, para além de uma sociedade de classes, dominação/ exploração de gênero e raça. Isso sob um alicerce político – crítico em que as mulheres se vejam como sujeitos atuantes e revolucionários de suas vidas e possam romper com os ditames do capital, uma vez que “somente numa sociedade emancipada do capital é possível o livre desenvolvimento das efetivas potencialidades humanas” (SANTOS NETO, 2013, p. 38).

## 2.2 As marcas da exploração e precarização do trabalho das mulheres: a divisão sexual do trabalho em debate

A divisão social do trabalho se evidencia em toda a história dos humanos na terra. Para além dessa organização social do trabalho, os indivíduos se veem imersos em uma divisão do trabalho que agrega condicionantes, como o sexo, raça e classe. A partir de determinado momento histórico, se configura uma fragmentação das tarefas para homens e mulheres, constituindo-se, assim, a divisão sexual do trabalho.

De acordo com Nogueira (2006, p. 21) “A divisão social e sexual do trabalho já se encontra presente nos séculos que antecedem à Era Cristã”. Mas, é nas sociedades capitalistas que a divisão do trabalho se tornará limitada e alienada.

A divisão do trabalho na indústria capitalista não é de modo algum idêntica ao fenômeno da distribuição de tarefas, ofícios ou especialidades da produção através da sociedade, porquanto, embora todas as sociedades conhecidas tenham dividido seu trabalho em especialidades produtivas, nenhuma sociedade antes do capitalismo subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas (BRAVERMAN, 2011, p. 70).

Nogueira (2006) vai analisar ainda que é na família que ocorrem as primeiras manifestações da divisão social e sexual do trabalho. Onde ela irá afirmar, calcado em Marx e Engels (1997), que a mulher e os (as) filhos (as),

dentro do núcleo familiar, são encarados com “escravos” do homem, esposo e pai, respectivamente.

[...] a família monogâmica é, em grande medida, um espaço manifesto de conflito entre homem e a mulher em consequência da opressão masculina, já que nessa esfera doméstica há um claro domínio patriarcal (NOGUEIRA, 2006, p. 23).

Para compreender os ditames que perpassam a opressão feminina quanto a divisão sexual do trabalho “a família [torna-se] uma importante chave para o entendimento histórico da exploração e opressão sobre as mulheres” (CISNE, 2014, p. 81). É nela que se fixam as bases tidas como naturais da submissão e precarização do trabalho da mulher.

Assim, percebe-se que a família, mesmo diante dos inúmeros avanços políticos, sociais acerca dessa instituição, continua como elemento importante para a reprodução do capital e das bases para sua apropriação, ou como diz Cisne (2014, p. 84) “é um modo de circulação e de consumação de bens e serviços baseados na exploração da mulher”.

Ou seja, é nesse espaço que torna-se evidente o processo de (in) visibilização do trabalho realizado pelas mulheres, sendo este tido e tratado, historicamente como natural à elas.

O aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a internalização – do sistema de valores profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 271).

Ao longo das sociedades, as relações de gênero construídas foram determinando as tarefas, deveres e profissões para homens e mulheres, determinando, portanto, a divisão sexual do trabalho. As mulheres sempre trabalharam, porém, na maioria das sociedades, elas trabalham mais que os homens e não tinham o reconhecimento no que se refere a realização de trabalho, além de salários mais baixos (CISNE, 2014).

Para a teórica Paola Tabet (2005 *apud* CISNE, 2014, p. 87) “a divisão sexual do trabalho não é algo natural, tampouco corresponde a uma complementariedade e reciprocidade entre homens e mulher [...] trata-se de

uma relação de domínio”. Concorde-se com Tabet uma vez que, resultante de um processo histórico, social, político e cultural, a divisão sexual do trabalho perpassa as construções de atribuições delineadas à homens e mulheres em uma situação de desvalorização da mulher em detrimento do poder do homem.

[...] se o trabalho doméstico e a família não podem ser isoladas do conjunto dos instrumentos da reprodução social, não podem também ser analisados independentemente da divisão sexual do trabalho que opera na produção e na reprodução. Trata-se de reafirmar que as relações de classe e gênero organizam a totalidade das práticas sociais, qualquer que seja a esfera onde elas se exerçam (GAMA, 2014, p. 45).

Segundo Hirata (2002, p. 280) “a divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a opressão/dominação está fortemente contida”. Para Kergoat (*apud* Hirata, 2002, p. 277) “a divisão sexual do trabalho [se dá] como uma disputa das relações de sexos”.

Gama (2014, p. 38) afirma que “o conceito de divisão sexual do trabalho visa, além de denunciar as desigualdades entre homens e mulheres, repensar o próprio ‘trabalho’”. Para a referida autora, o ponto de partida para compreender e problematizar tal categoria é tratar e reconhecer o trabalho doméstico como outro qualquer.

A fim de compreender a divisão sexual do trabalho, buscamos em Kergoat e Hirata (2008) uma definição conceitual dessa categoria. As referidas autoras trazem a categorização a partir de estudos e vivências francesas, onde fundamenta a divisão sexual do trabalho através de dois recortes de entendimentos:

[...] de um lado, uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e analisa-se como ela se associa à repartição desigual do trabalho doméstico entre os sexos (*idem*, p. 263).

Contudo, entender e analisar a divisão sexual do trabalho precisa-se ir além da simples verificação de desigualdades apontadas mediante a contradição sócia histórica. Segundo as autoras citadas, é necessário mostrar

que essas desigualdades são sistemáticas e “articular essa descrição com o real” (idem).

É importante traçar caminhos que não apontem somente as constatações das desigualdades entre homens e mulheres, mas que possam compreender a origem do que envolve e desencadeia esse contexto, em um complexo dialético e de totalidade.

A utilização do termo divisão sexual do trabalho surgiu em meados de 1970, na França, a partir do impulso do movimento feminista. Tornou-se evidente, neste período, numa perspectiva coletiva, que as mulheres realizavam “uma enorme massa de trabalho” (idem, p. 264) de forma gratuita e invisibilizada pelo fato de ter sido naturalizado como atribuição direta das mulheres.

Foi então que, a partir dessas inquietações despertadas pelo movimento feminista francófono<sup>12</sup> e de mulheres que surgiram os primeiros estudos e discussões dentro das ciências sociais para tratar da divisão sexual do trabalho. Estes estudos evidenciaram a necessidade de se problematizar as atividades realizadas no âmbito doméstico como trabalho de mulheres e, trazer a reflexão que o mesmo deve ter seu estatuto modificado, devendo ser abordado como uma atividade profissional.

Sendo assim, partindo desse pressuposto sócio-histórico acerca dessa categoria, torna-se necessário trazer à tona a reflexão de como se deu o trabalho das mulheres historicamente, para assim, problematizar suas implicações.

A partir desse traço histórico, percebe que tanto a mulher livre quanto a mulher escrava eram destinadas tarefas, na sua maioria, de cuidados dos (as) filhos (as) e a alimentação dos homens que iam para a caça e a pesca. Desde então, já ocorria uma divisão desigual das atividades, as quais se faziam perceptível à soberania do homem em relação à mulher e aos filhos (as).

Na Idade Média, as tarefas no trabalho em comunidade eram divididas por categorias entre as mulheres. Conforme Nogueira (2006, p. 24):

---

<sup>12</sup> O movimento francófono surge na França, de forma mais acentuada no século XIX, a partir de uma linha radical, apoiadas na perspectiva crítica dialética.

[...] as solteiras eram responsáveis por lavar e tecer, as mães se ocupavam dos cuidados relativos às crianças pequenas e as mulheres de meia idade entretinham-se com as tarefas relacionadas com os adolescentes e com a cozinha, dentre outras atividades reprodutivas.

Neste instante, pode-se perceber que a análise da divisão sexual do trabalho passava de uma divisão de uma relação de gênero para, também, uma relação de classe, uma vez que as mulheres dos camponeses e dos servos trabalhavam de forma mais acentuada do que as mulheres burguesas. As primeiras além de trabalhar na agricultura, cuidar dos filhos (as) e do lar, muitas vezes, eram as amas dos filhos (as) das burguesas. Entende-se, com isso, que a intensa jornada de trabalho da mulher já existe há séculos.

Já na Idade Moderna, apesar da mulher adentrar o mundo fabril, por necessidade do capital, ela não abandonaria os afazeres domésticos, em virtude do cuidado do lar e dos filhos. Para Gama (2014, p. 47), o cuidado é concebido “como uma atividade feminina geralmente não remunerada, sem reconhecimento nem valorização social”.

[...] mesmo após o período referente à Revolução Industrial, o qual permitiu, de certa forma, uma acentuada inserção feminina no espaço produtivo industrial, as tarefas domésticas continuavam reservadas exclusivamente à mulher, ou seja, aos poucos foi se organizando a família operária patriarcal: marido provedor e esposa provedora complementar e dona de casa, confirmando a divisão sexual desigual do trabalho que se mantém até o presente (NOGUEIRA, 2006, p. 26).

É importante destacar que essa emancipação do trabalho doméstico, de fato, não aconteceu, mas, mudou sua configuração. Com a entrada massiva da mulher no mundo do trabalho produtivo ocorreu a transferência da atribuição das atividades domésticas para outras mulheres. Mostrando então, que o trabalho doméstico continua como encargo feminino. Tal constatação é evidenciada no que traz Sorj (2004) quando faz uma análise da marca cultural que as mulheres carregam no tocante a responsabilização com a família. Em pesquisa realizada para analisar como se dava a divisão sexual do trabalho na esfera doméstica, a autora apresenta que:

[...] em 96% dos domicílios pesquisados, a principal responsável pelas tarefas domésticas era uma mulher. Além disso, quando outra pessoa participava das responsabilidades pelo trabalho doméstico, em 49% dos casos tratava-se também de uma mulher (idem, p. 112).

E ainda sob essa análise, recai o viés de raça e classe, uma vez que a mulher que ocupará a função do cuidado doméstico do lar de outrem será, na sua maioria, a mulher negra e pobre. É importante frisar, que mais recentemente, principalmente no Brasil, esse trabalho doméstico realizado por essa outra mulher tem um caráter de trabalho visibilizado, uma vez que será remunerado e passa a constituir a lógica do mercado. Mas, o que é importante ser destacado é a continuidade da realização do trabalho doméstico apenas por mulheres. A delegação do trabalho doméstico de uma mulher para outra.

Quando não há, portanto, a intensificação da jornada de trabalho entre o produtivo e o reprodutivo, há a substituição da exploração do trabalho doméstico de uma mulher para outra, que passa a ser sua empregada doméstica, o que remete a necessária análise da divisão de classe entre as mulheres.

No geral é a mulher trabalhadora que assume a dupla, ou até, tripla jornada de trabalho por cuidar do seu lar e filhos (as) e trabalhar fora de casa, muitas vezes, como babá e/ou empregada doméstica.

[...] na sociedade capitalista, a produção de valores de uso pela mulher no seio da família não é suficiente para sua subsistência, porque ela precisa adquirir mercadorias para completar os meios de que necessita para viver. A única mercadoria que a família tem para vender e obter os meios de que necessita para comprá-las é sua força de trabalho. A família, como instituição patriarcal, é que se encarrega de manter a divisão sexual do trabalho: a mulher faz o trabalho doméstico e o homem vende sua força em troca de um salário, ou seja, realiza o trabalho assalariado. (FARIA e NOBRE, 1999, p.54-55).

E mais, quando há uma comparação da divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres, os dados comprovam que permanece como sendo da mulher a responsabilidade pela sua execução, mesmo que os homens, minimamente, se incluam nestas. Para evidenciar esse aspecto, segundo Cisne (2014, p. 84 - 85), com base em uma pesquisa realizada pelo PNAD –



Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – em 2011, é evidente que continua mínima a participação masculina na realização das tarefas domésticas quando comparada com os dados de 2001.

Segundo o resultado da pesquisa, os homens ocupados dedicavam dez horas semanais com os afazeres domésticos em 2001. Em 2011, esse dado aumenta somente oito minutos, ou seja, dez horas e oito minutos do tempo que um homem empregado no Brasil dedica às atividades domésticas, enquanto as mulheres ocupadas destinavam vinte e quatro horas e quatro minutos no início da década passada. Em 2011, a atividade consumia vinte e duas horas e treze minutos. Esses dados revelam, portanto, que embora o avanço das forças produtivas tenha diminuído o trabalho doméstico feminino, ainda estamos longe de vê-lo eliminado.

É notório que historicamente essa separação entre as esferas produtiva e reprodutiva constituiu fator importante para a submissão da mulher e a hierarquização das ocupações e funções destinados a ambas as categorias.

[...] a divisão entre esfera produtiva e reprodutiva fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres. A esfera produtiva é a da valorização, da produção da riqueza e, portanto, é tida como um espaço privilegiadamente masculino. A esfera da reprodução social – aqui entendida como as atividades necessárias para garantir a manutenção e reprodução da força de trabalho –, é considerada um espaço feminino (CISNE, 2014, p. 88).

A dicotomia mundo produtivo/reprodutivo fez eclodir, em determinados momentos históricos, atitudes de resistência dos homens às mulheres no espaço de trabalho industrial. Visão machista e justificada pelo intrínseco preconceito oriundo da naturalização de que a mulher é destinada ao trabalho doméstico e a visão, socialmente construída, quanto a secundarização feminina.

No entanto, algumas mulheres, nas suas tentativas de ingressarem nas fábricas, ainda tem sua força de trabalho recusada pelos homens em virtude do preconceito, fazendo com que elas se voltassem para o espaço do trabalho doméstico, especialmente trabalhando nas casas de outras mulheres pertencentes à burguesia (NOGUEIRA, 2006, p. 24-25).

Muitas das discussões sobre a não-aceitação da mulher no mercado de trabalho deram-se pela não combinação entre o trabalho produtivo e reprodutivo. Pois questionavam, que as mesmas não iriam cuidar e educar, de maneira correta, os (as) filhos (as).

Portanto, foi se concretizando as condições sociais que legitimavam a precarização e subjugação da vida das mulheres, constituindo o contexto para uma força de trabalho pronta a ser explorada pelo capital.

As desvantagens sociais de que gozam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

Essa inserção ocorreu diante de um cenário econômico e social marcado pela crise que afetou os Estados capitalistas – em especial os países centrais. As condições de trabalho se deterioraram, em níveis desiguais pelo mundo. Homens e mulheres vivenciaram contextos diferentes, uma vez que o desemprego estrutural<sup>13</sup> se fazia presente e foi elemento novo neste período, assim como a necessidade de modificações na legislação trabalhista e outros direitos sociais.

Analisando sob o recorte de classe, gênero e raça – uma vez que mesmo não analisando profundamente o viés da raça, ele torna-se visível em suas problematizações -, Antunes (2000, p. 105-106) traz a discussão em torno da divisão sexual do trabalho no espaço fabril e apresenta as particularidades que circunscrevem a ocupação de homens e de mulheres.

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas as mulheres trabalhadoras

---

<sup>13</sup> Essa discussão vai ser retomada e aprofundada no capítulo seguinte.

(e, muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as).

A globalização ou mundialização da economia propiciou ao capitalismo enfrentar a crise e levou a uma acumulação sem fronteiras, com consequências múltiplas para todos os trabalhadores, principalmente para as mulheres. Para sustentar esta acumulação do capital, foi implementado mundialmente, de forma específica em cada local, um conjunto de medidas que modificou as formas de organização e gestão do trabalho, consubstanciando “novas” bases do sistema de produção, com impactos diversos para a produção e os trabalhadores. A reestruturação produtiva empreendida elementos para aperfeiçoamento da produção e extração de valor e manutenção do *status quo* do capital.

[...] essa intensificação é também resultado dos novos modelos, das novas formas de organização do trabalho e da produção. Estas novas formas são organizações flexíveis da produção e aparecem como extremamente essenciais para a própria reprodução do sistema de trabalho e do emprego (HIRATA, 2010, p. 23).

Bruschini, Ricoldi e Mercado (2008, p. 25-26), a partir de um estudo comparativo de regiões brasileiras, no que se refere à ocupação dos postos de trabalho, apontam que:

Em 2005, nada menos que 33% da força de trabalho feminina do Brasil, ou 12 milhões de trabalhadoras, encontravam-se em nichos precários, seja como trabalhadoras domésticas, seja realizando atividades não-remuneradas ou trabalhos na produção para o consumo próprio ou do grupo familiar.

Neste contexto, abordar as relações de trabalho da mulher é pensar em precarização e exploração quanto ao uso de sua força de trabalho, uma vez que, à luz do capital, a categoria trabalho tem seu sentido ontológico (des)construído. Contudo, as metamorfoses que afetam o mundo do trabalho apontam repensar a divisão sexual do trabalho para que seu entendimento possa ir além da aparência do que tange as desigualdades na divisão do trabalho. Precisa ir ao encontro da essência que envolve essas determinações.

É, portanto, diante da construção crítica do debate acerca da divisão sexual do trabalho que as autoras Kergoat e Hirata (2008) definem este conceito, partindo do entendimento de que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e societalmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.) (*idem*, p. 266).

Para além dessa constatação, Kergoat e Hirata ainda apontam elementos para uma compreensão mais detalhada que envolve a divisão sexual do trabalho. As mesmas discorrem que essa maneira de tratar a divisão social do trabalho em bases sexistas tem princípios organizadores – o da separação e o hierárquico.

O primeiro problematiza a definição de que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, a partir das naturalizações e caracterizações, socialmente construídas, de que os espaços são definidos e, conseqüentemente, ocupados mediante uma análise a partir do sexo, consubstanciados mediante as construções de gênero.

Segundo apontamentos das autoras Pelatieri e Lima (2008, p. 139), “as mulheres ainda ingressam no mercado de trabalho em situação desigual, se comparada à dos homens, e esta desigualdade permanece durante toda sua trajetória”.

Tal constatação torna-se ainda mais acentuada quando se adentra na análise de classe, uma vez que “historicamente, são as mais pobres que se encontram em condições de trabalho mais precárias, estão sujeitas à violência, têm menos acesso à formação profissional e técnica [...]” (PELATIERI e LIMA, 2008, p. 141).

O quadro de inserção em postos precários e com críticas condições de valorização do trabalho permeia o contexto de vida das mulheres quando visto a partir das ocupações no mundo do trabalho. Diante disso, Cisne (2014, p. 89) assevera que:

A divisão sexual do trabalho, por conseguinte, não pode ser compreendida apenas como uma diferença entre os trabalhos realizados por homens e mulheres e sim como a base das assimetrias e hierarquias contidas nessa divisão, e que se expressam nas desigualdades existentes, dentre outros aspectos, nas carreiras, nas qualificações e nos salários entre os sexos.

E, mesmo estando as mulheres inseridas em espaços com condições de trabalho mais satisfatórias, ainda é perceptível a continuidade de sua participação em atividades que fixam as naturalizações inatas atribuídas a elas. Isso se mostra evidente a partir dos estudos apontados por Hirata (2002, p. 179) quando a mesma aborda que:

À divisão das oficinas de acordo com o sexo correspondiam diferenças nos tipos de tarefas. As mulheres efetuavam trabalhos de montagem leves, sob forte pressão de tempo e um ritmo de trabalho imposto, seja por uma linha de montagem, seja pela supervisão dos chefes. Trabalhos simples, dissociados, fragmentados, que realizavam sentadas, com as mãos ou pequenas ferramentas, em um ambiente, sobretudo limpo e tranquilo.

Corroborando com o pensamento de Hirata (2002), Cisne (2014, p. 91) diz que:

A apropriação dessas 'qualidades' tidas como femininas desconsidera o treinamento informal das mulheres, atribuindo tais 'qualidades' a uma suposta 'natureza feminina'. Isso permite que as atividades realizadas pelas mulheres não sejam percebidas, tampouco, valorizadas como um trabalho especializado, o que serve de justificativa para os baixos salários.

O segundo elemento que possibilita uma análise mais apropriada da divisão sexual do trabalho é o hierárquico, que se refere, segundo Kergoat e Hirata (2008), as construções hierárquicas de que o trabalho do homem "vale" mais do que o trabalho realizado pela mulher. Esse destaque é relevante uma vez que ainda é notório o distanciamento entre a remuneração recebida pelas mulheres em relação a dos homens, mesmo quando ocupando o mesmo cargo de trabalho.

A atividade econômica feminina continua sendo caracterizada por segregação ocupacional, em setores de baixos *status*, com remuneração menor que os homens, mesmo quando elas exercem a mesma carga horária e têm níveis equivalentes de escolaridade (POSTHUMA, 1998, p. 21).

Além disso, “a expansão do trabalho feminino tem se verificado, sobretudo no trabalho mais precarizado [...] com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens” (ANTUNES, 2000, p. 108).

Compreender a divisão sexual do trabalho implica, ainda, problematizar os aspectos em torno das dimensões de classe, uma vez que:

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (ANTUNES, 2000, p. 109).

É inegável a compreensão de que a categoria gênero não se resume a entender as relações sociais unicamente pela perspectiva do sexo, mas, numa perspectiva de totalidade, que compreende as construções sociais vivenciadas em sociedade. A lógica binária de que o lugar do homem é assumindo o papel do trabalho na esfera pública e a mulher na esfera privada vai perdurar e se agravar no sistema capitalista.

Na contemporaneidade se apresentam múltiplas facetas e cenários oriundos das transformações no mundo do trabalho guiadas pelo interesse do capital, que Antunes (2005) vai chamar de “nova morfologia do trabalho”. São as novas determinações que caracteriza o contexto da classe trabalhadora.

[...] uma noção ampliada, abrangente e contemporânea de classe trabalhadora, hoje, a classe-que-vive-do-trabalho, deve incorporar também aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time*, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo (ANTUNES, 2005, p. 52).

As estratégias usadas pelo capital para obter seus interesses lucrativos, vão na direção das mais perversas formas de precarização e alienação da força de trabalho humana. Em meio a esse cenário, as mulheres

aparecem como parte integrante do universo dos trabalhadores, enquanto sujeitos imersos na categoria de assalariados<sup>14</sup>.

Para caracterizar o universo do trabalho atual em que se inserem as mulheres é importante perceber que a classe trabalhadora não é um todo homogêneo, muito pelo contrário. A referida classe tem caráter heterogêneo, quando vista pela órbita de que homens e mulheres são vistos e assumem condições diferenciadas na esfera de mercado.

As tradições de masculinização e feminização de profissões e tarefas se constituem às vezes por extensão de práticas masculinas e femininas: homens fazem trabalhos que exigem força, mulheres fazem trabalhos que reproduzem tarefas domésticas. Mas, mais do que a transferência das tarefas, são as regras da dominação de gênero que se produzem e reproduzem nas várias esferas da atividade social (LOBO, 1991, 152).

Mesmo considerando o avanço no que se refere ao ingresso das mulheres na esfera pública<sup>15</sup>, tanto em nível de Brasil como de mundo, é preciso reconhecer que não há uma situação democrática no que tange às condições de sua permanência no mercado de trabalho. Permanecessem as assimetrias em relação aos direitos trabalhistas em comparação com os homens e pouco se conquistou no âmbito da esfera doméstica, já que esta continua sendo atribuição feminina.

A entrada em massa das mulheres na força de trabalho no século 20, em extensão tão significativa que hoje elas já chegam a constituir maioria nos países de capitalismo avançado, não resultou em sua emancipação. Em vez disso, apareceu a tendência de generalizar para toda a força de trabalho a imposição dos salários mais baixos a que as mulheres sempre tiveram de se submeter; exatamente como a 'concessão' legislativa à mulheres [...] (MÉSZÁROS, 2011, 272)

---

<sup>14</sup> "Tal organização da produção, ao reduzir o uso da força muscular, permite a ampliação do contingente disponível dos assalariados mediante a incorporação do trabalho da mulher e da criança, e coloca toda a família trabalhadora sob a dependência do capital" (IAMAMOTO, 2008, p. 73).

<sup>15</sup> A conquista do espaço produtivo se deve ao protagonismo do movimento feminista, que contribuiu para a construção da perspectiva revolucionária, crítica e política das mulheres. Este movimento de luta levantou bandeiras que tinham um teor de inquietar, questionar e problematizar a condição e a posição social, política, econômica e cultural em que a mulher ocupava.

Por mais que se vislumbre, após a inserção da mulher no espaço público do mundo do trabalho, uma ruptura com a unicidade do trabalho reprodutivo, como já discorrido antes, é perceptível, criticamente, que há uma intensificação de sua jornada de trabalho.

Essa maior inserção da mulher no mercado de trabalho significa ampliação de suas responsabilidades, com a comum e consequente dupla jornada. Prova disso são os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2005, onde os afazeres domésticos são atividades predominantemente femininas. Da população total, somente 51% dos homens realizam tarefas domésticas, enquanto, entre as mulheres, o percentual é superior a 90% [...] o ingresso no mercado de trabalho não significa o abandono do trabalho reprodutivo [...] (PELATIERI; LIMA, 2008, p. 142-143).

O capital, no entanto, veio a se apropriar das “qualidades” e atributos ditos femininos como estratégia mercadológica para explorar sua força de trabalho, tanto na esfera reprodutiva, já que este se constitui como indispensável para a reprodução da força de trabalho, como também para a garantia da produção de mercadorias. Entretanto, a parte do trabalho realizado pelas mulheres no espaço privado fica a margem do mercado.

A sociedade valoriza o trabalho destinado ao mercado, relegando a um segundo plano o trabalho não-mercantil. Desse modo, o trabalho reprodutivo, sempre visto como preferencialmente de responsabilidade das mulheres, não é computado na jornada de trabalho (PELATIERI; LIMA, 2008, p. 137).

Assim, a mulher é duplamente explorada salarialmente, pois recebe sempre menos que os homens e nunca é paga pelas atividades que realiza no âmbito doméstico.

Os contornos da nova morfologia do trabalho mostram que as mulheres estão se inserindo em atividades formais precarizadas, repetitivas, com pouca tecnologia, com baixos salários, e, por outro lado, é maioria no mercado informal de trabalho. Este cenário se configura nas naturalizações orientadas perante o recorte de gênero.

Como se pode verificar facilmente nas cidades produtivas nacionais e internacionais, as mulheres predominam nos estágios mais degradados da terceirização ou quarterização. A Nike, por exemplo, usa mão-de-obra feminina oriental,



trabalhando em domicílio e recebendo quantias miseráveis. Todos os estudos sobre força de trabalho feminina no mundo de economia globalizada revelam sua mais acentuada subordinação. Isto equivale a dizer que, quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas (SAFIOTTI, 2004, p. 129-130).

As novas formas de contratação de pessoal possibilita a mulher assumir determinadas atividades que agudizam sua exploração e prejudicam seu desenvolvimento.

Sobre essas novas formas de trabalho, Antunes (2013) aponta que o mundo do trabalho contemporâneo, mediante as tranformações sociais e econômicas pós década de 1970, apresenta um nítido sentido multiforme, o qual afetar, consubstancialmente, a classe trabalhadora.

[...] as novas formas vigentes de valorização do trabalho, ao mesmo tempo que trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente, precarizam, informalizam e expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores [e trabalhadoras] que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados (ANTUNES, 2013, p. 13).

As transformações no mundo trabalho impactarão nas múltiplas formas de trabalho, onde de um de lado temos a exigência de força de trabalho intelectualizada para inserção em postos de trabalho dotados de informatização e tecnologia e, de outro, assistimos aos diversos modos da informalidade, como: o trabalho terceirizado (caracterizando o retorno de bases arcaicas de produção nas células familiares, por exemplo), o incentivo ao trabalho voluntário, o cooperativismo.

Esse cenário estratégico beneficiará diretamente o capital, uma vez que o montante de trabalhadores/as sobrantes no mercado de trabalho e sujeitos a essas formas de empregabilidade redundará na criação do que Antunes (2013) chama de “bolsão de desempregados”.

O reflexo será a diminuição na redução da remuneração dos trabalhadores/as, distanciamento do acesso aos direitos trabalhistas e um acirramento na busca de inserção e permanência no mercado de trabalho.

Para as mulheres o quadro de precarização e exploração será ainda mais acentuado, uma vez que as mesmas assumirão uma jornada de trabalho mais intensa por continuar o trabalho doméstico.

[...] ao ocupar postos precários de trabalho, perde de fato todos os seus direitos trabalhistas, como licenças. Ao ocupar postos part time, o capital faz com que ela acumule o trabalho doméstico, o cuidado dos filhos e dos idosos, cumprindo dupla e às vezes até tripla jornada de trabalho, sem qualquer garantia trabalhista, sem descanso remunerado e pior, sem tempo pra qualificar-se como trabalhadora e assim poder melhorar sua situação. E ainda dando graças a Deus por ter conseguido um trabalho (TOLEDO, 2005, p. 58).

A estratégia do capital de aumentar a sua mais-valia, com a utilização da força de trabalho das mulheres em atividades que exploram as qualidades ditas femininas, vem sendo usada com sucesso. É importante, porém, lembrar que as diferenças existentes entre o homem e a mulher não impedem que possam desenvolver qualquer atividade ou ocupar qualquer lugar na esfera social. São capazes de assumir atividades diversas na sociedade, desde que tenham as mesmas oportunidades. Na atual realidade da divisão sexual do trabalho, o que se tem são signos socialmente construídos e que justificam tratamentos diferenciados, com privilégios para os homens e exclusão para as mulheres.

Marx (*apud* TOLEDO, 2005, p. 26) argumenta que “[...] com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens”.

[...] todos os fatos históricos e as últimas descobertas antropológicas nos levam a afirmar que existiu um período de humanidade no qual havia igualdade entre a mulher e o homem, e é justamente o período no qual ambos tinham uma relação orgânica com seus pressupostos de trabalho (TOLEDO, 2005, p.25).

Contudo, é importante compreender que o capitalismo trata de naturalizar a desigualdade entre homens e mulheres como uma estratégia própria deste sistema. Implicando as relações sócias de gênero, classe e raça em condicionamentos fundantes desta lógica impregnada no tecido social, fazendo dos seres humanos “marionetes” da sociedade burguesa.

### 2.3 A construção social das relações de gênero: o capital e a apropriação do trabalho das mulheres

Os registros históricos da vida das mulheres mostram o caráter invisibilizado que estas tiveram em se tratando de sua participação no espaço público. A elas eram destinadas as atribuições voltadas a responsabilização com o lar, incluindo os afazeres domésticos e cuidados com os (as) filhos (as), caracterizando, historicamente, um processo de exclusão da participação das mulheres na vida econômica e, principalmente, da esfera da política.

[...] elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a *stasis*, a desordem. Sua fala em público é indecente. 'Que a mulher conserve silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão' [...] até mesmo o corpo das mulheres amedronta. É preferível que esteja coberto de véus [...] porque são pouco vistas, pouco se fala delas. E esta é uma segunda razão do silêncio: *o silêncio das fontes*. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais (PERROT, 2012, p. 16-17).

A história, em parte, obscureceu os registros reais da vida que envolvia as mulheres<sup>16</sup>. Isso está apoiado em alicerces de fortes valores morais e simbólicos associados à época vivida nas diferentes sociedades.

Nas sociedades primitivas, conforme Lessa (2012), a organização da comunidade se dava de forma ausente de hierarquização. Não havia destinação de papel a mulher ou ao homem. Não havia divisão de tarefas entre os seres devido a sexo ou idade, por exemplo. O que existia era uma base de trabalho coletivo pautado na busca pela sobrevivência de todos, independente de sexo, idade e raça.

---

<sup>16</sup> “No que se refere a à história das mulheres, a reação da maioria das (os)historiadoras (es) não feministas foi o reconhecimento e em seguida a devolução da história das mulheres a um domínio separado ('as mulheres tiveram uma história separada daquela dos homens, em consequência deixemos as feministas fazerem a história das mulheres que certamente não nos concerne'; ou 'a história das mulheres concerne ao sexo e à família e deveria se fazer separadamente da história política e econômica')” (SCOTT, 1990, p. 6).

Os cuidados com as crianças eram feitos por todos (pais, mães, irmãos), sendo responsabilidade da comunidade a lida com as atribuições para a manutenção da organização social.

[...] nem as tarefas de criação dos filhos, preparação dos alimentos, etc. eram femininas ou masculinas; eram atividades coletivas que envolviam pessoas de ambos os sexos e de todas as idades [...] a divisão das tarefas não implicava uma hierarquia de poder nem cancelava a autonomia de cada pessoa (LESSA, 2012, p. 18-19).

Todavia, ainda sobre o processo de criação das crianças, havia nessa época um detalhe que merece atenção: não existia uma formação de família mononuclear/ monogâmica composta por pai, mãe e filhos, por exemplo, fundada em uma ordem de obediência e hierarquia. A ideia de família se dava pelo todo, pela comunidade.

A figura do pai era representada por todos os homens da tribo, os primos eram todos os jovens que não fossem os irmãos; porém, a figura da mãe era individualizada em consequência do nascimento. Ou seja, pelo fato da criança ter sido gerada em seu ventre, cabia a mesma “o título” de unicidade no que se refere à maternidade da mesma.

Essa caracterização histórica faz perceber que mesmo não havendo hierarquização quanto à distribuição das tarefas entre os sexos, refletia sobre a mulher o direcionamento da maternidade, como bem apresenta Lessa (2012, p. 18) “[...] apenas as mães eram individualizadas pelo nascimento”.

Neste sentido, em uma visão crítica, dentro da perspectiva de gênero, a maternidade já se fazia presente como algo ligado a mulher e que a criança era vista como uma espécie de concepção maior da figura feminina, mesmo que os cuidados diretos não fossem responsabilidade única das mesmas.

O contexto sócio-histórico vivenciado nas sociedades primitivas era notório de colaboração quanto à divisão das tarefas, uma vez que a coletividade sobressaía à individualidade. Para o bem estar da comunidade era necessário que todas as pessoas realizassem suas atividades conforme suas principais aptidões, conforme explana Lessa (2012, p. 18):

Se um indivíduo era mais capaz do que outro para encontrar alimentos, todos comeriam mais; se outro era melhor para

encontrar a rota ideal para a migração daquele dia, todos andariam menos [...].

Contudo, existiam conflitos interpessoais, tanto entre os homens como entre as mulheres quando se refere à busca pela sobrevivência. Mas, tais conflitos não possuíam o teor de classe quando se compara com as sociedades capitalistas, a partir da divisão social do trabalho e da propriedade privada. “[...] As trocas tinham um valor ideológico (solidificar laços de amizade, etc.) muito mais que econômico (idem, p. 19)”. No modo de produção primitivo, os indivíduos não viviam para lucrar ou enriquecer, mas buscavam no trabalho a forma de sobrevivência. E mais, “todos [eram] iguais e livres, inclusive as mulheres” (ENGELS, 2012, p. 124).

A evidência das relações sociais de gênero fica nítida quando Lessa (2012) afirma que nas sociedades primitivas as atividades não eram divididas mediante o critério do sexo, mas, quando assim eram feitas, frequentemente cabia ao homem a realização de tarefas tidas, hoje, como femininas.

Sobre esse aspecto Saffioti (2004, p. 58) vai dizer que:

Entendido como imagens que as sociedades constroem do masculino e do feminino, não pode haver uma só sociedade sem gênero. A eles corresponde uma certa divisão social do trabalho, conhecida como divisão sexual do trabalho, na medida em que ela se faz obedecendo ao critério de sexo. Isto não implica, todavia, que as atividades socialmente atribuídas às mulheres sejam desvalorizadas em relação às dos homens [por exemplo].

As determinações ou condicionamentos quanto a realização de tarefas orientadas pelo fator biológico evidencia a corroboração mediante o processo histórico evidenciado, norteados pelos condicionantes sociais, econômicos e políticos que influenciam as construções de gênero. Isto mostra que nem em todas as sociedades à mulher foi destinada as atribuições que, hoje, lhes são designadas de forma desvalorizada e explorada. Não ocorria porque as bases que regiam as sociedades caracterizavam-se pelos interesses coletivos e organização social, sem interesse de exploração do trabalho dos indivíduos, uma vez que a realização do trabalho se dava de forma livre e para a obtenção da sobrevivência coletiva da comunidade.

A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho [...] nas sociedades pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras eram ativas: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e lojas; nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas (SAFFIOTI, 2013, p. 61).

Entretanto, analisando o contexto sócio-histórico-econômico das gens e tribos entre os gregos, romanos e germanos, Engels (2012, p. 200) afirma que mesmo não sendo uma divisão do trabalho pautada pelo viés de classes sociais, já preponderava uma divisão das tarefas mediante o sexo, sobre isso ele contextualiza:

[...] o homem vai à guerra, incumbe-se da caça e da pesca, procura as matérias-primas para a alimentação, produz os instrumentos necessários para a consecução dos seus fins. A mulher cuida da casa, prepara a comida confecciona as roupas: cozinha, fia e cose. Cada um manda em seu domínio: o homem na floresta, a mulher em casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem possui as armas e os petrechos da caça e pesca, a mulher é dona dos utensílios caseiros.

A partir da citação, é evidente que mesmo nas sociedades pré-capitalistas em que a realização do trabalho não tinha ainda uma configuração pautada na alienação e obtenção do lucro mediante a venda da força de trabalho humana, já existia a exclusão da mulher do trabalho na esfera pública. Cabendo as mulheres, já neste período, as atividades confinadas ao espaço privado, o lar. Esse se caracterizava como um espaço de dominação e ocupação feminina.

Percebe-se que as relações sociais de gênero já se configuravam, mesmo que em seu contexto não tivesse um teor de precarização, dominação e exploração da força de trabalho feminina, como ocorre nas sociedades capitalistas.

Com o advento da agricultura e pecuária a sociedade primitiva produz o excedente e, com isso, iniciam-se os primeiros passos rumo às sociedades de classes. A organização das relações sociais de trabalho que antes se dava de forma livre, passa a caracterizar-se pela exploração do homem pelo homem. Surgiram as classes sociais, onde de um lado está a classe dominante e de outro, a dominada. “Os escravos, servos e proletários serão os que – forçados

pela violência da classe dominante – transformarão a natureza o ‘conteúdo material da riqueza social’” (LESSA, 2012, p. 24).

O excedente começa a existir e a troca natural dos produtos passa a dá lugar a acumulação e negociação.

A articulação entre trabalho excedente e carência não apenas tornou possível, mas também tornou necessária, a exploração do homem pelo homem: a sociedade de classes desenvolve suas forças produtivas muito mais rapidamente que as primitivas e tende a substituí-las ao longo da história (idem, p. 22-23).

Esse quadro de transição das bases de produção se altera definitivamente no século XVIII com a Revolução Industrial (1776-1830). Neste período, a organização de tipo industrial passa a dominar o cenário econômico. As bases da produção também sofreram transformações<sup>17</sup>.

É importante destacar que, como sujeito político, as mulheres já se faziam atuantes no século XVIII a partir da organização do movimento de mulheres na Revolução Francesa<sup>18</sup>, uma vez que reivindicaram por seus direitos e lutaram contra a sociedade dualista e segregadora dos direitos das mulheres. Entretanto, este movimento não foi sistemático e a luta das mulheres continuou.

As marcas da inserção da mulher no universo do trabalho capitalista, segundo Perrot (2012, p. 119) dá-se ainda em 1838, onde o ramo “têxtil foi o grande setor de emprego das mulheres, nas fábricas e nos ateliês”.

Alguns autores abordam as marcas históricas de como se deu essa inserção. Toledo (2005, p. 39) publiciza a problematização acerca desse processo durante a Revolução Industrial e os embates travados pelo capital:

A entrada em massa da mulher no mercado de trabalho se deu durante a chamada Revolução Industrial, que ocorreu na Inglaterra entre os anos de 1770 e 1830. [...] foi um processo vertiginoso, que mudou a situação da mulher de todas as

---

<sup>17</sup> Para o aprofundamento dessa discussão, recomenda-se a leitura de Lessa (2012) – Abaixo a família monogâmica e Engels (2012) – A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Uma vez que não é nosso propósito realizar maior detalhamento acerca dessa debate teórico nesse capítulo. Essa discussão será retomada no capítulo 3.

<sup>18</sup> Sobre essa discussão, ver artigo “Políticas públicas para as mulheres: uma análise crítica no Rio Grande do Norte” de autoria de Telma Gurgel contido no livro “Gênero e Serviço Social: múltiplos enfoques” 2012.

classes. A ideologia burguesa do amor maternal mostrou toda a sua hipocrisia ao ser imposta para as mulheres de todas as classes sociais, mas só valer de fato para a mulher burguesa, que tenha tempo para 'ser mãe'. As mulheres que não eram da burguesia foram 'confiscada pelo capital'.

As bases do processo de produção e da organização do trabalho assumem novas roupagens, engendrando novas relações sociais de gênero e seus rebatimentos. A mulher – e também o homem – passam a deter atribuições específicas mediante uma divisão social e sexual do trabalho, consubstanciadas com a divisão de classes.

A introdução do maquinário no processo de produção e, o conseqüente incremento de trabalho morto em detrimento do trabalho vivo <sup>19</sup> desencadeia um processo de crescente alienação da figura do/a trabalhador/a, em face do seu distanciamento do processo final de produção do qual participa. Santos (2013, p. 81) afirma que:

[...] o processo de trabalho [no capitalismo] se dá sob o controle do capitalista, detentor de dinheiro e meios de produção, a quem cabe regular a execução; e o produto do trabalho não pertence ao produtor imediato, mas, sim, ao proprietário dos meios de produção.

O domínio dos elementos do processo de produção pelo capitalista refletirá na exploração direta da classe trabalhadora, a qual sofrerá os mais perversos reflexos nas relações de trabalho, haja vista, ser a venda da força de trabalho sua única forma de sobrevivência e, vista pelo capital como mercadoria. Constituem-se, então, uma divisão social que se configura nas classes sociais.

A origem dessa divisão social foi fortemente influenciada a partir do surgimento da família monogâmica – isso ocorre na transição para as sociedades de classes -. A primeira estratégia é o rompimento da perspectiva coletiva pela busca da sobrevivência. Com as sociedades de classes, o individualismo é gerado e apregoado entre os sujeitos contrariando a coletividade. A colaboração “perde” lugar para a concorrência.

---

<sup>19</sup> Todavia, queremos deixar claro que corroboramos com Antunes (2005, p. 97) quando o mesmo traz que “não concordamos com a tese de que a redução do custo de força de trabalho indica a perda da centralidade do trabalho vivo, mas, ao contrário, expressa a expansão das múltiplas formas de exploração do trabalho [...]”.



Ninguém quer pagar os custos da alimentação, da educação, da criação dos filhos dos outros. Por isso, quando a exploração do homem pelo homem se instaura e a concorrência passa a predominar na vida social, não mais é possível que a criação e a educação das crianças, que a preparação dos alimentos e da moradia, etc. permaneçam como atividades coletivas (LESSA, 2012, p. 26).

Essa conjuntura de individualização também atingirá a família. A constituição e organização que antes era fundada em pilares coletivos passam agora a se caracterizar em nichos individualizados. Conforma uma base nuclear composta por pais, mães e filhos. Ademais, com o advento da sociedade de classes, os sujeitos e nações passarão a buscar, incessantemente, o acúmulo de riqueza. Com isso, serão desencadeadas guerras pela disputa e ocupação de terras.

Este dado afetará, substancialmente, a vida das famílias, pois como as mulheres eram vistas como importantes no sentido de serem tratadas como sujeitos de preservação da vida pelo fato da procriação, couberam aos homens as tarefas mais perigosas – ou ditas mais perigosas- e, assim, foram eles chamados a guerilhar.

Como será da guerra que virão os escravos, a riqueza que será expropriada dos trabalhadores será, então, convertida em propriedade privada dos indivíduos masculinos da classe dominante (LESSA, 2012 p. 27).

Portanto, a relação que nas sociedades pré-capitalistas eram fundadas na igualdade e consenso, passa a caracterizar-se nas sociedades de classes como relações de poder do homem sobre a mulher. Uma vez que o capital se apodera do trabalho da mulher para, estrategicamente, utilizá-la como força de trabalho barata e alicerçada nos pilares que a condicionam ao lugar de submissão ao homem. Então, “pode-se afirmar que as possibilidades de integração da mulher na sociedade variam em razão inversa do grau de desenvolvimento das forças produtivas” (SAFFIOTI, 2013, p. 64).

O modo capitalista de produção eleva ao máximo a contradição presente em todas as formações econômico-sociais anteriores

assentadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano (idem, p. 53).

Todavia, na França na época do Antigo Regime, as mulheres detinham uma relativa autonomia para o exercício das atividades de negociantes no comércio, uma vez que é válido ressaltar a presença feminina exercendo atividades que não eram domésticas. Mas, há de se considerar que as mesmas continuavam dependentes da permissão por parte de seus maridos. Sobre isso, Saffioti (2013) afirma de forma crítica que: “[...] quer de trabalho, quer de vida ociosa, sempre [a mulher] foi considerada menor e incapaz, necessitando de tutela de um homem, marido ou não” (idem, p. 62).

Durante a Primeira Guerra as mulheres assumiram postos de trabalho, antes não assumidos, em substituição aos homens que foram chamados a guerilhar, como já discorrido. Com a entrada das mulheres no universo fabril mudanças foram ocorrendo para comportar esta nova força de trabalho. Segundo Perrot (2012) as fábricas passam a “adaptar-se” a situação peculiar em que algumas mulheres vivenciavam como, por exemplo, a criação de espaços para a realização do aleitamento. Corroborando com Perrot (2012), Saffioti (2013, p. 79) apresenta o cenário da inserção das mulheres no mercado de trabalho, no período da Primeira Guerra, na França:

Durante a Primeira Guerra Mundial, a proporção de mulheres francesas economicamente ativas sofreu grande elevação. Os efetivos femininos passam de 30% a 40% nas indústrias gráficas, de 39% a 50% nas de papel e papelão, de 60% a 70% na indústria têxtil, de 33% a 42% nas indústrias de couros e peles; e, nas indústrias bélicas, nas quais as mulheres não chegavam a representar 5% da mão de obra antes do conflito internacional, passam a significar quase um quarto do total de trabalhadores do ramo [...] a elevação, entretanto, não se manteve; terminada a guerra, o trabalho feminino regride para os níveis anteriores.

No contexto pós-segunda guerra mundial, “novas indústrias – eletromecânica, eletrônica – absorvem uma mão de obra feminina originária de um ensino profissional não-adaptado” (PERROT, 2012, p. 121). Com isso, muitas mulheres sentiram os embates da não qualificação que passa a ser

exigência para inserção e permanência no mundo do trabalho<sup>20</sup>. E, além disso, o trabalho doméstico continuava como exclusivo de realização por parte das mulheres.

Para destacar a realidade da empregabilidade feminina no período pós-segunda guerra, Saffioti (2013, p. 79) apresenta a situação vivenciada na Inglaterra:

Durante a última guerra, a força de trabalho feminina efetiva na Inglaterra chegou a sofrer um aumento de 40%, passando o número de mulheres ativas de 5,094 milhões em 1939 para 5,572 milhões em 1940, 6,110 milhões e, 1941, 6,915 milhões em 1942, 7,253 milhões em 1943, 7,107 milhões em 1944 e 6,768 milhões em 1945. Nos anos de 1943 e 1944, elas representavam praticamente a metade da força de trabalho efetiva representada pelos homens ingleses (15,032 milhões de homens economicamente ativos em 1943 e 14,901 milhões em 1944).

Houve nessa época um forte incentivo ao emprego feminino devido à necessidade de garantir mão de obra, uma vez que os homens estavam servindo a guerra. Para isso, o Estado usou de estratégias, através do incentivo a políticas públicas, como a criação de creches, restaurantes populares para que, também, as mulheres casadas se inserissem nos postos de trabalho.

Entretanto, com o término do período bélico e o retorno da força de trabalho masculina, não havia mais a necessidade do Estado dá amparo e condições para que as mulheres casadas e com filho permanecessem no mercado de trabalho. Então, é quando creches e restaurantes são fechados.

As mulheres veem reduzidas as condições de permanência nos postos de trabalho e, outro fator impulsiona o retorno à unicidade do trabalho doméstico destinado a mulher: “a ideia de que, se o número de empregos é menor que o número de pessoas aptas a preenchê-los, aos homens cabe a prioridade” (SAFFIOTI, 2013, p. 80).

Neste sentido, o trabalho feminino mostrava-se de caráter temporário, uma pequena minoria seguia carreira. Saffioti (2013, p. 81) vai afirmar que essa

---

<sup>20</sup> Para um aprofundamento da divisão sexual do trabalho e qualificação na indústria consultar Hirata (2002), principalmente a parte III e p. 197-217.

realidade de temporalidade<sup>21</sup> e precarização do trabalho das mulheres “embora mais patente no trabalho das [mulheres] casadas [...] não deixa de estar presente na situação de trabalho de quase toda mulher, independentemente de seu estado civil”. Todavia, mesmo diante disso, Saffioti (2013) considera que o período bélico, especialmente o pós-segunda guerra mundial, foi decisivo para impulsionar a inserção da mulher no espaço produtivo.

É nessa passagem histórica que o homem ocupará destaque na esfera pública, uma vez que a maioria das atividades produtivas passa a ser vistas como de atribuição e competência masculina. Como diz Lessa (2012, p. 27) “[...] tudo o que diz respeito aos destinos da classe, à história do período, estará a cargo dos indivíduos masculinos; serão, agora, tarefas que cabem aos ‘homens’”.

Mesmo sendo considerável destacar a presença da mulher no espaço público, histórico e naturalizadamente destinado aos homens, é premente frisar que esta vem atrelada da “vontade” do homem. Caracterizando assim uma liberdade condicionada, pois “a felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento” (LESSA, 2012 p. 63). Era através desse contrato social que as mulheres adquiriam uma posição social e prosperidade econômica<sup>22</sup>, já que só se tornariam comerciantes sob essa condição.

[...] nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente seja a mulher inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo; desempenha, portanto, um relevante papel econômico (LESSA, 2012 p. 64).

As mulheres solteiras ficavam, então, excluídas desses espaços tidos como públicos<sup>23</sup>. E passam a ser incluídas – aqui eram todas as mulheres - na realização do trabalho que, logo, se caracterizará como trabalho doméstico.

---

<sup>21</sup> Saffioti (2013, p. 81) para evidenciar essa realidade traz a realidade das mulheres americanas: “a maior parte das mulheres americanas que trabalham não fazem carreira; antes, empregam-se temporariamente como vendedoras ou secretárias com o objetivo de fornecer rendimentos suplementares que possibilitem ao marido ou aos filhos terminar seus estudos ou efetuar o pagamento de empréstimos”.

<sup>22</sup> “embora não se possa falar em independência econômica da mulher (esta é uma noção individualista que nasce com o capitalismo), pois o trabalho se desenvolvia no grupo familiar e para ele, o mundo econômico não era estranho à mulher” (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

<sup>23</sup> “nos burgos da Inglaterra medieval, a mulher casada podia engajar-se no comércio, independentemente do marido, sendo, pois, responsável por seus atos enquanto pessoa jurídica [...] as moças solteiras, todavia, eram raras como aprendizes da guilda mercantil. Como um organismo fechado para fora, a guilda mercante dificultava a penetração das mulheres que não fossem levadas ao comércio por um homem” (SAFFIOTI, 2013, p. 62).

Isso porque para a manutenção da produção era necessário o espaço da reprodução (cuidado com as crianças, alimentação, higienização do lar, etc.) e, como a organização não se funda mais em bases coletivas, alguém haveria de ser o/a responsável pela realização dessas atividades. Portanto, foi a mulher incumbida de tais tarefas. Estas atribuições socialmente determinadas não foram classificadas com o estatuto de trabalho por serem tarefas circunscritas a casa, *lócus* de uso dos indivíduos e ambiente fechado da família, por conseguinte ficando, seu exercício, invisibilizado.

Nenhum senhor de escravo, senhor feudal ou burguês criará ou pagará a alimentação dos filhos de seus concorrentes – do mesmo modo que não cuidam dos filhos dos trabalhadores que exploram. Como tais atividades, ainda que fundamentais para a vida social, não geram propriedade privada, elas serão agora exercidas pelas mulheres enquanto parte da vida privada (isto é, não coletiva) de cada proprietário (LESSA, 2012 p. 27-28).

A relação conjugal, enquanto prática social está intimamente conectada com as relações no mundo do trabalho. Esta situação social contribui para que os homens possam se ocupar do espaço público e a mulher do *lócus* privado. No capitalismo ficou convencionalizado que o espaço público é o lugar da produção, gerador de riqueza. O espaço privado ficou estabelecido como *lócus* da produção das trocas subjetivas e simbólicas. Em conclusão, o trabalho realizado pelos homens se tornou privilegiado por gerar riqueza de forma direta e onde ele ocupa lugar destacado, enquanto que o trabalho realizado no âmbito doméstico, pelas mulheres, não produz bens materiais, com valor de troca (isso visto indiretamente, já que o trabalho doméstico contribui para permanência dos homens na esfera de trabalho).

E, para além da ocupação, Engels (2012, p. 203) mostra que com o surgimento do excedente da produção cabia ao homem, além desse, a detenção e apropriação dos bens da produção, já que “todo o excedente deixado agora pela produção pertencia ao homem; a mulher tinha participação no consumo, porém não na propriedade”. Às mulheres cabiam os papéis de dona de casa e esposa<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> As mulheres na sociedade de classes passam a ser vistas como objetos de tal modo que sob uma análise partindo da sexualidade, Lessa (2012, p. 32) traz que “na mesma proporção em

Então, o espaço privado foi destinado às mulheres e, socialmente, isso passou a ser visto com o algo naturalizado. Foi na família que as mulheres vivenciaram suas primeiras formas de submissão. Na família<sup>25</sup> monogâmica, constituída e oriunda junto às sociedades de classes, coube as mulheres o papel de procriação, cuidado com o lar e filhos/as. Ou seja, “a divisão do trabalho na família havia sido a base para a distribuição da propriedade entre o homem e a mulher” (ENGELS, 2012, p. 203-204).

A divisão social do trabalho em vigor coloca os indivíduos em pilares extremos, tanto no que se refere à apropriação da riqueza, quanto na realização do trabalho. Isto quer dizer, que além de uma divisão de classe, há também uma divisão de tarefas considerando o fator sexo no mundo do trabalho. “[...] aos homens correspondem às atividades relacionadas com a produção da riqueza social, e às mulheres as atividades domésticas [...]” (LESSA, 2012 p. 32) e esse em caráter cada vez mais invisibilizado.

A mesma causa que havia assegurado à mulher sua anterior supremacia na casa [...] assegurava agora a preponderância do homem no lar: o trabalho doméstico da mulher perdia agora sua importância, comparado com o trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição (ENGELS, 2012, p. 204).

O advento das sociedades de classes, portanto, traz intrínseco ao seu surgimento a exploração e dominação da mulher, uma vez que o sistema de classes, sob o recorte de gênero, segrega a mulher mediante a hierarquização de poder atribuída ao homem, estando em condições extremamente adversas à mulher.

No processo de industrialização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela [a mulher] contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou

---

que à mulher é negado o direito ao prazer, aos homens é requerida uma volúpia incontrolável”. Havia então, uma ideia de domínio e exclusão da sexualidade e prazer feminino.

<sup>25</sup> “a família, tal como hoje a conhecemos, não surge como resultado do amor entre os indivíduos. Surge como a propriedade patriarcal de tudo o que é doméstico” (LESSA, 2012, p. 31).

seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 2013, p. 65-66).

Apesar de ambos serem vítimas do processo de alienação ocasionado pelo sistema capitalista mediante a exploração do trabalho que agora não é mais livremente realizado<sup>26</sup>. Todavia, tal processo de alienação torna-se mais confortável ao homem<sup>27</sup> do que a mulher, uma vez que essa é duplamente explorada e dominada – pelo sistema e pelos condicionantes sociais que a aprisionam na família. Sobre o debate da perspectiva da liberdade em tempos de capitalismo, Saffioti (2013, p. 54) apregoa que “a liberdade de que cada homem goza na situação de mercado leva à ilusão de que as realizações de cada um variam em razão direta de suas capacidades individuais”.

A elas a vida era privada de liberdade política e social, ou como diz Lessa (2012, p. 33) “sua razão social de viver perdeu a sociedade por horizonte e se resumiu às relações mais imediatas, locais<sup>28</sup> [o lar e seus empregados]”.

Aos homens caberia o ato de pensar e decidir socialmente numa direção pública – as leis, as determinações, etc. era regido conforme suas vontades – enquanto isso, as mulheres cabiam ser a dona de casa, a cuidadora dos filhos/as e não tinham a extensão do trabalho fora do espaço do lar. Por isso, que a história é marcada e contada pelos homens e suas vontades, uma vez que a mulher era silenciada e invisibilizada como ser social político.

A falta de uma visão crítica dos homens sobre a realidade produzida socialmente, desenvolve a falsa ideia de sua supremacia e concorre para que o trabalho realizado pelas mulheres torne-se invisibilizado, com todas as consequências inerentes. Sobre isso, Muldworf (*apud* Saffioti, 2013, p. 74) diz

---

<sup>26</sup> Todavia, Saffioti (2013) ainda chama atenção que tanto o homem como a mulher serão nas sociedades capitalistas, a partir do trabalho assalariado, condicionados a exploração, uma vez que para sobreviver necessitará vender sua força de trabalho, a qual torna-se mercadoria. Mas, num viés de ordem estrutural, é a mulher a mais precarizada devido as apropriações sociais que o capital faz da sua condição enquanto sujeito sócio-histórico. Portanto, ela frisa a importância de ver a situação da mulher no mundo do trabalho de forma totalizante para não cair no fatalismo de fragmentar a análise.

<sup>27</sup> Sobre esse enfoque, Saffioti (2013, p. 74) traz a consideração de que “a grande maioria dos homens, centrando sua visão sobre a mulher como sua concorrente real no mercado de trabalho, deixa de perceber a situação feminina, e a sua própria, como determinadas pela totalidade histórica na qual ambos estão inseridos”.

<sup>28</sup> “o gineceu, o cômodo que em Atenas cabia às mulheres, era o único [na casa] que não tinha aberturas para fora da casa” (LESSA, 2012, p. 33).

que “libertar a mulher de sua alienação é, ao mesmo tempo, libertar o homem de seus fetiches”.

Avançando nessa discussão, Mézáros (2011, p. 271) discorre que:

A verdadeira igualdade dentro da família só seria viável se pudesse reverberar por todo o ‘macrocosmo’ social – o que, evidentemente, não é possível. Esta é a razão fundamental pela qual o tipo de família dominante deve estar estruturado de maneira apropriadamente autoritária e hierárquica.

Acontece, então, nas sociedades capitalistas a marginalização do trabalho realizado pelas mulheres e isso refletirá na precarização e falta da valorização deste. Isto implica no não reconhecimento do trabalho feminino enquanto atividade útil e produtora de riqueza, mesmo as que estão no nível do simbólico e subjetivo. Esta situação exclui a mulher enquanto sujeito da sociedade. Saffioti (2013, p. 69) coloca que o trabalho feminino foi implementado no capitalismo com o caráter de exploração.

O processo de acumulação do capital nesta fase não apenas elimina menos trabalho do que a máquina está apta a fazê-lo; elimina, por vezes, o trabalho do chefe da família não porque tenha a nova sociedade subvertido a nova hierarquia familiar, mas porque a tradição de submissão da mulher a tornou um ser fraco do ponto de vista das reivindicações sociais e, portanto, mais passível de exploração.

Mézáros (2011) vai chamar atenção para o processo de apropriação da força de trabalho feminina pelo capital. Baseia sua análise na adaptação e modificação que a estrutura familiar sofre em detrimento dos interesses de ordem econômica.

O mercado necessitava de força de trabalho, mas, não era – nem é – interesse dos capitalistas arcar com altos custos no pagamento de trabalhadores para que os mesmos cubram suas necessidades. Então, para isso, a utilização da força de trabalho feminina surge como possibilidade de trabalho e barateamento de força de trabalho, fazendo com que as mesmas não se percebam enquanto trabalhadoras, “não construindo, portanto, a identidade com a sua classe” (CISNE, 2012, p. 114).

Contudo, esse processo torna-se ambíguo. Primeiro porque vai significar a entrada da mulher no universo de trabalho, rompendo com a



unicidade do trabalho doméstico e encarado como emancipação econômica da mulher<sup>29</sup> e, por isso, trazendo a tona o viés de igualdade entre os sujeitos homens e mulheres.

Igualdade vista sob a base da formalidade exigida pelo capital e que Mézàros (2011) vai chamar de igualdade formal. Alcançar um nível de igualdade plena e real em tempos de capitalismo seria, para o teórico acima referenciado, um milagre, uma vez que para além de uma igualdade pelo viés do gênero, havia de ter uma igualdade de classe, o que só é possível de ser imaginado na vivência de uma nova ordem societária. Já que no seio do sistema capitalista as relações são fundadas em antagonismos e poder de uma classe sobre a outra e dos homens sobre as mulheres.

Isso traz à tona naturalmente a questão da igualdade entre homens e mulheres. A maior participação de mulheres nos postos de poder, o direito ao voto, as leis contra a violência doméstica são modificações originadas das próprias necessidades do capital. Contudo, os 'imperativos' materiais do sistema são tão avassaladoramente predominantes que, por esses ganhos, as mulheres não se aproximam de um estágio emancipado. Pelo contrário, veem suas condições objetivas de vida em processo de degradação (LESSA, 2012, p. 90).

Segundo, é estratégia capitalista a manutenção dessa massa de trabalhadoras, uma vez que ela tem atendido a produção de forma barateada, evidenciando a geração de mais-valia<sup>30</sup>. Terceiro, pela intensificação da jornada de trabalho da mulher, pois mesmo sendo de significativa conquista histórica pelo fato da mulher adentrar a esfera pública, a mesma não rompeu

---

<sup>29</sup> “[...] enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre e espontaneamente regulado pelos próprios indivíduos em seu ‘microcosmo’ autônomo (mas de maneira alguma independente da sociedade) do universo histórico interpessoal dado, com base numa igualdade significativa entre as pessoas envolvidas – ou seja, sem a imposição dos ditames socioeconômicos da ordem sociometabólica sobre eles – não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a autorrealização dos indivíduos como seres sociais particulares” (MÉSZÁROS, 2011, p. 268).

<sup>30</sup> “O produto, de propriedade do capitalista, é um valor-de-uso: fios, calçados etc. Mas, embora calçados sejam úteis à marcha da sociedade e nosso capitalista seja um decido progressista, não fabrica sapatos por paixão aos sapatos. Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem subextrado material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso, que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso, quer produzir mercadoria; além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia)” (MARX, 2002, p. 220).

com as atribuições das realizações das tarefas domésticas, tendo assim, intensificada sua jornada. O que vai caracterizar-se em um contexto de precarização das suas condições de trabalho.

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, as extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

Todavia, é interessante explicitar que as mulheres não foram, no decorrer da história, sujeitos amorfos e passivos de aceitação as condições naturalmente impostas às mesmas. Há de se destacar que houve aquelas que, em cada época e sociedade, promoveram suas revoluções – coletivas ou individuais – contra o sistema que as aprisionavam (ou aprisionam) como sujeitos secundarizados.

Foi, então, a partir da década de 1970 que as mulheres adentraram, de forma mais intensa, o mercado de trabalho. Isso se deveu, principalmente, ao protagonismo do movimento feminista mediante as lutas travadas em prol do reconhecimento político e enquanto sujeito das mulheres.

Ainda nessa década, no Brasil, foi possível vislumbrarmos mais organizadamente um pensamento crítico e revolucionário por parte de um coletivo de mulheres que se organizam nos movimentos feministas<sup>31</sup>. Inicialmente, as reivindicações se davam em torno da “luta dos movimentos de liberação das mulheres, não apenas na reivindicação dos novos direitos, mas de questionamento do domínio político” (CISNE, 2014, p. 138). As mulheres começam a se inserir no mundo do trabalho, vindo a romper com a ideia de apenas poder realizar trabalho doméstico. Mesmo sendo acentuada a inserção de mulheres no mundo do trabalho produtivo a partir da referida década, o espaço doméstico continuou sendo *locus* privilegiado feminino.

---

<sup>31</sup> Para aprofundamento histórico-crítico acerca do movimento feminista, recomendamos a leitura de Mirla Cisne (2014): *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*.

O contexto sócio-político também já evidenciava elementos que rompiam com padrões fixos os quais, durante vasto período histórico, aprisionava as mulheres. Elas já podem votar, já pode divorciar-se e assumem uma consciência crítica-política de busca pela liberdade de suas escolhas. Porém, por mais importante que esse contexto seja para a luta histórica das mulheres, ainda não é suficiente para torná-las livres – ou emancipadas – no que se refere à submissão vivenciada socialmente.

[...] nem a igualdade no trabalho, nem o direito ao voto eram suficientes para alterar a situação das mulheres na sociedade. Para isso, seria necessária, a ruptura pelas próprias mulheres, com as relações de submissão e opressão, bem como as práticas sociais de homens e mulheres estabelecidas (GOLDMAN 1978 *apud* CISNE 2012, p. 112-113).

Neste sentido, a mulher, que antes somente servia ao marido e ao filho – destaca-se que a mulher continuou com as atribuições domésticas, mas não somente – ampliou significativamente sua participação no âmbito da vida pública em geral, como sua inserção massiva nas universidades.

Este contexto, aliado as estratégias perversas da obtenção da mais-valia sob os ditames da intensificação e exploração da força de trabalho humana, fez com que as mulheres fossem inseridas no mundo do trabalho. Esta inserção ocorreu de modo paradoxal. Ao mesmo tempo em que conseguiam mais empregos, foram os postos de trabalho mais precarizados que as mulheres ocuparam e, ainda, ocupam. Segundo Bruschini (2008, p. 26), pesquisa de 2005 realizada nas regiões brasileiras, mostra que:

O emprego doméstico é o nicho ocupacional feminino por excelência, no qual mais de 90% dos trabalhadores são mulheres. Ele se manteve como importante fonte de ocupação, praticamente estável até 2005, absorvendo 17% da força de trabalho feminina no Brasil, 15% no Nordeste e 19% no Sudeste.

A referida pesquisa evidencia que as ocupações que as mulheres se inserem são, ainda, nitidamente marcadas pelos postos de trabalhos que caracterizam atribuições inatas a estas. O emprego doméstico, como destacado, contribui para que a mulher continue a margem do sistema produtivo de bens e serviços na sociedade capitalista.

Aprofundando a análise acerca das ocupações femininas, Bruschini (2008) acrescenta que mesmo sendo consideravelmente elevado o percentual de mulheres inseridas em postos de trabalho caracterizados como precários, houve, nessa mesma época, uma significativa redução da permanência destas nos referidos postos. Isso ocorreu, justifica a autora, pela migração das mulheres para postos de trabalho em setores formais. Porém, a análise-crítica que se faz sobre essa observação é que mesmo com a entrada no mercado formal de trabalho, as condições de inserção mediante as construções sociais de gênero, marcam a ocupação das mulheres.

É notório o acesso aos direitos trabalhistas e os ganhos são significativos, todavia, não exime o recorte de gênero que ainda finda o direcionamento da mulher ao mundo do trabalho.

Persistem igualmente outros tradicionais guetos femininos, como enfermagem (89% de participação feminina), nutrição (93%), assistência social (91%), psicologia (89%) e magistério nos níveis pré-escolar (95%), fundamental (88%) e médio (74%) [...] [mesmo] no emprego formal, representam continuidades no padrão de ocupação das mulheres a elevada presença feminina em setores tradicionais da indústria, como é o caso das costureiras no ramo da confecção [...] (BRUSCHINI, 2008, p. 28).

Essa participação nos espaços públicos, como assim se denomina todo espaço voltado à esfera externa ao ambiente da casa, da família – o qual se denomina privado – ainda era vista como impossibilitado quanto à participação da maioria das mulheres.

Em se tratando da realização do trabalho doméstico, Bulport (1986, p. 14) apresenta o discurso escrito em um panfleto da CGT (*Confédération générale du travail*) na década de 1920 em um sindicato francês:

Numa sociedade que deveria ser bem organizada, a mulher, companheira de um homem, é concebida inicialmente para fazer filhos; em seguida, para lavá-los; conservar sua casa limpa; educar seus filhos; instruir-se aos educá-los e tornar o mais feliz possível a existência de seu companheiro, e assim fazer com que ele esqueça a exploração monstruosa de que é vítima. A nosso juízo, este é seu papel social.

O discurso de responsabilização atribuída a figura da mulher quanto à naturalização desta no que se refere às atribuições contidas na esfera

doméstica é algo presente até os dias atuais. Isto ocorre devido o enraizamento, ainda vigente, das representações fixadas com base no binômio homem/mulher, gerado pelo discurso conservador e de poder das instituições: Estado, Família, Escola, Igreja<sup>32</sup>, por exemplo. Como afirma Mészáros, “a família está entrelaçada às outras instituições a serviço da reprodução do sistema dominante de valores” (MÉSZÁROS, 2011, p. 271).

Sobre isso, Mészáros (2011) traz a discussão da dominação e hierarquização perpassando a vida das mulheres e, historicamente e socialmente, influenciada pelas instituições acima citadas, em especial a família, alicerçadas pelos ditames do capital. Assim, ele apresenta:

[...] dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela igualdade verdadeira que desafia diretamente a autoridade do capital, prevalecente no ‘macrocosmo’ abrangente da sociedade e igualmente no ‘microcosmo’ da família nuclear. No fundo, esta não deixa de ser profundamente autoritária devido às funções que lhe são atribuídas num sistema de controle metabólico dominado pelo capital, que determina a orientação de indivíduos particulares por meio de seu sistema incontestável de valores (idem).

São notórias, assim, as “interdependências que marcam a vida profissional das mulheres e o processo familiar”, diz Bulport (1986, p. 16). Isso faz perceber, portanto, que há uma relação direta do trabalho ligado aos cuidados relacionados ao espaço familiar – doméstico - como atribuição das mulheres.

Diante dessa análise, é importante destacar que historicamente o trabalho doméstico adquiriu essa invisibilidade e a mulher, como sua responsável, sofreu seus reflexos. Naturalizado como uma atribuição feminina, não é reconhecido, tampouco valorizado como trabalho. Isso faz com que essa força de trabalho seja também, além de explorada intensamente, desconhecida e desvalorizada.

A subordinação da mulher e os dons ou habilidades ditas femininas são apropriadas pelo capital para exploração da

---

<sup>32</sup> “o poder não opera em um só lugar, mas em lugares múltiplos: a família, a vida sexual, a maneira pela qual tratamos os loucos, a exclusão dos homossexuais, as relações entre os homens e as mulheres [...] todas estas são relações políticas” (SCAVONE, *apud* FOUCAULT 2006, p. 88).

força de trabalho, pois, as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres – ao serem vistos como atributos naturais, extensões de habilidades próprias do gênero feminino – são consideradas dons e não trabalho (CISNE, 2012, p. 114).

Com a significativa entrada das mulheres na órbita do trabalho produtivo, a partir do processo de industrialização, houve uma espécie de acúmulo por parte desses sujeitos no que se refere ao trabalho produtivo e reprodutivo, ficando este segundo caracterizado como algo “natural” e inerente à mulher e, conseqüentemente, não remunerado.

A baixa remuneração e a desigualdade salarial são características marcantes que retratam a inserção da mulher no mundo do trabalho. Há nesse processo um agravante quando se analisa, sob um viés de totalidade, a partir das classes, da raça e do sexo. Continua sendo a mulher negra e pobre a que ocupa os postos de trabalho mais precarizados e explorados.

Sobre essa constatação, em pesquisa realizada entre 2001 e 2009 com base nos dados apresentados na PNAD, Araújo e Lombradi (2013) traz análises que corroboram com o acima tratado.

As brancas mais escolarizadas ganham em torno de R\$ 12,50/hora em ambos os segmentos do mercado de trabalho, porém, as negras com igual preparo, além de ganharem menos do que todos os subgrupos de sexo e raça analisados, apresentam maior desvantagem de remuneração no informal: ganham R\$ 8,49, enquanto, no formal, auferem R\$ 10,43/hora (idem, p. 471).

Sobre isso Saffioti (2013, p. 71) assegura que “[...] à mulher das camadas menos privilegiadas o trabalho se impõe como meio de subsistência”. E mais, “preconceitos de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação do capital” (idem, p. 82).

Sobre a situação que envolve a inserção da mulher nos postos de trabalho, Saffioti (2013, p. 82), mediante observações acerca de pesquisa realizada por Madeleine Guilbert no que tange as caracterizações que perpassam a ocupação da mulher nas sociedades capitalistas contemporâneas, revela que:

[...] não apenas que as mulheres são postas em funções menos prestigiosas na indústria, desenvolvendo os trabalhos mais repetitivos e fragmentários, mas também que, mesmo quando o nível profissional do trabalho do homem e da mulher é o mesmo, esta recebe menor remuneração e é hierarquizada abaixo dele.

É fundamental tratar de forma crítica a entrada da mulher no mundo do trabalho capitalista, uma vez que o discurso de alcance de uma possível emancipação econômica esteja, antes de tudo, agregado a condição precária dessa inserção. Assim sendo, coloca a mulher a margem de situações desiguais de acesso e permanência no mercado competitivo.

Tratar de uma possível emancipação feminina, mesmo que sob aspectos específicos, remete-nos a compreender que não se trata de fomentar um debate singular ausente da totalidade. É premente entender que o alcance dessa forma de emancipação das mulheres é algo que vai além do viés econômico, indo ao encontro da luta cotidiana por uma sociedade livre de dominações.

[...] a emancipação da mulher não possui apenas uma dimensão restritamente econômica; ela envolve dimensões profundas da condição de se tornar humano, ou melhor, envolve a profundidade ontológica da construção do ser social como genérico (CISNE, 2014, p. 116).

Para corroborar com Cisne (2014), realça-se o entendimento apresentado por Engels (2012, p. 204), o qual afirma que:

[...] a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante.

É importante destacar também que não se deve negar o avanço das condições da mulher como ser político e crítico-reflexivo a partir da sua inserção no mundo do trabalho, uma vez que podemos vislumbrar uma “quebra” da unicidade do trabalho doméstico.

Esse arcabouço que caracteriza essas demarcações quanto à vida das mulheres não nasce de uma base a-histórica, mas dos reflexos que

consubstanciam as construções sociais de gênero, a partir das relações de gênero que, historicamente, apontam suas influências no que se refere aos homens e mulheres.

Para uma compreensão e aprofundamento em torno desse debate, Saffioti (2004, p. 44-45) afiança uma análise acerca do conceito de gênero, enfatizando-o como algo histórico e político como elemento norteador das relações entre os sujeitos.

Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual.

Compreender o aparato de submissão e secundarização que as mulheres vivenciam historicamente é necessário ser tratado sob o prisma da relativização dos contextos sociais que perpassam as relações de gênero. Todavia, é importante destacar que sozinho a categoria gênero não explica essas desigualdades existentes, nem tampouco as condiciona.

É sob essa reflexão que Saffioti (2004) chama a atenção – com a qual concordamos – de perceber os contornos sociais numa perspectiva histórica, e acrescenta-se de totalidade. Defendemos que as transformações socioeconômicas têm influência notória no desencadear das relações sociais, já que o capital se apropria de tais como forma de intensificar seus interesses a partir das determinações do que vem a ser do homem e o que vem a ser mulher mediante uma força de hierarquização e separação. Por isso, torna-se indissociável pensar as relações de classe, gênero e raça de modo isolado.

Ainda sob o prisma das relações sociais de gênero, não distante das discussões postas, percebe-se a centralidade e necessidade de aprofundamento das discussões no campo do serviço social, uma vez que vários são os fatores que justificam essa aproximação: primeiro, no campo prático, a maior demanda nos espaços sócio-ocupacionais que o/a assistente social trabalha são mulheres (BEZERRA e VELOSO, 2015). Isso também chama atenção para a necessidade, ainda, de entender o embate em torno da questão social sob o viés de gênero, raça e classe, como bem apresenta Cisne (2012) e Bezerra e Veloso (2015); segundo, pela formação



essencialmente feminina, o que realça a importância de inserção e transversalização do que desencadeia a busca de mulheres por essa formação. Ou seja, isso ainda se dá pelo marca histórica que o serviço social carrega a partir da influência do catolicismo nos primórdios da profissão no Brasil e também pela naturalizada da mulher em espaços que direcionam a interpretação do cuidado e diálogo.

Por isso, o desenvolvimento de estudos que tragam o debate acerca das relações sociais a partir das construções de gênero é importante, principalmente, para situar e instigar no serviço social a necessidade de inserção dessa problemática.

### **CAPÍTULO 3**

#### **Trabalho informal: um espaço privilegiado das mulheres?**

As transformações ocorridas no mundo do trabalho apresentam impactos econômicos, sociais, culturais e políticos sentidos, principalmente e de forma mais intensa pela classe trabalhadora. O modo de ser contemporâneo do capitalismo e seu modelo neoliberal de organização da sociedade tem levado os/as trabalhadores/as a uma busca constante de permanência e sobrevivência no mercado de trabalho. Assim sendo, o estudo ora apresentado, evidencia a situação de mulheres que se inserem em postos de trabalho caracterizados como informais. Conforme estudos apontados por diversas autoras (Bruschinni, 2005; Hirata e Kergoat, 2008), as mulheres adentram o mundo do trabalho, mas, os espaços por elas ocupados são, em sua maioria, desprotegidos, precarizados e com intensificação de sua jornada de trabalho. Diante disso, torna-se essencial apontar, discorrer e problematizar esse debate.

### 3.1 O mundo do trabalho: uma análise acerca dos entornos da precarização do trabalho na contemporaneidade

A humanidade, em seu processo histórico, tem o trabalho como uma categoria fundante e determinante das relações sociais entre o ser humano e a natureza<sup>33</sup>. Em busca de atender as suas necessidades de sobrevivência, os indivíduos, mediante sua capacidade teleológica, traçam as formas de obtenção destas, entendendo, conforme Netto (1994, p. 36), “o trabalho, [como] o ato teleológico, [que] põe a possibilidade da liberdade: escolha entre alternativas concretas”.

Os homens e mulheres que trabalham são dotados de consciência, uma vez que concebem previamente o desenho e a forma que querem dar ao objeto do seu trabalho [...] Gramsci acrescentou que em qualquer forma de trabalho, mesmo no trabalho mais manual, há sempre uma clara dimensão intelectual (ANTUNES, 2004, p. 8-9).

---

<sup>33</sup> “toda relação de qualquer indivíduo com a natureza é, sempre e imediatamente, a interação de uma dada sociedade com a natureza, já que não existe indivíduo sem sociedade” (LESSA, 2005, p. 55).

Nesse contexto de organização do trabalho, em prol de atender às necessidades<sup>34</sup> dos indivíduos, já se fazia notar uma divisão natural do trabalho a qual vem a ser um fator desencadeador da organização da sociedade quanto às relações de trabalho. Para isso, Marx e Engels (1977, p. 46) colocam que é:

[...] na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, dá-se ao mesmo tempo a distribuição e, com efeito, a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; ou seja, a propriedade, que já tem seu núcleo, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do marido. A escravidão na família, embora ainda tosca e latente, é a primeira propriedade [...]

Assim, percebe-se a centralidade do trabalho, enquanto determinante da constituição do ser social, como parte do contexto de vida da humanidade, caracterizado como o fundante dessa relação ser humano – natureza<sup>35</sup>. Ainda acerca dessa discussão, Marx (2002, p. 50), apresenta:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, vida humana.

Sobre essa perspectiva analítica do trabalho em seu sentido ontológico, Lessa (2005, p. 31) vai apresentar as conexões ontológicas inerentes ao processo de trabalho como sendo:

1) a ação sobre a natureza e seu resultado são sempre projetados na consciência antes de serem construídos na prática; 2) esta capacidade de idealizar (isto é, construir na ideia) antes de objetivar (isto é, construir objetivamente) possibilita a escolha entre as alternativas de cada situação e; 3) escolha feita, inicia-se a objetivação, que é sempre uma transformação da realidade; por isso toda objetivação produz uma *nova situação*, pois a realidade já não é mais a mesma (em alguma coisa ela foi transformada).

---

<sup>34</sup> “a espécie humana partilha com as demais a atividade de atuar sobre a natureza de modo a transformá-la para melhor satisfazer suas necessidades” (BRAVERMAN, 2011, p. 49).

<sup>35</sup> “O trabalho humano, seja diretamente exercido ou armazenado em produtos como ferramentas, maquinaria ou animais domesticados, representa o recurso exclusivo da humanidade para enfrentar a natureza” (BRAVERMAN, 2011, p. 54).

O trabalho, portanto, tem a finalidade de transformar a natureza, mediante as relações com ela estabelecidas, como também, transformar o sujeito, o qual, após o processo de transformação objetivado, já não é o mesmo, em seu sentido de objetivação, aguçada sua capacidade subjetiva, conforme discorre Lessa (2005). Ou seja, “ao construir o mundo objetivo, o indivíduo também se constrói” (*idem*, p. 31).

Todo esse processo de objetivação da realidade transformada finda por gerar um novo dado, uma nova situação a qual não é mais igual a anteriormente idealizada e consubstanciada, pois o ato de transformação mediante a relação de trabalho homem-natureza irá ocasionar uma nova realidade, porque esse ato supramencionado possui um caráter histórico-social.

Esse contexto vem, ainda, por ser analisado a partir da totalidade histórico, social e dialética do fenômeno e também da sua singularidade e particularidade. Totalidade essa que vai além do conjunto das singularidades que formam e caracteriza o fenômeno, sendo também as relações que se desenrola a partir e entre as singularidades.

A totalidade é essencialmente processual, dinâmica, cujos complexos, em interação mútua, possuem um imanente movimento. No limite, esse movimento produz uma dada legalidade social, historicamente determinada e determinante. Atua na particularização das relações entre os vários complexos do ser social (PONTES, 2002, p. 81).

Esse cenário, aliado ao processo de trabalho como o fundante do ser social e, conseqüentemente, da reprodução social, finda por produzir situações as quais não foram, teleologicamente, idealizadas pelo homem no instante da relação com a natureza.

Enfatizando o processo de produção capitalista e suas implicações, a partir da relação com a centralidade desse estudo – a divisão sexual do trabalho - percebe-se que é com o declínio do sistema feudal e ascensão do capitalismo que as relações de trabalho assumem características nas quais o modo de vida das pessoas é afetado diretamente. O trabalho humano, ou

trabalho vivo, é apoderado pelo capital<sup>36</sup> que passa a orientar o processo de trabalho em uma divisão social<sup>37</sup>. Neste sentido, os indivíduos são imersos em relações de alienação, precarização, fetichização e exploração das condições do uso de sua força de trabalho em detrimento dos interesses do capital, a partir do trabalho assalariado.

O surgimento do capitalismo trouxe consigo novas relações de trabalho. Agora, o trabalhador [a] que vende sua força de trabalho passa a ser uma parcela significativa e essencial da nova sociedade em desenvolvimento. Dessa forma, o assalariamento ganha espaço nas relações de produção (SOARES, 2008, p. 34).

Sobre isso, Antunes (2004, p. 8) dirá que “o que era finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência”. Ou seja, o trabalho deixa de ser uma necessidade primeira para atender às necessidades humanas e passa a ser o meio de atendê-las, mediante as relações de trabalho no capitalismo.

O indivíduo torna-se, então, uma mercadoria para o capital, consubstanciado na relação de venda e troca de sua força de trabalho pelo salário<sup>38</sup>, o qual é a sua fonte de obter as condições de sobrevivência.

[...] no capitalismo, o trabalhador frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada; não se reconhece, mas muitas vezes recusa e se desumaniza no trabalho [...] este, se configura então como trabalho alienado, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Alienado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se em

---

<sup>36</sup> “A produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença específica é a compra e venda de força de trabalho [...] o trabalhador faz o contrato de trabalho porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida” (BRAVERMAN, 2011, P. 54-55).

<sup>37</sup> “a divisão social do trabalho divide a sociedade entre ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção; a divisão pormenorizada do trabalho destrói ocupações consideradas neste sentido, e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção” (BRAVERMAN, 2011, p. 72).

<sup>38</sup> “O salário é a soma em dinheiro que o capitalista paga por um determinado tempo de trabalho ou pela prestação de um determinado trabalho [...] o capitalista compra o trabalho dos operários com dinheiro. Eles vendem-lhe seu trabalho a troco de dinheiro. Mas é só na aparência que isso acontece. Na realidade, o que os operários vendem ao capitalista em troca de dinheiro é a sua força de trabalho [...] o salário não é, portanto, uma cota-parte do operário na mercadoria por ele produzida. O salário é a parte de mercadoria já existente, com a qual o capitalista compra, para si, uma determinada quantidade de força de trabalho produtiva (MARX, 2006, p. 34-36).

relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano [...] (ANTUNES, 2004, p. 9)

Com isso, percebe-se que o trabalho assume, a partir do advento do capitalismo, uma roupagem a qual (des) configura seu sentido ontológico<sup>39</sup> no que se refere ao processo de sociabilidade da vida humana, mas, jamais entendido como o seu fim. Como diz Antunes (2004, p. 9) “o trabalho ocupa dimensão central nas formas de (des) sociabilidade contemporânea”.

Com o advento da maquinaria, pós Revolução Industrial, o mundo do trabalho assume uma roupagem modernizadora, a partir de incrementos tecnológicos no processo de produção. Por outro lado, surgem novas formas de relações sociais e condições de trabalho, que significaram a precarização da força de trabalho humana, neste período de maioria masculina, o que vai evidenciar de forma mais concreta desconstrução do trabalho como categoria de emancipação.

O trabalhador passa a ser percebido e encarado como um complemento da maquinaria, sujeitos inseridos no processo de produção, assim como o parafuso é agregado à máquina. É uma mercadoria inerente a esse processo, tendo como objetivo gerar produtos com valor de uso com a finalidade seguinte do valor de troca<sup>40</sup>, o que culmina no lucro e mais-valia do capitalista.

Isso torna ainda mais complexo e agravante o processo de alienação para com essas relações, pois a divisão social do trabalho é cada vez mais acentuada, materialmente, geograficamente e politicamente, fazendo com que o produto final esteja cada vez mais distante do trabalhador.

A maquinação do capital, para aperfeiçoar seu processo de produção e suas formas de acumulação, é contínua e cada vez mais sofisticada. A busca incessante por novos processos de produção e gestão do trabalho faz parte da própria engrenagem do capitalismo. É, então, na transição do século XIX – XX que são criadas formas inéditas de produção e de controle da força de trabalho. A partir deste período se agudizam o que Antunes (2004, p. 154),

---

<sup>39</sup> “o trabalho perde seu sentido como processo de humanização, sendo incorporado como atividade natural de produção para a troca, independente de seu contexto histórico” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 50).

<sup>40</sup> Sobre o entendimento conceitual - crítico de valor de uso e de troca, ver BRAZ e NETTO, (2007).

denominará de “mutações tanto na materialidade quanto na subjetividade do ser social”, a partir das relações de trabalho firmadas nessa conjuntura complexa impregnada das estratégias do capitalismo.

O sistema de Taylor e Ford (1930/1940) significou mais do que apenas mudanças na parte técnica das empresas, que submetiam os trabalhadores a condições de perplexa alienação dentro do processo de produção, mas trouxe, também, elementos relacionados a questão social.

As formas de controle fordistas contribuem para produzir sujeitos mais submissos às regras de consumo, à proibição moral, ao lazer orientado e à aceitação de que a expansão da produtividade era compatível com as necessidades individuais e sociais da classe trabalhadora (SOUZA, 2011, p. 91)

O modelo de produção Taylorista/Fordista foi um modelo econômico de produção implementado por quase todo o século XX, caracterizado por uma produção homogeneizada, em massa e em série, sendo marcado por uma profunda verticalização. A realização do trabalho se dava de modo parcelar e fragmentando, marcada por um processo de rígida produção, a qual adotada a produção a ritmo e tempo necessário para atender as tarefas. O maquinário se protagoniza e a classe operária se depara com as condições de estranhamento, distanciamento e alienação diante do processo de produção.

Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, ‘suprimindo’ a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva. (ANTUNES, 2000, p. 36/37).

O trabalhador era percebido e encarado como um complemento da maquinaria redundando no que Antunes (2000) denominou de “desatropomorfização do trabalho”. O operário realizava tarefas rotineiras por uma longa jornada de tempo - marcada pela presença do cronômetro -, o que acarretava em ações mecanizadas por parte do operariado. Salientando ainda, as péssimas condições das estruturas físicas onde era realizado o trabalho. Geralmente eram lugares com pouca iluminação, sem circulação de ar, dentre outras.

[...] a idéia fundamental no sistema taylorista/fordista [...] é elevar a especialização das atividades de trabalho a um nível



de limitação e simplificação tão extremo que, a partir de um certo momento, o operário torna-se efetivamente um apêndice da máquina, repetindo movimentos tão absolutamente iguais num curto espaço de tempo quanto possam ser executados por qualquer pessoa, sem a menos experiência de trabalho no assunto (PINTO, 2007, p. 45).

A alienação causada mediante a forma como era exercida o modelo de produção taylorista/fordista para com a classe trabalhadora, era de uma magnitude tamanha. Neste modelo, não era exigido do operariado uma elevada qualificação profissional, diferentemente do modelo atual (toyotismo) como discutiremos mais adiante; o mesmo era visto como um utensílio que auxiliava a maquinaria. Era totalmente desprezível a intelectualidade do trabalhador, como afirma Pinto (2007, p. 46):

As qualidades individuais de cada trabalhador, suas competências profissionais e educacionais, suas habilidades pessoais, toda sua experiência, sua criatividade etc, sua própria 'iniciativa', [...] são praticamente dispensáveis no sistema taylorista/fordista – salvo a capacidade de conseguir abstrair-se de sua própria vontade durante um longo período de tempo de sua vida.

A subjetividade do trabalhador foi apropriada de tal modo que o mesmo não tinha consciência do grau de intensificação que lhe era atribuído durante as longas horas de trabalho dedicadas dentro do processo de produção. Como diz Antunes (1995, p. 15) “[...] atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade”. O cronômetro e o os relógios eram marcas no modelo de Taylor e Ford, e ao trabalhador cabia a obediência a tecnificação que caracterizava os meios de produção.

[...] em que não basta apenas o aprimoramento dos ponteiros dos relógios e o aperfeiçoamento do maquinário, mas constitui-se como elemento nodal a integração da subjetividade operária ao processo de reestruturação da produção (SANTOS NETO, 2013, p. 111).

Entretanto, é válido destacar a resistência da classe operária durante a época que compreendeu o modelo de produção fordista/taylorista. Inicialmente, a que se considerar que a organização política teve significativa eclosão nas décadas de 30/40. Destacamos o movimento feminista, o movimento negro, dentre outros. Impulsionados pelos ideais socialistas, a classe trabalhadora

abriu-se para os espaços de ampliação política e o sindicalismo de esquerda passam a se constituir como instrumento de inquietação do Estado (ANTUNES 2000).

É importante ainda, no tocante a organização política e resistência da classe trabalhadora na época compreendida, realçar que os/as trabalhadores/as não se renderam aos investidas do capital. A presença do maquinário na produção, motivo responsável pela expulsão de vários trabalhadores, faz surgir no seio do operariado a insatisfação face as péssimas condições de trabalho. Então, para o capital isso se tornava uma ameaça direta a permanência da obtenção do lucro e mais-valia, ou, como aponta Braverman (2011, p. 124) “[...] em algum grau, [a classe trabalhadora se torna] uma ameaça ao capital, por mais enfraquecida ou diminuída que seja”.

Era presente a verdadeira rejeição da classe trabalhadora às condições de trabalho degradante, repetitivo, desqualificado e intensificado. Mesmo diante de uma política de Estado incentivadora de ganhos salariais, tal classe fortaleceu-se diante das investidas do capital e do Estado. O “maio de 68”, por exemplo, foi o ápice das lutas sociais, no qual milhões de trabalhadores franceses e, em escala crescente de todo o mundo, lutaram por uma nova sociedade ausente de exploração e precarização da vida humana em detrimento da acumulação incessante de capital.

É válido destacar, portanto, que no modelo de produção taylorista/fordista a classe trabalhadora mostrava-se mais articulada, os sindicatos organizados, pois sendo a produção se realizada de forma homogeneizada, nacionalizada e focalizada dentro das grandes indústrias favorecia a organização do coletivo dos trabalhadores, e isso refletia na articulação sindical. O confronto de classe fez parte, portanto, de toda a história do período taylorista/fordista. A contradição capital e trabalho é inerente a esta forma de organização do trabalho, como bem explana Santos Neto (2013, p. 112):

É fundamental destacar que nada mais falacioso que a afirmativa da igualdade de interesses entre capitalistas e trabalhadores, pois no instante em que o capitalista deixar de agir como explorador e passar a agir de forma amigável com seus trabalhadores, ele deixará imediatamente de ser capitalista pra converter-se em mais um operário. O capital não pode abrir mão da expropriação da força de trabalho, o que

significa que não há possibilidade de estabelecimento de uma coexistência pacífica entre essas classes.

Para enfrentar a resistência dos trabalhadores os capitalistas contaram com a presença do Estado. Ao lado do modelo de produção taylorista/fordista vigente a época é preciso realçar o modelo de Estado que dava sustentação à forma como se estabeleciam as relações entre o capital e o trabalho. O Estado será responsável por criar e regulamentar as legislações, com o intuito de proteger o mercado. No período pós-segunda guerra mundial o Estado e o modelo de acumulação taylorista-fordista se agregam para fomentar uma nova onda de desenvolvimento capitalista. Segundo Harvey, “o Estado teve de assumir novos (Keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção” (HARVEY 1992, p. 125).

Esse quadro de produção em massa vai começar a dar sinais de esgotamento nos primórdios da década de 1970. Os mercados não dão conta mais de suprir a demanda de mercadorias em circulação. A estagnação econômica afeta o Estado de bem-estar social não tem mais condições de permanecer viável como política de Estado.

Este cenário exigiu que o capital redirecionasse suas estratégias, buscando salvaguardar a acumulação capitalista. Começam a ser implementado um conjunto de medidas em todo o sistema, em nível mundial, que se configura no que alguns autores denominaram de processo de reestruturação produtiva.

No conjunto das medidas deste processo se erige as ideias do modelo de produção japonês, denominado de Toyotismo, que se caracteriza por formas de trabalho flexíveis. Contudo, é importante destacar que “a introdução do modelo japonês não implica necessariamente a supressão dos princípios de organização do trabalho de base fordista” (SOUZA, 2011, p. 92), o que se percebe são formas complementares.

O modelo de produção japonês, o toyotismo, ganha visibilidade no mercado, pois o mesmo tinha uma produção pautada na heterogeneidade das mercadorias.

[...] o sistema toyotista de organização tinha como fundamento uma metodologia de produção e de entrega mais rápidas e precisas que os demais, associada justamente à manutenção de uma empresa 'enxuta' e 'flexível'. Isso era obtido pela focalização no produto principal – gerando desverticalização e subcontratação de empresas que passavam a desenvolver e a fornecer produtos e atividades -, com utilização de uma força de trabalho polivalente – agregando em cada trabalhador atividades de execução, controle de qualidade, manutenção, limpeza, operação de vários equipamentos simultaneamente, dentre outras responsabilidades (PINTO, 2007, p. 53).

A classe trabalhadora, aquela advinda das grandes fábricas, assume um perfil diferente do que com o binômio taylorista/fordista. O trabalhador, a partir de então, tinha que ser qualificado e não era mais simplesmente uma extensão da máquina, como no modo Taylorista/Fordista. Seus conhecimentos sobre a produção também passaram a ser apropriados, de modo que sua capacidade intelectual torna-se também objeto de expropriação.

Com isso, a classe trabalhadora assistirá um distanciamento, redundando em um nítido processo de alienação, do produto final, como também, a intensa substituição do trabalhador pelo incremento da maquinaria<sup>41</sup>.

No Toyotismo o sistema técnico foi se aperfeiçoando e transformou-se com o aprofundamento da informatização e microeletrônica. As máquinas estavam cada vez mais potentes e funcionais. O trabalho de vários operários, por exemplo, passaram a ser desempenhado por uma só máquina. Em muitos casos, era suficiente apenas um operário para manipular a maquinaria. E, este trabalhador, por sua vez, tinha que estar cada vez mais qualificados, pois os avanços tecnológicos eram sucessivos.

O trabalho se realiza em equipes, ao passo que cada uma desenvolve uma etapa do circuito produtivo das mercadorias, sendo o trabalhador um indivíduo polivalente neste processo, no intuito da redução do tempo de trabalho na produção das mercadorias.

---

<sup>41</sup> “A maquinaria é meio para produzir mais-valia” (MARX, 2002, p. 427)

Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da 'empresa enxuta' merecem destaque, e são citadas como exemplos a ser seguidos, aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade (ANTUNES, 2000, p. 53).

A flexibilização, oriunda com o modelo de produção japonês, possibilitou a abertura e aproximação de fronteiras comerciais. As transformações "abalaram" o mercado de trabalho e de consumo que presenciavam uma nova conjuntura econômica, e também, política.

Com isso, amplia-se o exército industrial de reserva<sup>6</sup>, composto pelos muitos operários que não mais se enquadravam na forma de produzir que estava emergindo. Aumenta o número de pessoas desempregadas e sem qualificação profissional.

[...] a classe trabalhadora está segmentada em dois grupos distintos. Num deles estão os trabalhadores mais escolarizados, dos quais se exige maior participação e polivalência [...] no outro grupo, estão os trabalhadores contratados temporariamente ou por tempo parcial, os subcontratados como 'terceiros', os vinculados à economia informal, dentre outras tantas formas 'predatórias' de trabalhos existentes (ANTUNES, 2000, p. 106).

Além das muitas caracterizações introduzidas pelo modelo de produção japonês, este implantou, também, o que se denominou de emprego vitalício. Antunes (2000, p. 55) resgata que:

O toyotismo implantou 'emprego vitalício' para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 25% a 30% da população trabalhadora, onde se presenciava a exclusão das mulheres), além de ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade.

Mediante análise de Antunes, podemos perceber que o toyotismo, assim como o modelo de produção anterior (taylorista/fordista), busca a maximização do valor da força de trabalho. Conforme Antunes (2000, p. 56):

[...] simultaneamente ao fordismo vigente ao longo do século XX, mas seguindo um receituário diferenciado, o toyotismo

reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta de extração da mais-valia.

A tendência do capital, apoiada no Toyotismo, é acentuar o trabalho e reduzir o número de trabalhadores nas fábricas. Os trabalhadores que ainda ocupam espaço dentro deste processo de produção se apresentam cada vez mais qualificados, polivalentes e multifuncionais. Para tanto, as transformações advindas com o Toyotismo, se configuram em um novo regime de acumulação do capital, a denominada acumulação flexível. Esta nova ordem traz como objetivos principais: “a flexibilização dos mercados de trabalho, das relações de trabalho, dos mercados de consumo, das barreiras comerciais do controle da iniciativa privada pelo Estado” (PINTO, 2007, p. 54).

Com o Toyotismo, diz Antunes (2000), os empregadores se favoreceram mais do que a massa trabalhadora. Uma vez que o capital trata de alinhar seus objetivos no benefício da classe burguesa, detentora do capital. Assim como, nesta interfase pós-crise, o sistema econômico trata de criar meios que venham ao encontro da obtenção cada vez maior da mais-valia.

A reestruturação produtiva trouxe, portanto, um acentuado desmonte dos direitos sociais trabalhistas, a exploração, precarização e terceirização da força de trabalho humana. Estas mudanças contribuíram para fragilizar a atuação sindical dos trabalhadores.

Para os trabalhadores, além dos impactos objetivos da crise, especialmente em função do desemprego, da precarização do trabalho, dos salários e dos sistemas de proteção social, observa-se a construção de outras formas de sociabilidade marcadas por iniciativas pragmáticas de enfrentamento da crise, fraturando suas formas históricas de organização e esgarçando uma cultura política que comporta alternativas à ordem do capital (MOTA, 2008, p. 30).

Observamos, neste sentido, uma vasta transformação no mundo do trabalho com a introdução da ideologia neoliberal, uma vez que o Estado transfere aquelas responsabilidades, que até então eram suas, para a sociedade civil, que se vê cada vez mais desprotegida dos seus direitos.

Estas mudanças neoliberais aprofundam as desigualdades e ampliam o abismo que existe entre a classe trabalhadora e a burguesia. Esta divisão

ganha contornos mais nítidos depois da introdução da ideologia neoliberal, acompanhada do capitalismo na contemporaneidade. Todo esse arsenal socioeconômico se intensifica por meio da reestruturação produtiva.

[...] em uma conjuntura de crise, a reestruturação da produção e a reorganização dos mercados são iniciativas inerentes ao estabelecimento de um 'novo equilíbrio', que têm como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, afetando tanto a esfera da produção quanto as relações sociais. Este reordenamento expressa as estratégias utilizadas pelo capital em direção ao enfrentamento da crise e se dá através da reorganização do processo de produção de mercadoria e realização de lucro (MOTA, 2008, p. 27).

Neste processo, o Estado tem um papel fundamental. Ele contribui para fazer com que o interesse dos capitalistas apareça como sendo de interesse geral da nação. Assim, o aparelho estatal, que supostamente representaria os interesses da sociedade civil, representa, na verdade os interesses do capital, mesmo que de forma mesclada e obscura.

[...] com a mundialização, uma tendência à diminuição do controle democrático, com a configuração de um Estado forte e enxuto que despreza o tipo de consenso social dos anos de crescimento, com claras tendências antidemocráticas. Neste sentido, a hegemonia burguesa no interior do Estado afirma-se de forma contudente com o neoliberalismo, cujas políticas engendram uma concepção singular de democracia, que abandona a perspectiva do Estado liberal de direito e de um tecido social mais denso e participativo [...] (BEHRING, 2003, p. 60).

A classe trabalhadora se encontra (des) protegida pelo aparelho estatal devido às incessantes práticas econômicas que tratam os indivíduos de forma desumanizada no tocante ao acesso aos seus direitos.

Contudo, mesmo com a conquista da classe trabalhadora no século XX frente as inquietações as quais culminam na elaboração de políticas sociais pelo Estado, vemos que as mesmas são utilizadas como instrumentos amenizadores das péssimas condições de sobrevivência da classe trabalhadora.

É só a partir da concretização das possibilidades econômicas-sociais e políticas segregadas na ordem monopólice

(concretização variável do jogo das forças políticas) que a 'questão social' se põe como alvo de políticas sociais (NETTO, 1996, p. 25).

Contudo, essas políticas sociais se caracterizarão como sendo fragmentadas, focalizadas e seletivas e, muitas vezes, descontínuas. Nas palavras de Netto (1996, p. 28) “por trás daquela resultante, porém, está um processo peculiar: a intervenção estatal sobre a ‘questão social’ se realiza [...] fragmentando-a e parcializando-a”. Mesmo sendo válido salientar que estas políticas são fruto de lutas sociais da classe trabalhadora, as mesmas são compreendidas como essenciais para a funcionalidade do Estado burguês para manter a classe trabalhadora ausente de manifestação de rebeldia.

Todo esse quadro contribui para ampliar a inserção da classe trabalhadora na informalidade. Esta, não encontrando espaço no mercado de trabalho formal, acaba como forma de garantir sua sobrevivência, a buscar oportunidades nos setores informais. Isso os torna desprotegidos de amparo do Estado e da Previdência Social por não ter vínculos empregatícios, dentre outro<sup>11</sup>.

Após a consolidação da ofensiva neoliberal podemos observar, de forma mais clara, a submissão do Estado pelo mercado, conforme palavras de Franca (2007, p. 136):

O neoliberalismo veio assegurar o domínio do mercado sobre o Estado, do privado sobre o público e, principalmente, do capital sobre o trabalho. Esses objetivos foram sustentados por uma apologia abstrata ao livre mercado. Foi por meio dessa apologia que o neoliberalismo empreendeu seus objetivos concretos, que interessavam ao capital financeiro, ao imperialismo e à burguesia nacional, ficando prejudicados os interesses da maioria da sociedade.

Este era o novo perfil que se apresentava na economia e na política, com o advento do neoliberalismo. Podemos constatar que não é interesse da referida política traçar estratégias que venham ao encontro aos benefícios e anseios da classe trabalhadora. Muito pelo contrário, o intuito desta política é de beneficiar cada vez mais o capitalismo e, conseqüentemente, a classe burguesa.

Na década de 1990, assistimos no Brasil a introdução da ofensiva Neoliberal, a qual prega o papel do Estado com intervenção máxima pra economia e mínimo para o social, como aborda Iamamoto (2008). O



capitalismo vive uma crise estrutural, porém, é a classe trabalhadora a maior afetada diante dessa conjuntura, uma vez que é esta a “grande arma” em que o capital se apoia para superação da crise. Crise essa de entorno político, econômico e social.

O neoliberalismo [...] apresenta-se como um conjunto de medidas políticas, econômicas e sociais que visam tirar o capitalismo da crise e criar as condições necessárias para a recuperação da lucratividade da ordem global do capital em queda. Essas mesmas medidas intentam realizar objetivos diversos, a depender de quais interesses de classe procuram proteger. De um lado, observa-se uma série de medidas voltadas para a recuperação do lucro dos capitalistas, e de outro, imposições restritivas e autoritárias sobre a classe trabalhadora, cujo resultado é a degradação da sua qualidade de vida e trabalho (PANIAGO, 2012, p. 60).

No Brasil, a reestruturação produtiva dá ênfase aos aspectos organizacionais, conforme afirma Mota (2008, p. 198):

Na reestruturação produtiva brasileira, a grande ênfase tem sido dada aos aspectos organizacionais, e não no investimento em ciência e tecnologia, como supõe o senso comum. Desta maneira, a terceirização, tem sido uma estratégia bastante afinada com o ideário instituído pela reestruturação produtiva, embora seja historicamente anterior a esta última. A terceirização é remota, enquanto técnica gerencial de compra de serviços ou transferência de atividades e terceiros. O que há de novo é a sua versão focal, ou focalização das atividades.

A política de intervenção mínima do Estado na economia ganha força, no Brasil, por volta da década de 1990. A privatização e a desresponsabilização do Estado com os direitos sociais caracterizam o receituário neoliberal brasileiro.

No Brasil, apesar das suas particularidades, os impactos neoliberais não se processaram de forma diferente. É possível perceber a elevação da taxa de desemprego, da pobreza, assim como a privatização de empresas estatais.

O consenso em torno da política econômica neoliberal vinha sendo constituído no interior da classe dominante dentro e fora do Brasil. Mas seu avanço ou propriamente sua efetivação dependeu de fatores conjunturais complexos que articularam a

situação internacional e nacional. A conjuntura em que se efetivou o neoliberalismo interligou fatores de ordem econômica (alternância de recessões com períodos de crescimento moderado, desemprego), de política internacional (reunificação do campo imperialista, crise do socialismo) e de política nacional, com a vitória em 1989 do primeiro presidente disposto a adotar medidas neoliberais (FRANCA, 2007, p. 139).

Dessa forma, é possível vislumbrar o processo de metamorfose que o mundo do trabalho enfrentará ocasionado e influenciado pelo sistema econômico vigente mundialmente, embasado e apoiado pela ordem de acumulação flexível. Neste processo a política neoliberal se coaduna com o grande capital como estratégia de maximização da economia e minimização social, o que traz como implicações o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas para a classe trabalhadora.

Porque é precisamente neste arco que está concentrada a essência do arsenal do neoliberalismo: uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia (NETTO, 2011, p. 84).

O mundo do trabalho contemporâneo, mediante as inflexões do capital e a minimização do Estado para com o acesso aos direitos trabalhistas, é caracterizado pela mais perplexa barbárie no que tange as condições de trabalho. É dentro desse cenário que se perceberá a utilização da força de trabalho feminina como estratégia do capital. Com o toyotismo se mantém as bases de estruturação da exclusão da força de trabalho feminina do mercado de trabalho, fato este ocasionado pela intrínseca idealização de que a mulher por naturalidade é destinada ao trabalho doméstico.

Sobre essa discussão, Kergoat (2003), ao analisar a divisão sexual do trabalho como sendo adaptada a cada sociedade historicamente, fomentará também elementos reflexivos acerca de como se dá a organização social do trabalho mediante as construções sociais pautadas no sexo.

A referida autora afirma que a divisão sexual do trabalho é regida por dois princípios organizadores os quais engendram caracterizações e valores quanto aos espaços ocupados por homens e mulheres.

[a] divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o *princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio de hierarquização* (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher) (idem, p. 01).

Neste contexto, a inserção da mulher no mundo do trabalho será marcada pela precarização e intensificação do seu trabalho, uma vez que a mesma continuará a exercer o trabalho doméstico e ainda preencherá vaga no trabalho na esfera produtiva. Bruschini (2007), mediante estudo realizado acerca do panorama do mercado de trabalho sob os recortes de gênero na década compreendida entre 1995-2005, vem aguçar a percepção crítica no tocante a empregabilidade feminina. A autora evidencia a dualidade que caracterizará a inserção da força de trabalho feminina no que ela denominará de progressos e atrasos, como por exemplo, a inserção em profissões de prestígios e, por outro lado e em proporcionalidade maior, a inserção da força de trabalho feminina em vínculos precários e informais.

### 3.2 A funcionalidade do trabalho informal para o capital: análises e implicações

As transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas foram produzidas por quatro elementos que configuraram uma nova realidade da estrutura produtiva, dos mercados de trabalho e do setor informal: os processos de reestruturação produtiva; a internacionalização e a expansão dos mercados financeiros; o aprofundamento da internacionalização e a maior abertura comercial das economias e a desregulamentação dos mercados (Cacciamali, 2000, *apud* Alves e Tavares, 2013). Neste cenário as empresas se reconfiguram adotando processos mais flexíveis somando-se as altas exigências de polivalência e multifuncionalidade por parte do trabalhador. A introdução da robótica e os sucessivos avanços tecnológicos, como a informatização, incrementaram a maquinaria do processo de produção o que resultou na expulsão de milhares de trabalhadores das unidades fabris.

Com o crescimento do desemprego<sup>42</sup> e, concomitantemente, do exército industrial de reserva ou “subproletariado” (ANTUNES, 1995), a informalidade veio como alternativa para esses muitos trabalhadores que se encontravam expulsos dos circuitos de produção.

Desemprego esse sob a ótica estrutural, uma vez que a condição de permanência no mercado de trabalho é norteadada por um acirramento individual na busca pelo melhor perfil de trabalhador/a, como também, pelo bárbaro incremento da maquinaria nos meios de produção, o que evidencia a expulsão de milhares de trabalhadores/as de seus nichos empregatícios. Mészáros (2013, p. 32) afirma que o capital necessita produzir o desemprego como de atender aos seus interesses de manutenção dos seus lucros e princípios. Sobre essa análise ele traz:

A necessidade de produzir desemprego, ‘diminuição dos custos’ etc. necessariamente surge dos imperativos antagônicos do capital, da busca da busca do lucro e da acumulação, aos quais não pode renunciar e aos quais tampouco pode se restringir segundo princípios racional e humanamente gratificantes. Ou o capital mantém seu inexorável impulso em direção aos objetivos de auto-expansão, não importa quão devastadoras sejam as consequências, ou se torna incapaz de controlar o metabolismo social da reprodução.

Antunes (2013, p. 23) vai chamar atenção para algumas situações que evidenciam as várias formas estratégicas que os trabalhadores utilizam para manter-se no circuito da empregabilidade, mesmo que temporária. Essa deteriorização das condições de trabalho também refletirá nos países desenvolvidos, ou seja, a precarização do trabalho é uma tendência global.

[...] no Japão, há o exemplo recente do cyber-refugiado, trabalhador jovem da periferia de Tóquio que não tem recursos para alugar pensões, quartos ou apartamentos e se utiliza de cyber cafés durante a madrugada para repousar, dormir um pouco, usar a internet e manter-se conectado para conseguir um novo trabalho contingencial na manhã seguinte.

---

<sup>42</sup> “o desemprego vem aumentando continuamente no Brasil desde 1990 e atinge atualmente níveis jamais vistos anteriormente. Além da crescente taxa de desempregados, constatam-se alterações substanciais também na composição do conjunto de trabalhadores que não têm emprego, sobretudo quando se consideram as variáveis de classes de rendimento familiar, gênero, raça e escolaridade” (POCHMANN, 2006, p. 62).

O próprio dinamismo gerado pelo capital conduz as relações de trabalho as mais perplexas formas de exploração, dominação, precarização e apropriação do uso da força de trabalho humana<sup>43</sup>, de tal modo que a grande massa de indivíduos que busca e se acirram, constantemente, por condições de sobrevivência, submetem-se as mais variadas e desumanas formas de trabalho.

A reestruturação produtiva do capital assegura um exército de reserva de proporções imensas, a tal ponto que é cada vez menor o movimento de saída e de entrada de trabalhadores que caracterizava essa categoria. E, ao lado disso, garante também a liberdade de que o capital necessita para continuar se reproduzindo (ALVES e TAVARES, 2013, p. 440).

O setor informal foi, assim, à válvula de escape para parcelas crescentes desta força de trabalho desempregada. Segundo Alves e Tavares (2013), o conceito de “setor informal” surgiu a partir de formulação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), através de estudo realizado na Quênia na década de 1970, mais precisamente em 1972, o qual teve como objetivo fomentar a discussão acerca da problemática de emprego que já se mostrava notória.

A partir de então, a concepção sobre “a organização da economia urbana” (como apresenta as referidas autoras) trazia uma concepção dual, uma vez que foi atribuído ao setor formal àquelas unidades dotadas de esferas produtivas organizadas, e ao setor informal àquelas unidades produtivas não organizadas.

Mais tarde, a referência ao setor informal também será direcionada as situações de desemprego e subemprego, uma vez que se compreendia que a alocação de trabalhadores/as nesse tipo de ramo empregatício dava-se pela ausência de espaço de inserção e permanência nos vínculos formais.

Na década de 1980 essa forma dual de compreender o setor informal perde forças e passa a ser entendido como uma maneira de subordinação ao movimento das empresas capitalistas. Sobre tal posicionamento, Alves e

---

<sup>43</sup> “[...] em pleno século XXI, há jornadas de trabalho no centro da cidade de São Paulo, na indústria de confecções, que atingem 17 horas por dia, por meio da contratação informal de trabalhadores imigrantes bolivianos ou peruanos (ou ainda, de outros países latino-americanos), controlados por patrões frequentemente coreanos ou chineses” (ANTUNES, 2013, p. 23).

Tavares (2013, p. 428), apoiadas em estudos de Souza (1980), Cacciamali (1983) e Dedecca (1990) discorrem que:

[...] considerando a existência dessa relação de dependência, [...] os espaços ocupados pelas atividades informais seriam ampliados nos momentos de expansão da economia e se retrairiam nos momentos de crise.

Assim, as atividades desenvolvidas no setor informal eram desprovidas de regulamentação trabalhista e subordinadas ao movimento das empresas capitalistas. Ainda com base nos/as teóricos/as mencionadas, as principais características apresentadas ao setor informal na conjuntura que perpassava a década de 1980, e que também será evidente no cenário contemporâneo, eram:

[...] 1) o trabalhador vivia de sua força de trabalho e, em alguns casos, utilizava-se do trabalho familiar ou, mais raramente, subcontratava ajudantes como extensão de seu próprio trabalho; 2) tinha como objetivo a obtenção de uma renda para consumo individual e familiar, visando a manter também a sua atividade econômica; essa forma de trabalho não propiciava acumulação ao produtor direto; 3) o proprietário mantinha o domínio sobre a totalidade das etapas que compunham aquela produção (CACCIAMALI, 1983 *apud* ALVES e TAVARES, 2013, p. 428).

Foi na década de 1990 que se assistiu a intensificação dessas bases na realidade brasileira, através da implementação da política neoliberal, a qual se caracterizou pelo incentivo a privatização e a minimização do Estado para as políticas sociais.

A partir da década de 1990, observa-se um grande crescimento da economia informal nas médias e grandes cidades brasileiras, passando a englobar um conjunto heterogêneo de trabalhadores. Paralelamente a esse aumento, tem-se o crescimento de outras formas de trabalho não regulamentadas pela legislação trabalhista, que podem ser vistas como participantes de um contexto mais amplo de precarização do trabalho (ALVES e TAVARES, 2013, p. 428).

Ainda no contexto da década de 1990, Alves e Tavares (2013) chama atenção para a revisão teórica acerca da utilização dual das categorias de setor formal e informal. As teóricas apontam que, mediante as transformações sofridas no mundo do trabalho contemporâneo, que tem sido difícil apontar

uma compreensão homogênea acerca do conceito de setor informal, uma vez que muitas são denominações e os condicionantes que assolam esse campo. A compreensão é de que informalidade é mais amplo que setor informal. Sobre isso, trazem que:

Faz-se necessário lançar mão da bibliografia que sugere a ampliação dos conceitos de setor formal e setor informal, propondo a utilização do conceito de informalidade. Assim sendo, os conceitos de setor informal e setor formal não dão conta de explicar essa nova realidade, por isso incorporamos o conceito de informalidade para caracterizar as mudanças nessa área (idem, p. 429).

Essa forma de entendimento é importante e deve ser destacada, pois a compreensão dualista não dá conta exatamente de explicar as novas formas contratuais de trabalho que se mostram na contemporaneidade. A informalidade está, entretanto, presente em formas de trabalho consideradas, até então, formalizadas. Por exemplo, mesmo que o trabalhador esteja inserido em determinado vínculo o qual lhe assegure contrato de trabalho regulamentado, este mesmo trabalhador pode estar trabalhando sem condições de trabalho favoráveis para desempenhar suas funções, pode fazer hora extra e não ser remunerado por estas; ou seja, são práticas características à informalidade, mas que estão sendo desempenhadas por um trabalhador que está à margem da legislação trabalhista.

A partir dessa discussão, Alves e Tavares (2013, p.429) faz menção a dois tipos de trabalhadores/as característicos da informalidade: os assalariados sem registro e os/as trabalhadores/as por conta própria. Sobre isso elas categorizam:

Os assalariados sem registro, que são contratados de forma ilegal e não tem acesso a um conjunto de garantias sociais, e os trabalhadores por conta própria, que atuam na área de prestação de serviços e contam com a ajuda de familiares ou de ajudantes assalariados como extensão de seu próprio trabalho, visando a obtenção de uma renda para sua reprodução e de sua família.

Para Dedecca (2007, p. 22) a noção de informalidade “diz respeito às ocupações sem proteção social, isto é, que não contribuem para os sistemas nacionais de previdência social e para os demais fundos públicos de política

social”. A informalidade, porém, vai além da simples constatação de geração de sobrevivência para ser alternativa, como evidencia Tavares (2004, p. 19), “geradoras de renda que permitem consumo e cumprem o papel de mascarar o nível de desemprego”. Como também, fazer surgir novos postos de trabalho.

A linha de análise que adotamos na presente pesquisa tem o propósito de tangenciar o entendimento da informalidade somente como sinônimo de empregabilidade para aqueles e aquelas que não encontram lugar no mercado formal. Para além dessa assertiva, a ocupação de atividade na informalidade se dá por outros determinantes, como por exemplo, a busca por autonomia nas relações de trabalho<sup>44</sup>.

A informalidade gerada pela produção externalizada [...] não provém necessariamente do crescimento de atividades informais, mas de um processo de ‘informalização do trabalho’. Observa-se uma tendência de transformação dos trabalhadores em ‘pequenos proprietários’, que trabalham por conta própria, mas sem que, efetivamente, desfrutem de liberdade em relação à coordenação produtiva das empresas tomadoras (CABREIRA e WOFF, 2013, p. 205).

As condições postas aos “ditos sobrantes” ou expulsos do mercado de formal empurrava-os para informalidade. Tal forma de inserção apresenta-se como uma alternativa ao trabalhador/a que ver no vínculo autônomo a possibilidade “liberdade” frente a figura do patrão, como também na organização da sua jornada de trabalho. A informalidade se configura, então, como ideia de independência e autonomia, como se o trabalhador transformar-se também em seu próprio patrão.

Noção fundada nos embates da conjuntura de 1960/1970, a informalidade mostra-se na contemporaneidade, como estratégia viva, renovada e utilizada pelo capital no processo indireto de acumulação. Sua efetivação pode se configurar a partir da terceirização e é uma forma de desresponsabilização dos empresários pelas condições de trabalho da classe trabalhadora.

---

<sup>44</sup> Essa discussão será retomada de forma mais aguçada no capítulo 5, a partir das análises encontradas na pesquisa realizada com as mulheres mototaxistas de Caicó/RN.



[...] quando o cenário não é o do desemprego aberto e direto, presenciamos o crescimento da erosão do emprego contratado e regulamentado, que foi dominante no século XX – o século do automóvel, dominado pelo taylorismo e o fordismo, proliferando as diversas formas de trabalho terceirizado, quarteirizado, *part time*, desprovido de direitos. Temos, então, a erosão dos empregos e a corrosão do trabalho. A terceirização é a sua porta de entrada (ANTUNES, 2013, p. 22).

O trabalhador não se percebe enquanto desprovido do acesso aos aspectos legais no que tange a inserção no mercado de trabalho. Para ele o que importa, de forma mais imediata, é vislumbrar a sua entrada no mundo do trabalho, independente das condições em que estas se deem, uma vez que a necessidade de sobrevivência vai além da aparência analítica das formas de como se dão a sua forma de empregabilidade.

Entretanto, não estar-se aqui caminhando a um discurso de culpabilização do trabalhador pela não criticidade das condições de inserção na informalidade. O que se pretende analisar é exatamente como se dão essas inserções, quais os pilares caracterizantes da informalidade, e os determinantes que permeiam a entrada e permanência de muitos trabalhadores nesse universo de trabalho. Assim como, perceber as estratégias do capital no que se refere a intensa alienação gerada a partir da política de obtenção dos seus interesses de acumulação e lucratividade, implicando na intensificação da precarização do uso da força de trabalho.

A informalidade apresenta-se na contemporaneidade - assim como todas as formas de trabalho em tempos de capitalismo -, como via alienadora à figura do trabalhador/a. Esta situação favorece ao capital e ao Estado, por ser uma forma de amortecimento do desemprego e de complementaridade da produção formal e por ficar a margem dos direitos sociais e trabalhistas<sup>45</sup>. Para Antunes (2013) a informalidade torna-se, então, o viés de entrada para a condição de maior precarização das relações de trabalho, uma vez que esta forma de trabalho se consubstancia no desprovemento dos direitos.

A terceirização e a informalidade da força de trabalho vêm se constituindo como mecanismos centrais, implementados pela

---

<sup>45</sup> “no agronegócio do açúcar, é também constante a burla dos direitos no trabalho: os trabalhadores rurais que cortam mais de dez toneladas de cana por dia (média em São Paulo, mas no Nordeste esse volume pode chegar a 18 toneladas diárias), para a produção do etanol, raramente recebem pelo que efetivamente produzem, pois as mediações da produção são sempre favoráveis ao agronegócio” (ANTUNES, 2013, p. 23).

engenharia do capital, para aumentar a exploração do trabalho, valorizando [unicamente] o capital. E, quanto mais essa processualidade se intensifica, maior é o movimento propulsor da precarização estrutural do trabalho (ANTUNES, 2013, p. 23).

O escopo da informalidade tem configurações diversas, podendo até ter algum tipo de formalização das relações de trabalho. Soares (2008, p. 101) acrescenta as várias facetas do trabalho informal:

Verifica-se que trabalho informal refere-se não só às atividades de sobrevivência, como também aos empregos informais, ao trabalho independente, assim como aos trabalhadores terceirizados, cooperados, conta-própria, dentre outros.

Usada como estratégia do capital, a informalidade, mediante as transformações no mundo do trabalho, possui uma tendência de crescimento. Fazem parte de seu circuito: os trabalhadores não ingressos no mercado formal/produtivo, aqueles que se deslocam para os nichos da terceirização, além dos/as que almejam autonomia nas relações de trabalho.

Estas formas de ser da informalidade, ao contrário das compreensões empíricas, são alicerçadas pela condição de assalariamento, o que difere, portanto, são as ausências de registros trabalhistas de cunho garantidor de direitos. Sobre esse aspecto, Tavares (2004, p. 17) apresenta que “no Brasil, aumentou o número de assalariamento sem registro e de ocupações não assalariadas, resultando na precarização das condições e das relações de trabalho”.

Esta morfologia do trabalho permite o aparecimento de novas profissões, assim como o retorno de práticas arcaicas de trabalho, como o trabalho em células familiares, que agora utilizadas estrategicamente pelo capital quanto ao alcance de seus interesses. O trabalho informal emerge, então, meio a essa crescente massa de trabalhadores/as que não mais interessava, diretamente, ao capital para estarem inseridos no processo de produção fabril.

Como decorrência desse grande volume de desempregados, proliferam cooperativas, empresas familiares, trabalho domiciliar, micro e pequenas empresas. Estas formas de trabalho, comumente identificadas com a independência, a

autonomia e a ação espontânea promovem, ao contrário, mecanismos pelos quais os trabalhadores exploram a sua própria força de trabalho para o capital e se deixam ser lesados nos seus direitos fundamentais (TAVARES, 2004, p. 18).

As consequências desta inserção estão, primeiramente, na ausência dos direitos trabalhistas e cobertura de proteção no trabalho e, segundo, pela falta de uma consciência crítica da realidade vivenciada, causada pela flexibilização, reestruturação produtiva e globalização. Existem outros elementos necessários de análise quando vistos na órbita da informalidade, pois, sendo uma esfera de caráter flexível, não há o protagonismo da figura hierárquica do patrão. É um setor que, empiricamente analisado, transmite essa caracterização de autonomia e ausência de organização hierárquica, diferentemente do setor formal, por exemplo, que a organização hierárquica é fortemente demarcada. Assim como, traz à tona modelos arcaicos de formas de organização do trabalho, como o retorno da organização em células de trabalho em família.

É neste contexto que parte significativa da mão de obra feminina também irá se inserir o que manterá e agudizará a divisão sexual do trabalho, na medida em que as mulheres ocuparão postos de trabalho desqualificados, com baixa remuneração e sem direitos previdenciários e trabalhistas. A mulher ainda terá sua jornada de trabalho intensificada, já que o trabalho doméstico continua sendo realizado por elas.

Antunes (2005, p. 55) vai apontar que “essa força de trabalho feminina tem preenchido, entretanto, centralmente o espaço do trabalho *part-time*, flexível, em grande medida, mas precarizado e desregularmentado”. Todavia, é salutar apontar que a inserção das mulheres no mundo do trabalho produtivo vem com traços duais, já que aliado ao processo exposto, tem-se também, aspectos de conquista quando o rompimento com a unicidade doméstica, o que torna “evidente [...] o processo de emancipação parcial das mulheres” (ANTUNES, 2000, p. 109).

O que, portanto, é efetivo – ainda que limitado – momento de emancipação *parcial* das mulheres diante da exploração do capital e diante da opressão masculina, avanço caracterizado pela ampliação positiva da mulher no mundo do trabalho, o capital, por seu lado, converte em uma fonte que intensifica e

aumenta ainda mais as desigualdades sociais entre os sexos no universo do trabalho (ANTUNES, 2005, p. 57).

São nesses espaços de informalidade<sup>46</sup> onde se encontra a maioria das mulheres que adentram o mercado de trabalho e, quando essa inserção se dá na esfera da formalidade, as características que norteiam seu trabalho não diferem das caracterizações com base na precarização, exploração e dominação. Para concretizar esse paradoxo, Jinkings (*apud*, ANTUNES, 2004, p. 237) aponta:

A fração feminina da força de trabalho nos bancos, que representa mais de 40% do total de bancários no país, vive relações de dominação e de exploração mais duras, quando comparadas às condições do trabalho masculino. Apesar de seu alto nível de escolaridade e de se verificar um aumento gradual da presença feminina em postos de gerência e de supervisão, as mulheres seguem ocupando, sobretudo, cargos hierarquicamente pouco relevantes na estrutura ocupacional dos bancos, relacionadas a atividades simplificadas e repetitivas.

A inserção da mulher no mundo do trabalho reafirma as marcas que, historicamente, são carregadas pelas relações de gênero imbricadas e complexificadas, nesta contemporaneidade, pelos interesses do capital e sob influência neoliberal que assola, ainda mais, o terreno das desigualdades de classe, raça e gênero.

### 3.3 A feminização do mercado informal: inserção precarizada e desigual

Desde o advento da grande indústria, já se fazia vislumbrar a inserção de mulheres em postos de trabalho. Como todos os trabalhadores as mulheres enfrentaram condições de trabalho desgastantes, longas jornadas de trabalho, entre outros aspectos que classificam este período como de exploração e precarização. No caso das mulheres tinha o agravante de assumir atividades no espaço público e privado, demonstrando, desde então, a exploração das jornadas intensivas e extensivas de trabalho. As mulheres tiveram que percorrer um longo caminho para poder se libertar da tutela masculina, já que

---

<sup>46</sup> Não remetendo a compreensão de precarização do trabalho a partir da atribuição única do trabalho informal. Este é uma expressão das múltiplas formas precárias impostas pelo capital no mundo e nas relações de trabalho.

até final do século XIX os homens tinham que “autorizar” a atividade feminina<sup>47</sup> fora do lar. Entretanto, elas não conseguiram equilibrar a relação com os homens no que concerne ao espaço doméstico e, continuam, sendo exploradas dentro e fora de casa.

Fazendo um recorte para o início do século XXI vemos a participação maciça das mulheres em setores variados da economia, com vinculações diversificadas e que mostra o avanço da feminização do mundo do trabalho. Na análise de Gama (2014) este fenômeno marcou as mudanças ocorridas nas últimas décadas.

O incremento do contingente feminino da força de trabalho é um traço marcante das transformações em curso no interior da classe trabalhadora. Esse aumento do volume de empregos preenchidos pela força de trabalho feminina na maior parte dos países é tão intenso que alguns estudiosos as vêm considerando como as protagonistas da economia pós-industrial (GAMA, 2014, p. 51).

As condições de inserção das mulheres no mercado de trabalho são heterogêneas e complexas, mas demonstram uma divisão sexual do trabalho que mantém a desigualdade em relação a elas.

[...] a expansão do trabalho feminino tem se verificado, sobretudo no trabalho mais precarizado, nos trabalhos em regime part-time, marcados por uma informalidade ainda mais forte, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas (ANTUNES, 2000, p. 108).

Complementando esta análise, Gama (2014) afirma que, em regra, a empregabilidade feminina se dá em postos de trabalhos caracterizados por baixos salários, jornadas de trabalho extensivas, ausência de direitos trabalhistas e sociais e de segurança nos locais de trabalho.

Os dados da última década do século XX demonstram o elevado crescimento da entrada da mulher no mercado de trabalho. Na realidade brasileira, os números atestam esta situação Nogueira (2004) apresenta em sua pesquisa que a População Economicamente Ativa feminina cresce entre

---

<sup>47</sup> No Brasil, foi somente em 1943 que as mulheres ganharam o direito de trabalhar sem autorização do marido. Entretanto, foi só em 1962 que o marido perdeu o direito de impedir sua esposa de trabalhar fora do domicílio. Neste ano, a lei que atribuía este direito ao homem foi retirada do código civil (MATOS E BORELLI, 2013).

1981 e 1998 o equivalente a 111,5%, sendo esse aumento mais considerável que o masculino e, nos anos compreendido entre 1992 a 2002 a mesma constante prevalece.

Entretanto, a informalidade continua presente e engloba um número maior de trabalhadoras que de trabalhadores. Segundo a pesquisa de Araújo e Lombardi (2013, p. 462),

[...] a diminuição da informalidade atinge homens e mulheres, mas elas terminaram a década com uma participação no informal ligeiramente maior do que eles. Assim, se 59,2% dos homens ocupados trabalhavam informalmente em 2001 e 51,3% em 2009, entre as mulheres as proporções foram de 58% e 52,1%, respectivamente.

Estes autores acrescentam:

[...] mesmo que o trabalho informal tenha se expandido muito menos que o emprego formal, mais mulheres do que homens se colocaram em postos de trabalho mais desprotegidos e vulneráveis: entre 2001 e 2009, a taxa de crescimento relativo dos ocupados no informal foi de 2,1%, enquanto a das ocupadas, de 16,3% (ARAÚJO e LOMBARDI, 2013, p. 462-463).

Não distante do cenário histórico que marca a inserção das mulheres no mundo do trabalho, o contexto contemporâneo evidencia a precariedade como característica que atinge, para além do viés de classe, o trabalho feminino. Todavia, a partir da década de 1990 alguns sinais apontados dentro das relações de trabalho, findam por avançar quanto aos postos de trabalhos ocupados por mulheres.

Segundo Bruschini (2007), para além da ocupação nos tradicionais “guetos” tidos como femininos, as mulheres adentrarão outros espaços, ditos socialmente como masculinizados. Para a referida autora, e também corroborando com ela, essas inserções são vistas como “faces do progresso alcançado pelas mulheres, no que tange à sua participação no mercado de trabalho” (idem, p. 550).

As construções sociais de gênero transversalizadas as relações de trabalho sofre impactos, os quais são compreendidos como resultado a partir de dois aspectos essenciais. Primeiro as lutas e organizações do movimento

de mulheres e feminista no tocante ao respeito à diversidade e a desconstrução da naturalização historicamente disseminada no que se refere às características das ocupações de homens e mulheres. Segundo, pelas transformações no mundo do trabalho, a partir da intensificação das relações de trabalho e das estratégias do capital quanto à obtenção da força de trabalho barata, como também, a busca pelo controle alienante da classe trabalhadora. As mulheres, então, são chamadas a se inserirem no mundo do trabalho, bem como em outros espaços de participação social.

O mercado, assim, vivenciará uma feminização do trabalho, haja vista a expansão das mulheres em novos postos empregatícios. Sobre isso, Bruschini (2007, p. 551) afirma que:

[...] ao longo da década de 90, na categoria dos engenheiros, por exemplo, a participação das mulheres, que era de 12% em 1993, atinge 14% em 2004 [...] também entre os médicos a progressão se confirmou: 41,3% da categoria é composta de mulheres em 2004, ante 36% em 1993. [...] em todas as carreiras verificou-se o mesmo movimento de progresso, assim considerado o incremento percentual da participação das mulheres.

Entretanto, mesmo considerando o significativo progresso das mulheres no que tange ao mundo do trabalho e a quebra de paradigmas em relação à segregação ocupacional são notórias, ainda, as marcas da precarização das suas condições de trabalho, como também, a ocupação do espaço reprodutivo. Além disso, áreas ditas femininas continuam sendo evidenciadas pela ocupação de mulheres.

Sobre isso, Bruschini (2007) aponta que o trabalho doméstico e o emprego doméstico remunerado continuam, de forma majoritária, como marca patente de ocupação por mulheres. Segundo a autora, 90% das pessoas que realizam trabalho doméstico no Brasil até 2005 eram mulheres.

A ocupação de trabalhadora doméstica ainda representa nos dias de hoje oportunidade de colocação para mais de 6 milhões de mulheres no mercado de trabalho brasileiro e é considerada precária em razão das longas jornadas de trabalho desenvolvidas pela maioria das trabalhadoras, pelo baixo índice de posse de carteira de trabalho (apenas 25% delas) e pelos baixos rendimentos auferidos (96% ganham até dois salários mínimos) (BRUSCHINI, 2007, p. 561).

Diante dos dados apresentados pela autora percebemos a clara divisão sexual do trabalho, que resguarda para as mulheres este tipo de trabalho subvalorizado, marcado pela intensificação das horas de dispêndio para sua realização, precária remuneração, etc. Isso sem abordar o trabalho doméstico sob sua forma invisibilizada e não remunerada na esfera familiar.

Bruschinni (2007) acrescenta que a inserção das mulheres no mundo do trabalho será nitidamente localizada nos postos de trabalho informais, ou seja, naqueles que carregam os traços da precarização e não acesso aos direitos trabalhistas. Para uma compreensão mais aprofundada acerca da precarização que afeta o mundo do trabalho, Hirata (2000) considera como sendo trabalho precário todo aquele que tenha uma remuneração precária com possibilidade quase inexistente de promoção e de carreira e com direitos sociais diminuídos. Ou seja, é clara a correlação direta que existe entre a informalidade e a precarização, haja vista que as bases que as caracterizam são fincadas no distanciamento cada vez maior do/a trabalhador/a de condições dignas e garantidoras de proteção social e previdenciária no mundo do trabalho.

Isso recai sobre outro prisma analisado na contemporaneidade e, historicamente caracterizado na vida das mulheres: o desemprego. Segundo Bruschinni (2007, p. 566) “as mulheres têm sido especialmente atingidas pelo desemprego. Desde meados dos anos 1990, têm-se verificado maiores taxas de desemprego entre elas do que entre os homens”. Dialogando com outros autores, Bruschinni correlaciona o cenário da entrada contínua de mulheres no mercado de trabalho, o que favorece para o aumento do exército industrial de reserva e, conseqüentemente, desvalorização da força de trabalho na forma de salário.

Olinto e Oliveira (2004) destacam que informalidade e trabalho de mulheres terão uma estreita relação, especialmente no contexto do século XXI. Com base no exposto, as autoras acima citadas apontam pra outra reflexão acerca dos embates de gênero nas relações de trabalho, assim como faz também Bruschinni (2008). Segundo elas:

[...] a presença da mulher nesta categoria [informalidade] tende a penalizá-las mais do que os homens. As diferenças de salários entre os gêneros tendem a ser maiores e a mulher,



uma vez inserida no setor informal, tem mais dificuldade de sair dele (OLINTO e OLIVEIRA, 2004, p. 03).

Corroborando com o exposto, Araújo e Lombardi (2013) apresentam mediante pesquisa realizada entre 2001 a 2009, com base nos dados extraídos das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio – PNAD que a ocupação de mulheres na informalidade cresceu consideravelmente nesses anos em comparação a formalidade. E, essas ocupações têm como consequência vínculos de trabalho ausentes de proteção e com marcas de vulnerabilidades. Portanto, é notória que “a desigualdade de gênero é reforçada ao se identificar que, mesmo crescendo menos que o emprego formal, a informalidade absorveu mais mulheres do que homens” (Araújo e Lombardi, 2013, p. 463).

Agregando as análises do mundo do trabalho às relações sociais de gênero, percebemos que a configuração da divisão sexual do trabalho no século XXI apresenta-se de forma aguçada a partir do assolamento cada vez maior da precarização do trabalho da mulher.

São estigmas que por séculos constituem a roupagem da mulher perante as esferas socioeconômicas. Neste sistema vigora prioritariamente os interesses do capital em detrimento das condições de liberdade e autonomia das mulheres, estas, na verdade não passam de um fetiche nesta sociedade pautada, por excelência, na contradição e no antagonismo de classe, que provocam as múltiplas expressões das desigualdades sociais, inclusive, de gênero.

As barreiras que a sociedade de classes coloca à integração social da mulher, todavia, não apresentam, no processo de seu aparecimento e vigência, muita uniformidade. Na medida em que esses obstáculos são regulados pelas necessidades da ordem imperante na sociedade competitiva e não pela necessidade que porventura tenham as mulheres de se realizar através do trabalho, as oportunidades sociais oferecidas aos contingentes femininos variam em função da fase de desenvolvimento do tipo social em questão ou, em outros termos, do estágio de desenvolvimento atingido por suas forças produtivas (SAFFIOTI *apud* NOGUEIRA, 2004, p. 17).

Nesta perspectiva, a emancipação da mulher não é alcançada com a sua entrada no mundo do trabalho uma vez que a sua condição de explorada e dependente do capital não oferece as condições mínimas para isso.

Isso faz perceber que a emancipação feminina só será alcançada com a eliminação do capitalismo, pois, segundo Mészáros (2011, p. 271):

[...] dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela igualdade verdadeira que desafia diretamente a autoridade do capital [...].

Enquanto o capitalismo imperar a sociedade não vivenciará a emancipação humana, pois o capital trata de se apropriar das relações de classe, gênero e raça como forma de acirrar as relações interpessoais.

[...] enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre e espontaneamente regulado pelos próprios indivíduos [...] não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a auto-determinação dos indivíduos como seres sociais particulares (MÉSZÁROS, 2011, p. 268).

Porém, é possível observar que, a partir do século XX, algumas mulheres conquistam sua emancipação política, visto o avançar da consciência de gênero, de modo a ver criticamente as bases patriarcais que norteiam a família. Desse modo, entendemos segundo Marx (2002) que a emancipação humana é o início para a verdadeira história da humanidade, considerando como pré-história todo processo até a extinção das classes sociais. E emancipação política como “uma forma particular de liberdade” (TONET, 2004).

Muitas mulheres contemporâneas optam por não se casarem e nem terem filhos (as), pois prioriza sua realização profissional e porque não dizer pessoal, pois quebram as expectativas geradas pelo modelo patriarcal de sociedade, como traz Saffioti (2013). Assim, muitas mulheres estão procurando se qualificar e se capacitar para enfrentar as exigências do mercado competitivo e também por isso, tem entrado massivamente no mundo do trabalho. Algumas, inclusive, rompendo paradigmas de divisão sexual do trabalho.

Há cinquenta anos, as nações civilizadas não contavam nas fileiras da população ativa com mais do que algumas dezenas, ou mesmo algumas centenas de milhares de mulheres. Atualmente o crescimento da população trabalhadora feminina é superior ao crescimento da população masculina. Os povos civilizados dispõem não de centenas de milhares, mas sim de

milhões de braços femininos. Milhões de mulheres pertencem às fileiras proletárias; milhares de mulheres têm uma profissão, consagram suas vidas à ciência ou à arte (KOLONAI, 2008 p. 16-17).

Com isso, algumas mulheres, têm buscando o trabalho como uma forma de alcançar independência e não para complementar o salário de um homem. O que podemos constatar é que, de fato, existe uma emancipação política das mulheres, uma vez que, no desdobrar das últimas décadas, as mesmas passaram a tomar consciência crítica em detrimento da sua vida sócio-política, especialmente, na condição por elas assumida na esfera doméstica.

As mulheres passaram a ser provedoras de suas necessidades pessoais e de sua família, no caso de possuir filhos ou parentes. A sua inserção no espaço público propiciou independência financeira que lhe permite definir o rumo de sua vida, sem depender de nenhum homem. Porém, apesar de todo este contexto que mostra que as mulheres têm construído uma postura crítica em relação a sua condição socioeconômica e política, devemos enfatizar que, segundo Mészáros (2011, p. 272):

A entrada em massa das mulheres na força de trabalho durante o século XX, em extensão tão significativa que hoje elas já chegaram a constituir maioria nos países de capitalismo avançado, não resultou em sua emancipação. Em vez disso, apareceu a tendência de generalizar para toda a força de trabalho a imposição dos salários mais baixos a que as mulheres sempre tiveram de se submeter [...].

Mas afinal, em que se constitui o conceito de emancipação humana? Por que o relativo alcance de uma emancipação política ou econômica por parte das mulheres não evidencia a obtenção da sua emancipação humana? Diante da linha de análise com a qual concordamos a emancipação somente se constitui na organização coletiva e que só seria possível vislumbrá-la em outra ordem societária.

[...] na sociedade emancipada o ato ontológico-primário terá que ser o trabalho associado, uma forma de trabalho que abole o trabalho assalariado, a propriedade privada e o capital, com todos os seus corolários [...] (TONET, 2004, p. 157).

[...] é que neste momento o homem se torna efetivamente livre, isto é, autodeterminado, senhor do seu destino. Isso significa

apenas [...] que não será mais o capital que decidirá o destino dos indivíduos e da sociedade e sim os próprios indivíduos (MARX, *apud* TONET, 2004, p. 157).

Nesta perspectiva de análise, segundo Tonet (2004), quando a humanidade, de fato, alcançar a sua emancipação e, conseqüentemente, o fim do capitalismo, os indivíduos serão plenamente livres.

O fim do século XX e início do século XXI foram marcados por transformações que afetaram, substancialmente, a condição feminina meio as relações políticas, sociais, econômicas e culturais. Com a inegável inserção da mulher no mundo do trabalho, pode-se vislumbrar um acentuado progresso político-crítico deste gênero, uma vez que a mesma “rompeu” com a unicidade atribuída ai seu papel na esfera doméstica.

As mulheres estão cada vez mais se qualificando com o objetivo de avançar e conquistar espaços, até então, ditos como masculinos, como mostra Sucupira e Menezes (2014) a partir de pesquisa realizada com mototaxistas nos estados do Amazonas e Rondônia, como também, Bruschini (2007) ao analisar as tendências no mundo trabalho no século XXI.

Mesmo que ainda seja visível a submissão, precarização e exploração da imagem e do trabalho feminino, em alguns setores e instituições da sociedade civil, a mulher persiste em erguer suas forças e lutar contra a construção desses estigmas e estereótipos, socialmente construídos, na busca de uma sociedade igualitária e com o respeito às diferenças.

**CAPÍTULO 4**  
**Procedimientos metodológicos**

#### 4.1 O lócus da pesquisa - A capital do Seridó norte-rio-grandense: Caicó para além da aparência

A pesquisa foi realizada na cidade de Caicó/RN, localizada na região do Seridó do estado do Rio Grande do Norte (RN) e que possui aproximadamente setenta mil habitantes. Com área territorial em torno de 1.229 km é considerada uma das cidades mais quentes do estado, em consequência de altas temperaturas, solo poroso e com grande predominância de cascalho.

A economia da região se concentra no comércio e na criação de bovinos e caprinos, formando uma das maiores bacias leiteiras do estado do RN. Possui também um pequeno parque industrial, sem grande evidencia econômica. É visível na região uma elevada taxa de desemprego. O artesanato (bordado à máquina), de modo geral, caracteriza-se como meio de sobrevivência de muitas mulheres, tanto na zona urbana como na zona rural. É uma atividade tradicional que vem passando de geração, que ainda vigora na região do Seridó.

No município de Caicó/RN se evidenciam, também, as bonelarias (fabricação de bonés e chapéus), cerâmicas, tidas como outra fonte de geração de emprego e renda para os munícipes. Essas são atividades que não necessitam de grande qualificação, porém, são geradoras de ocupação e renda que impulsiona a economia informal do município. Os/as trabalhadores/as formais da região ou estão inserido no serviço público ou em vínculos no comércio, tendo assim acesso aos direitos trabalhistas. Os/as outros/as estão ocupando os espaços na informalidade – ambulantes, camelôs, autônomos e, muito manifesto na última década, os/as mototaxistas.

Todavia, já é possível perceber a ocupação de mulheres em setores formais, como comércio – setor o qual se constata o maior índice de empregos -, na política e em setores da informalidade, como as mototaxistas.

A realização de eventos na cidade contribui para o desenvolvimento econômico e social da região. Em Caicó ocorrem, anualmente, dois grandes eventos – cultural e religioso - que são responsáveis por gerar emprego e renda e também pelo desenvolvimento e divulgação dos produtos regionais assim como do turismo local: a Festa da padroeira da cidade – Nossa Senhora

de Sant'Ana, que é realizada todo mês de julho com dez dias de eventos sociais, religiosos e artísticos – e, o carnaval, responsável por atrair muitos turistas. Tais eventos são responsáveis por gerar oportunidades de serviços e negócios para os vários setores da cidade. Envolve setores que vão da formalidade a informalidade, uma vez que, o fluxo de visitantes e turistas aumenta nessas épocas específicas, fazendo com que o circuito econômico sofra seus impactos.

Espacialmente, a cidade de Caicó/RN está organizada na divisão de vinte oito bairros distribuídos nas zonas norte, sul, leste, oeste e centro. Mais especificamente, o estudo foi realizada em cinco “praças”<sup>48</sup>, que são espaços localizados em pontos estratégicos da cidade e que abrigam os mototaxistas à espera dos/as passageiros/as. Cada “praça” tem por identificação um nome fantasia e uma cor específica caracterizada na jaqueta do mototaxista.

Vale destacar que quando surgiu à prestação de serviço de mototaxista em Caicó/RN, havia cerca de trinta e duas “praças” de mototaxistas espalhadas pelos bairros da cidade. Atualmente, segundo dados da Cooperativa de Mototaxistas de Caicó/RN, não há um registro concreto de quantas “praças” existem, mas, ao certo, esse número aumentou consideravelmente.

No aspecto político, o município ainda mostra-se conservador quanto à existência e, conseqüentemente, a inserção e participação em movimentos sociais, como também, de construção de uma consciência política e crítica por parte de seus munícipes. Isso é reflexo histórico das bases que ainda vigoram na região, ou seja, território de coronelismo e de uma sociabilidade marcada pela ordem da obediência da mulher a figura masculina. Ainda é possível encontrar resistências quanto à introdução acerca dos questionamentos que evidencie uma possível desconstrução desses aspectos.

Este cenário sofre transformações a partir da chegada a cidade de novos complexos institucionais, como no campo da educação e formação. Na última década Caicó/RN ganhou bastante – tanto no aspecto social, econômico e político – com a inserção de universidades e a ampliação destas no referido município. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) teve ampliado seu campus com a entrada do curso de Medicina. A Universidade do

---

<sup>48</sup> Salientar que uma das entrevistadas da pesquisa foi realizada em sua residência e outra em seu outro vínculo de trabalho (isso está descrito e analisado no capítulo da pesquisa).

Estado do Rio Grande do Norte (UERN) ampliou-se com a inserção do curso de enfermagem e odontologia – o único existente pela referida instituição de ensino superior. A Faculdade Católica Santa Teresinha ampliou seu quadro com a introdução do curso de Serviço Social – o único presencial na região do Seridó do RN – além de outras modalidades de ensino. Sem deixar de mencionar o Instituto Federal de Tecnologia e Ciência (IFRN) que, além da ampliação da educação básica, ampliou a educação superior da região.

O que é importante destacar nesse aspecto supramencionado é o caráter de ampliação da educação da população do município, possibilitando uma aproximação com bases críticas, éticas, políticas e reflexivas que rompem com o pensamento empírico/conservador que caracteriza a referida região. Neste contexto, também, ocorreu a manifestação e ampliação, e/ou até mesmo, consolidação de políticas públicas em Caicó/RN e na região.

Em termos econômicos podemos dizer que em Caicó/RN a informalidade ocupa lugar central, principalmente, em relação ao mercado de trabalho. As formas de inserção no mercado formal são restritas como demonstramos anteriormente. Com a informalidade existe uma ausência de direitos por parte da população que adentra nesse espaço ocupacional, o que refletirá em trabalhadores/as em situações precárias de acesso ao mercado e, concomitantemente, em seu cotidiano social e político. A prestação de serviços através da atividade de mototaxista representa uma fatia importante do setor informal.

#### 4.2 As participantes da pesquisa

As participantes da pesquisa foram 07 (sete) mulheres que atuam como mototaxistas na cidade de Caicó/RN. Com base em levantamento apresentado pela Cooperativa de Mototaxistas de Caicó/RN, o total de mulheres atuando nesse tipo de trabalho chega a uma média de 20 (vinte) entre cadastradas e clandestinas. Entretanto, considerando os dados informados diretamente a pesquisadora pelo Setor de Transportes Públicos, da Prefeitura de Caicó/RN, existia, até fevereiro de 2015, apenas 04 (quatro) mulheres devidamente cadastradas.



A mototaxista cadastrada é aquela que está devidamente regularizada junto ao Setor de Transportes Públicos da Prefeitura Municipal de Caicó/RN e que recebe alvará de licença de trabalho para realizar o serviço de transporte de passageiro/a na cidade. A mototaxista não cadastrada ou clandestina, como se denomina no popular, refere-se aquelas pessoas que realizam o mesmo trabalho, porém, não possuem autorização legal da prefeitura.

A legalização para o exercício da prática de mototaxista em Caicó/RN está posta na lei em seu Art. 2º, inciso III. Todavia, devido à ausência de fiscalização no trânsito, o trabalho de clandestinos/as ainda é nítido, o que justifica, conforme apontado na pesquisa, a não regularização no setor de transporte por parte das mulheres atuantes nesse tipo de atividade.

Diante do exposto, a coleta dos dados envolveu 07 (sete) mulheres mototaxistas que são cadastradas e 04 (quatro) não cadastradas, que atuam no mercado de trabalho na cidade de Caicó/RN.

Portanto, este critério de inclusão, permitiu abranger o maior número de mulheres atuantes nesse ramo empregatício, mediante a aceitação livre e esclarecida da participação na pesquisa.

#### 4.3 Procedimentos de coleta dos dados

Para a entrada no campo de pesquisa e iniciar a identificação geral sobre a atividade de trabalho dos mototaxistas em Caicó/RN utilizou-se de observação não participante nos espaços de atuação – “praças” – em que tinham mulheres mototaxistas em exercício. Neste primeiro momento, no intuito de manter uma aproximação e observação do campo que envolve a pesquisa, foi feita visitas a algumas “praças” de mototáxis, tanto as que tinham mulheres atuando, como as que não. Importante destacar o porquê de ter realizado visita as “praças” que não há mulher ou mulheres atuando. Utilizamos dessa estratégia para ampliar e complexificar a compreensão da realidade de cada “praça”, as relações e o cotidiano de trabalho na perspectiva de estabelecer as práticas sociais e a divisão sexual do trabalho.

Nas visitas as “praças” foram observadas as relações de trabalho entre os/as mototaxistas, como entre cliente/passageiro/a e profissional mototaxista.

Não houve, nesse momento, contato direto com nenhum/a profissional. As visitas aconteceram em turnos variados (matutino, vespertino e noturno) com o intuito de perceber os múltiplos fatores que desencadeiam a realidade dessas mulheres.

No segundo momento aconteceu o contato com as mototaxistas dos pontos de atuação – “praças” – como forma de aproximação com o público alvo da pesquisa. A partir dos contatos e com a concordância das mototaxistas em participar da pesquisa foi fomentado o diálogo no intuito de, junto com elas, ir dirimindo as questões abertas na etapa anterior. Foram feitas visitas a Associação representativa da categoria para buscar informações mais precisas sobre o setor e a categoria das mototaxistas.

O terceiro momento consistiu na realização das entrevistas e aplicação de questionário. No contato com as mototaxistas foram explicitados os objetivos da pesquisa e como a mesma estava sendo desenvolvida. Das 08 (oito) mototaxistas que foram abordadas, 07 (sete) concordaram em participar da pesquisa. Antes da realização de entrevista cada mototaxista preencheu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cumprindo com o norteamento ético que envolve a realização de uma pesquisa que envolve seres humanos, concretizado a partir do sigilo da imagem e identidade das participantes.

Para a realização das entrevistas foram marcados previamente horários com as mototaxistas, de forma que não viesse a causar contratempos no cotidiano e fazer profissional das mesmas. Assim, foi elaborado um cronograma com todas as entrevistas. As entrevistas foram realizadas em local previamente acertado com as participantes da pesquisa. A maioria, cinco delas, optou por ser na própria “praça”. Uma optou em ser em sua casa (exatamente a profissional que não tem vinculação a nenhuma “praça”) e a última, optou em ser no seu outro vínculo de trabalho. Antes de iniciar a entrevista foi aplicado um questionário para o levantamento dos dados socioeconômicos das mototaxistas de Caicó/RN, sobre a constituição familiar, atividades desenvolvidas no âmbito privado, divisão de tarefas da casa e dados profissionais. Logo depois, se iniciou a entrevista propriamente dita, com o uso de um roteiro para levantar aspectos do processo e organização do trabalho,

relações sociais no ambiente de trabalho, dificuldades enfrentadas nas atividades.

#### 4.4 Instrumentos de coleta de dados

Como explicitado acima os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa foram: observação não participante, entrevista semiestruturada e questionário.

Salientamos que adotamos como estratégia metodológica de identificação e referenciação das mototaxistas entrevistadas a expressão “Mtx” no propósito de manter a impessoalidade e anonimato da e na pesquisa.

##### 4.4.1 Observação não participante

A observação geral do trabalho das mototaxistas não se deu de modo aleatório. A sistematização da observação englobou as “praças” que não havia mulheres atuando para que pudéssemos refletir como se dá as relações tanto entre os profissionais, como entre clientes e passageiros/as.

Dentre essas, foi pensado a observação na primeira “praça” fundada na cidade, a qual, não existe mulher atuando. Foram incluídas também, as “praças” que há mulheres trabalhando. Nessas visitas não ocorreu, ainda, o contato com os/as profissionais, haja vista que, segundo Lakatos (2003, P.193), na observação participante o pesquisador “presencia o fato, mas não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; faz mais o papel de espectador”.

Isso, porém, não quer dizer que a observação não seja consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado. O procedimento tem caráter sistemático. Mas, ao chegar aos referidos espaços, foi feita a identificação e exposto que se tratava de pesquisa e, como forma de comprovação, apresentamos o parecer de deferimento da pesquisa emitido pelo comitê de ética.

#### 4.4.2 Questionário

Com o intuito de obter o perfil socioeconômico e dados sobre os espaços público e privado de vivência das mulheres mototaxistas que atuam em Caicó/RN, elaboramos um questionário composto de perguntas abertas e fechadas.

Para isso, o questionário foi composto de vários itens e questões que abarcavam dados relativos a: idade, estado civil, escolaridade e raça, até a renda adquirida com o exercício dessa atividade. Foram colocadas questões do cotidiano das mototaxistas em sua vida privada, inclusive sobre a realização de tarefas domésticas e seu compartilhamento, além perguntas sobre sua vida profissional.

#### 4.4.3 Entrevista semiestruturada

Para a condução inicial da entrevista foi elaborado um roteiro com diversas perguntas que versavam sobre: a entrada das mototaxistas neste universo profissional, como são vistas pela sociedade, as dificuldades que enfrentam na atividade, as relações que estabelecem com os/as colegas de trabalho. Entretanto, o roteiro não foi um instrumento fechado, estanque, pois, existiram momentos que despertou o diálogo para outras indagações que não tinham sido pensadas e inseridas inicialmente no mesmo. No desenrolar das entrevistas determinadas questões foram resignificadas pelas mototaxistas que colocaram elementos da sua prática profissional que não tinham sido pensados antes. As questões do roteiro foram disparadoras de aspectos transversais do cotidiano de trabalho e doméstico colocados pelas próprias mototaxistas.

## **CAPÍTULO 5**

### **Resultados da pesquisa - Mulheres mototaxistas em Caicó/RN: uma realidade desvelada**

Nesse capítulo apresentamos os resultados da pesquisa e analisamos a complexidade que envolve a realizada das mototaxistas de Caicó/RN e as marcas da divisão sexual do trabalho na vida dessas mulheres. Problematizamos também a informalidade que circunscreve o cenário econômico na cidade de Caicó/RN, a partir das expressões socioeconômicas que evidenciam a predominância de mulheres atuando em atividades que se caracterizam pelo distanciamento às garantias trabalhista e intensa precarização das condições de trabalho. Tal percurso, acrescido dos pilares teóricos que embasaram a construção crítica desse trabalho, permitiu-nos perceber as particularidades que permeiam essa realidade de modo que não houve o desprendimento do movimento real acerca do contexto que envolve as múltiplas facetas da reprodução do capital.

#### 5.1 A emergência de uma atividade profissional ou ocupação precária? O surgimento dos/as mototaxistas

O mundo do trabalho contemporâneo está cada vez mais competitivo e selecionado. As profissões estão mais focalizadas e a exigência é cada vez mais por profissionais qualificados (as) e capacitados (as) para atuarem nos setores mais pujantes da economia formal, principalmente homens e brancos.

As mudanças no mundo do trabalho nos últimos anos, especialmente no contexto pós 1970, tem possibilitado o desaparecimento de diversas profissões e, por outro lado, permitiu que novas atividades profissionais fossem criadas.

O crescimento populacional, a expansão física das cidades e a presença de um precário serviço de transportes de passageiros, nas cidades de porte médio, fizeram surgir uma atividade, ligada ao setor de serviços, que impactou na vida destas cidades. Estamos falando da profissão dos mototaxistas. Foi na década de 1990, do século XX, que as condições concretas de crise econômica, reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho, desemprego crescente, principalmente, nas cidades de médio porte do interior, do Nordeste, permitiram o surgimento desta nova profissão ou ocupação (COELHO, 1994).

A atividade de mototaxista nasce como um trabalho dito autônomo, ou seja, o trabalhador é o dono de seu objeto de trabalho (a moto) e determina a organização do seu trabalho. Como consequência é desprovida de direitos legais trabalhistas e previdenciários, portanto, está no contexto do que, em regra, é compreendido como a informalidade.

Tal forma de trabalho abarca dois aspectos importantes que infringiam as cidades de médio porte do interior do Nordeste: é uma alternativa de emprego aos que se encontram expulsos da esfera formal do mercado de trabalho e resolve, em parte, o problema da condução de pessoas nas cidades do interior onde o transporte público é ausente e/ou precário.

Com o tempo a atividade de mototaxista cresce e se populariza com a adesão das pessoas a este tipo de transporte e com sua visibilidade nas cidades. Porém, o trabalho realizado em veículo de duas rodas foi se tornando algo perigoso em face do aumento dos acidentes envolvendo este tipo de condução. Mesmo assim, continuam sendo bastante utilizado pela população, pelo fato da ausência de investimento e estratégias no serviço de transportes coletivos. Ao longo dos anos medidas vem sendo tomadas para melhorar a segurança dos mototaxistas, como as questões relacionadas as relações de trabalho.

Em sua tese de doutorado, Conto (2008) aponta a discussão acerca dessa modalidade de trabalho e afirma que em outras regiões, como a Asiática e a Europeia, essa atividade é algo antigo. No Brasil, esse tipo de trabalho aparece, inicialmente, na região nordeste do país (SOUZA e CORDOVIL, 2008). Foi na cidade de Crateús – CE, na década de 1990, que nasceu a ideia do serviço de mototáxi como alternativa para o transporte urbano. Mas, segundo Barreto (2010) foi à cidade de Sobral/CE a primeira a regulamentar o referido serviço. Sob um veículo de duas rodas denominado de moto, profissionais autônomos realizam o trabalho de conduzir passageiros e/ou pequenas mercadorias por um valor acertado mediante a distância geográfica. Diante voltaremos a questão dos preços das corridas.

### 5.1.1 A legislação sobre o setor: os marcos da legalização da atividade de mototaxista

No que se refere à legislação, é na década de 1990, quando nasce o serviço de mototaxistas, que assiste-se a primeira proposta de regulamentação dessa modalidade de trabalho.

a legislação vigente (Lei nº. 503, de 23 de setembro de 1997) prevê e autoriza o deslocamento de pessoas através de motocicletas e estabelece condições mínimas de segurança e conforto exigíveis àqueles que utilizam esse meio de transporte. A Lei acarreta maior responsabilidade aos mototaxistas no que se refere a proteger a sua integridade física e a de seus clientes (CONTO, 2008, p. 52).

Mesmo com esta legislação, as discussões acerca das normas de implantação e implicações da profissão de mototaxista continuam, uma vez que a proliferação dessa modalidade de trabalho se expande na realidade brasileira.

Já no ano de 2002, um projeto de lei é lançado no Senado Federal:

O Projeto de Lei Nº 6.302 de 2002, de autoria do Senado Federal, regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “moto-táxi”, para entrega de mercadorias, e em serviço comunitário de rua, o “motoboy”, com uso de motocicleta, permite ainda, o exercício das atividades de transporte de passageiros e de mercadorias por intermédio de motocicletas, estabelecendo requisitos para o seu exercício e atividades específicas dos profissionais, enfocando pontos relevantes como cuidados com a segurança, conforto e higiene de motorista e passageiro.

A referida norma é alterada pela lei 12.009, de 29 de julho do ano de 2009, agora com a discussão de forma mais abrangente, uma vez que incorpora a discussão das várias profissões exercidas sob veículo de duas rodas, ou seja, a nova legislação abarca as profissões como: motoboys, mototaxistas, etc.

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transportes de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e “motoboy”, com o uso de motocicleta, dispõe sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas – moto-frete –,



estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências.

Não distante da realidade brasileira, a profissão de mototaxista na cidade de Caicó/RN remonta a década de 1990, mais precisamente 1998. Inicialmente, a profissão se origina caracterizada pela execução desprotegida e sem regulamentação formal do exercício. Isso porque não havia legislação que regulamentasse e, mesmo, orientasse as formas de segurança para realização da mesma, como também, as condições de trabalho que eram frágeis e não refletiam em segurança nem para o/a trabalhador/a nem para o/a cliente/passageiro/a.

Os veículos – motos – não estavam, na maioria das vezes, regularizados, os capacetes eram desgastados, assim como não tinha obrigatoriedade no uso de colete com faixas reflexivas<sup>49</sup>.

Em Caicó/RN, esta prestação de serviço iniciou com grupos de indivíduos – homens e mulheres – aglomerados em um espaço físico no intuito de realizar a atividade de mototaxista caracterizado, inicialmente, como um vínculo informal e autônomo. Depois de certo tempo este serviço se expandiu e tomou conta de toda a cidade, requerendo do poder público uma intervenção para poder racionalizar e regularizar o setor na região.

O processo de trabalho dos/as mototaxistas em Caicó foi se complexificando ao longo do tempo. Eles se organizam em um espaço, denominado por eles (as) de “praça”, no qual se agrupam a espera dos/as passageiros/as. A identificação de um (a) mototaxista se dá por uma jaqueta que contém o nome da “praça” a qual o (a) mesmo (a) trabalha, assim como o número do telefone para contato.

No início da organização desses trabalhadores/as, havia em cada “praça” um proprietário, que em regra eram os respectivos donos do espaço físico em que os (as) mototaxistas se agrupam. Para tanto, a cada semana, cada mototaxista paga uma quantia “X” que varia de “praça” para “praça”, que serve para os custeios básicos como: água, energia, conta telefônica, dentre outros.

Atualmente a dinâmica de organização difere na maioria das “praças”, pois, com a organização da categoria, os/as mototaxistas passaram a ser os

---

<sup>49</sup> Informações cedidas pela Cooperativa de Mototaxistas de Caicó/RN

“donos” dos pontos de espera de passageiros. Com o desenvolvimento do serviço e seu aumento na cidade, o/a mototáxi passa a ser proprietário de seu ponto de trabalho, sem a figura do “dono”, o que evidenciava anteriormente uma relação de trabalho, comparada a de empregado e patrão. Essa nova situação que caracteriza o trabalho dos/as mototaxistas pode ser analisada por dois aspectos:

- Primeiro, mostra-se importante perceber a ausência da figura do patronado, uma vez que esses/as profissionais gozarão de relativa autonomia quanto à venda e propriedade do seu local de trabalho, haja vista que somente adentrará a “praça” o/a mototaxista que compre o ponto a um/a profissional.
- Segundo, é notório também que se percebe a introdução de uma lógica privatista do espaço de trabalho e que limita e exclui a inserção de outros/as trabalhadores/as neste tipo de atividade, uma vez que a entrada é marcada pela troca direta da compra do espaço para realização do trabalho.

### 5.1.2 Processo e organização do trabalho dos mototaxistas

O horário de trabalho é determinado pelo (a) próprio (a) mototaxista, assim como o tempo de permanência na “praça”. Porém, as jornadas mostram-se bem extensas, pois, sendo uma atividade informal e que a renda é oriunda do tempo de trabalho e das “corridas” realizadas, os/as mototáxis tendem a permanecer por várias horas nas “praças” no intuito de obter uma renda maior.

Em Caicó/RN, conforme os dados levantados por essa pesquisa, a “corrida” – como assim eles/elas denominam – custa, hoje, R\$ 3,00 (três reais) para os lugares mais centrais. No turno da noite, esse valor é acrescido para R\$ 4,00 (quatro reais). A justificativa se dá pelo fato de ser pouco o número de profissionais que atuam nesse período e, com isso, é feita uma majoração no valor. Quando se trata de lugares mais distantes geograficamente, o valor é acrescido de acordo com a análise da distância que será percorrida. Isso vale para todas as “praças” de mototáxi, ou seja, é uma espécie de preço tabelado.

O aumento do valor fixo da “corrida” ocorre quando, geralmente, o valor do litro da gasolina também majorado. Essa é, então, a variante que os/as orientam para aumentar o valor do serviço. Válido destacar ainda que, em períodos de maior fluxo de visitantes e turistas na cidade, o valor da “corrida” também aumenta como é o caso de carnaval e a festa da padroeira da cidade.

A participação das mulheres neste setor é um fenômeno recente, tomando por base o período de surgimento da profissão na referida cidade (MEDEIROS, 2009)<sup>50</sup>. Constatamos que a primeira mulher a trabalhar como mototaxista em Caicó/RN foi por volta do ano de 2006, ou seja, quase 10 anos após o surgimento dessa profissão na cidade em questão.

De acordo com dados levantados por pesquisa em 2009 (Medeiros, 2009), foi constatado que a maioria das entrevistadas, na época, optou por atuar nesse posto de trabalho por uma escolha própria.

[...] buscava independência, pois antes quando eu trabalhava como vendedora em uma loja de artigos variados não suportava mais ninguém me dando ordens [...] eu ‘morria’ de trabalhar para ganhar menos do que agora trabalhando como mototaxista (Entrevistada II, 26 anos).

[...] uma experiência diferente para minha vida [...] eu gosto de desafios e também porque eu gosto de andar de moto [...] é um trabalho que me satisfaz (Entrevistada IV, 34 anos).

Os trechos extraídos das falas mostram que a escolha para trabalhar como mototaxista se deu, na maioria das entrevistadas, pelo desejo de uma independência e autonomia social e financeira. Porém, é perceptível, mediante análise intrínseca a pesquisa, que as mulheres entrevistadas não possuíam consciência crítica quanto à desresponsabilização por parte do Estado no que tange, por exemplo, aos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas pelo fato de estarem em um vínculo caracterizado como informal.

O cotidiano de trabalho era marcado pela ausência de equipamentos de segurança, tanto para o/a trabalhador/a como para o cliente. O uso do

---

<sup>50</sup> A pesquisa intitulada de “Trabalho de quem? Mulheres moto-taxistas no município de Caicó/RN: entre a quebra de paradigmas na divisão sexual do trabalho e a exploração patriarcal-capitalista”, de autoria de Priscilla Brandão de Medeiros, foi elaborada em exigência a conclusão do curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/RN em 2009, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Ms. Mirla Cisne.

capacete não era feito pelo/a cliente, assim como não era usado pelo mototaxista a jaqueta, a antena e dentre outros equipamentos exigidos em lei<sup>51</sup>.

Diante do crescimento da profissão e da necessidade de se normatizar bases legais, em nível local, para o exercício da profissão de mototaxista, em 2011, surge a Cooperativa de Mototaxista de Caicó/RN. A criação da cooperativa é uma forma de organização da categoria para cobrar do poder local a regulamentação do exercício da profissão na cidade de Caicó/RN, em consonância com os aparatos legais de base nacional, considerando a realidade local.

Em 26 de dezembro também do ano de 2011, fruto de várias reivindicações e debates junto ao poder legislativo e executivo da cidade de Caicó/RN, aprova-se a Lei 4.507/2011, a qual regulamenta o serviço de “moto-táxi” no município de Caicó/RN. A lei municipal foi elaborada em conformidade com as recomendações apresentadas pela legislação nacional (Lei N° 12.009/09) e elencada as condições necessárias para o exercício da atividade de mototaxi no referido município.

A referida lei trata desde as exigências e atribuições que o profissional lotado na atividade de mototaxista deva possuir e cumprir, como também, as a garantia de funcionalidade do objeto de trabalho – a moto – que variam desde a fabricação até as condições legais de regularização, como, por exemplo, as definições apresentadas no seu art. 2º, incisos I, II, III e IV referentes aos condutores, como podemos observar a seguir:

Art. 2º Para o exercício da atividade de mototaxista é necessário:

I- cumprir as exigências do art. 2º da Lei Federal N° 12.009/2009;

II- estar vinculado à Previdência Social;

III- obter licença perante o órgão municipal regulamentador do serviço;

IV- estar vinculado a uma empresa de prestação de serviço de mototaxi ou cadastrar a motocicleta junto ao órgão municipal regulamentador do serviço.

Apresentam também as normatizações exigidas quanto à abertura e permanência das “praças” de mototáxis até as infrações, penas e julgamentos.

---

<sup>51</sup> A lei a que nos referimos é a 12.009/09.

Em seu Art. 10, a lei municipal trata da concessão de licença para permissão de funcionamento da “praça” de mototáxis. Assim, como os/as mototaxistas, e as motocicletas, as praças também tem que ser devidamente cadastradas no setor de transportes do município. Importante frisar que, a licença concedida ao/a mototaxista não o/a condiciona a se fixar em uma praça, uma vez que a licença é individual, porém, o/a condiciona a está vinculado a alguma “praça” que possua licença, independente de sua localização.

Esse aspecto é considerável tendo em vista que não traz a obrigatoriedade de permanência do/a trabalhador/a a uma determinada praça, ocasionando assim uma relativa flexibilidade e liberdade para o fluxo e rotatividade em várias praças. Mas, isso pode influenciar no surgimento de profissionais que não queira vincular-se a nenhuma praça, para não ter a obrigatoriedade de pagar o valor mensal para custeios básicos com a manutenção da “praça”.

Além desses instrumentos legais, o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), apresentou a Resolução nº 356 de agosto de 2010, a qual estabelece requisitos mínimos de segurança para o transporte remunerado de passageiros (mototáxi) e de cargas (motofrete) em motocicleta e motoneta.

A referida resolução aborda aspectos importantes dos equipamentos de proteção individual que devem ser usados pelos/as mototaxistas. Neste sentido, observamos no exercício da devida profissão que os/as mototaxistas geralmente utilizam o colete com dispositivos retro refletivos, porém, não é percebido o uso das botas e roupas apropriadas de acordo com o que preza a resolução do CONTRAN. Todavia, em nossa análise isso pode se dá por dois aspectos: primeiro as condições climáticas da região que não favorecem o uso dos instrumentos em questão, em segundo, pela ausência de fiscalização que faz com que os/as trabalhadores/as não cumpram as exigências legais para a realização do trabalho.

Mesmo após a implementação dos instrumentos legais, no que tange ao exercício da profissão de mototaxista, percebe-se que muitas ainda são as dificuldades de organização desse setor. Uma destas dificuldades é a constante ausência de fiscalização no trânsito para o cumprimento das prerrogativas legais desta prestação de serviços, que findam por desorganizar

o coletivo de profissionais que fazem parte deste setor. Outra dificuldade é a própria organização da Cooperativa, haja vista, que muitos/as profissionais não mantêm articulação junto à mesma, principalmente, os/as clandestinos/as, o que reflete na ausência de consciência de classe por parte dos/as mototaxistas.

A presença desses aspectos evidencia a desresponsabilização do Estado para com o cumprimento da legislação vigente. O que compromete a efetivação deste serviço em suas bases concretas, principalmente, quanto à segurança na realização desse tipo de trabalho, tanto para os usuários do sistema, como para os/as mototaxistas.

Os/as mototaxistas em Caicó/RN se encontra assim dividida entre os que exercem de forma regular a atividade e os que a realizam de forma clandestina. Essa realidade é também apontada por Luna e Oliveira (2011) em pesquisa realizada na cidade de Campina Grande/PB, em que os referidos autores denominam de mototaxistas “permissionários” – aqueles que têm a autorização via STTP - e “clandestinos” – aqueles que exercem a atividade sem a devida autorização, mesmo que toda a documentação do veículo e pessoal referente às regras de trânsito esteja em dia.

O que iguala estes profissionais é a precarização do trabalho, principalmente, no que tange a proteção trabalhista. Pois a ausência do acesso aos referidos direitos são negados, independente de quem exerce regularmente ou não a profissão, já que, estando inseridos/as na informalidade, e por não ter firmado o contrato de trabalho que lhes garantam tais acessos, o recorte de precarização é visível e comum a ambos/as.

Essa forma de inserção cria no/a trabalhador/a a falsa ideia de que, a ocupação de uma atividade de trabalho, a posse de um objeto de trabalho, o domínio sobre a organização do seu trabalho e os ganhos obtidos, gozam de condições favoráveis dentro do mercado de trabalho. Não percebem a ausência do Estado no que se refere, especificamente, a garantia dos direitos trabalhistas. Segundo Tavares (2004, p. 21) essa realidade é influenciada pela compreensão de que existe a “possibilidade de trabalhadores serem transformados em patrões, não necessariamente em capitalistas”.

Isso finda ainda por impactar na organização dos/as trabalhadores/as enquanto coletivo, pois a partir da vivência individual da experiência de ser

mototaxista pode se perceber que a classe se enfraquece, dificultando suas formas de articulação.

[...] essa suposta autonomia, além de mascarar as reais dimensões do desemprego, fragmenta a classe trabalhadora, opera o culto ao individualismo, desqualifica as organizações representativas do trabalho, fomenta a ordem ideológica dominante e distancia o horizonte revolucionário (*idem*, p. 22).

Inferese, portanto, que a informalidade apesar de apresentar características, como: ser dono dos meios de trabalho, autonomia na definição da jornada de trabalho, etc., não elimina o caráter de precarização das relações de trabalho. Segundo Galeazzi e Holzmann (2011) faz parte da definição de trabalho precário a dimensão da ausência ou redução de direitos e garantias do trabalho. A esta dimensão está relacionado o aspecto do tipo de vínculo empregatício dos trabalhadores e da ausência de contribuição à previdência social.

Complementarmente a estas análises, cabe ainda problematizar as relações sociais de gênero que caracterizam o mercado de trabalho. Na atividade de mototaxistas, estas se mostram nitidamente evidentes. Inicialmente, a profissão de mototaxista em Caicó/RN começou a ser exercida por homens, evidenciando a divisão sexual do trabalho na realização desse tipo de trabalho. É forte o traço de inserção masculina no exercício dessa profissão por se tratar de uma atividade de trabalho que impõe riscos e periculosidade, que implica em atitudes de virilidade, e por, historicamente, ser negada as mulheres a atribuição de dirigir veículos.

## 5.2 O perfil das mulheres mototaxistas de Caicó/RN

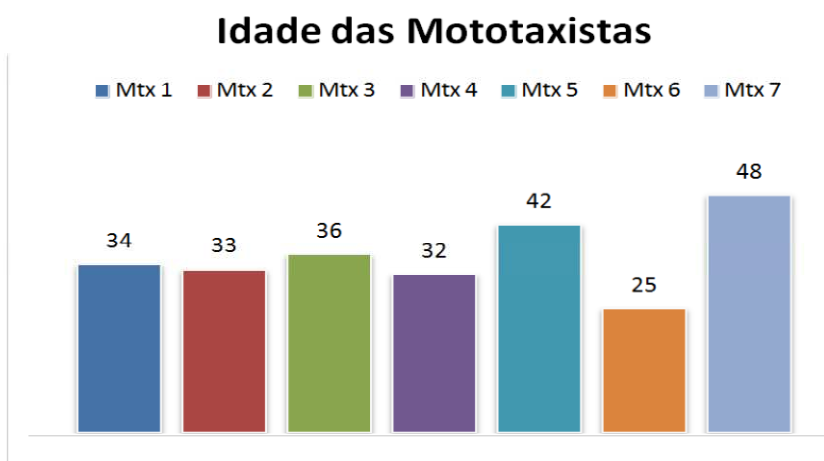
Como forma de compreender quem são as mulheres que adentram a atividade de mototaxista na cidade de Caicó/RN, traçamos um perfil das mesmas, para evidenciar quais os principais determinantes que caracterizam o seu trabalho e sua vida, sob um recorte reflexivo na perspectiva da divisão sexual do trabalho.

Com relação à raça das entrevistas, duas identificaram-se como branca, duas como parda, duas como morena e uma como negra. A identidade

de raça não foi induzida por questões fechadas, mas pensada para obtenção da subjetividade da entrevistada.

No que se refere à idade, observamos que a maioria das mototaxistas entrevistadas possui uma idade média entre 32 e 36 anos. A menor idade referenciada foi 25 anos e a maior declarada foi 48 anos. O que ficou evidente é que as mototaxistas são jovens e estão na faixa etária de pleno período produtivo em termos de trabalho e vida social. Estão, também, nas faixas etárias onde a disputa por um lugar no mercado de trabalho formal é muito grande. Este grupo etário certamente encontra dificuldades de inserção para se inserir no mundo do trabalho. Não é demais lembrar, que no cenário de globalização e acirramento dos mercados, interessa a inserção e permanência do/a trabalhador/a com elevado nível de qualificação e considerado jovem.

Gráfico 1: Idade das mulheres mototaxistas na cidade de Caicó/RN



Fonte: pesquisa de campo/ 2015.

Antunes (2000) em análise com base em aspectos da divisão sexual do trabalho aponta para exigências de qualificação para inserção e permanência da mulher no mercado, mas que, mesmo ela dotada de tais requisitos, ainda encontra-se a margem da ocupação de postos de trabalho mais valorizados. Assim, o mesmo conclui que “a divisão sexual do trabalho operada pela reestruturação produtiva do capital [...] [estabelece] uma exploração ainda mais intensificada no universo fabril feminino” (idem, p. 106).



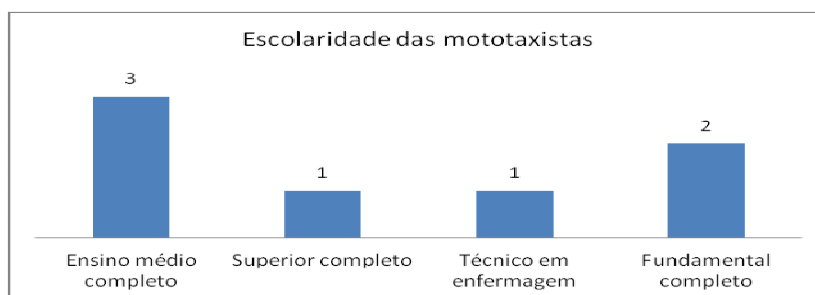
Realidade essa que não se distanciará quando analisado o mundo do trabalho informal, ou seja, mesmo que qualificadas e ainda jovens, as mulheres não se inserem em postos de trabalhos mais valorizados, mesmo quando suas qualificações mostram-se superior a dos homens.

Sobre isso, Araújo e Durães (2010), a partir da análise dos dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), mostra que é na informalidade que predomina a participação feminina. Segundo as conclusões oriundas dos dados referentes de 1990 a 2001, as mulheres constituíam 91% dos/as trabalhadores/as que ocupavam esse setor.

Quanto à escolaridade, percebemos que 03 (três) das mototaxistas entrevistadas possuem ensino médio completo, 01 (uma) com nível superior e outra com nível técnico, além de 02 (duas) com ensino fundamental completo. A mototaxista de nível superior é formada em pedagogia e a outra é formada no curso de técnico de enfermagem. Os dados, portanto, mostram que é notório o grau de escolaridade das mototaxistas participantes da pesquisa e significativo o índice de qualificação de 02 (duas) delas.

Algumas características da atividade de mototaxista, como a flexibilidade em estabelecer o horário de trabalho, permitem que as trabalhadoras possam dedicar parte do seu tempo para melhorar sua qualificação, seja para o aperfeiçoamento no trabalho de mototaxista; seja para buscar outras ocupações no mundo do trabalho. Uma das mototaxistas com ensino médio completo declarou que está fazendo o curso de Técnico de Enfermagem.

Gráfico 2: Escolaridade das mulheres mototaxistas de Caicó/RN



Fonte: pesquisa de campo/ 2015.

Pesquisa realizada na cidade de Montes Claros em Minas Gerais, feita com mulheres policiais e frentistas em postos de gasolinas (Ferreira, 2013) corrobora com a mesma realidade encontrada em Caicó/RN. Os dados também evidenciaram que apesar de adquirirem nível de escolaridade entendido como satisfatório para inserção em vínculos de trabalho formais, essas mulheres ainda continuam ocupando atividades na informalidade. Corroborado com isso, Lombardi (2010) também evidencia que mesmo estando à mulher numa média de qualificação superior aos homens, ainda prevalece a desigualdade nas ocupações, especificamente no mundo Ocidental, assim, como continua sendo a informalidade o espaço o qual elas se alocam.

Já no tocante ao estado civil, 05 (cinco) das mulheres entrevistadas são solteiras, todavia, uma destas, reconhece-se na condição de separada por já ter mantido união civil formal. Apenas 01 (uma) mantém união estável (não oficializada) com companheiro, residindo sob o mesmo teto.

Outro item do questionário foi quanto a ter, ou não, filhos/as e/ou enteados/as. 03 (três) das entrevistadas afirmam não ter filhos/as nem enteados/as. Já 04 (quatro) das mototaxistas que fizeram parte de pesquisa afirmaram que tem filhos/as.

A entrevistada 2 possui 03 (três) filhos, sendo 02 (dois) com idade entre 0 a 12 anos e 01 (um) entre 13 e 18 anos.

A entrevistada 3 possui 01 (uma) filha com idade entre 13 a 18 anos.

A entrevistada 5 possui 02 (duas) filhas, sendo 01 (uma) com idade entre 13 a 18 anos e 01 (uma) com idade superior a 18 anos.

A entrevistada 6 possui 02 (duas) filhas com idade entre 0 a 12 anos e 01 (um) filho com idade entre 0 a 12 anos.

O que chamou atenção nesse aspecto foi quando uma das entrevistadas (Mtx 1) ao ser indagada se possuía, ou não, filhos/as e/ou enteados/as, a mesma afirmou não possuir, todavia, relatou que, para os homens mototaxistas e para os/as clientes homens os quais ela transportava no turno noturno, a mesma afirmava possuir filhos (diz ter duas filhas). Ao ser questionado do porquê de sentir a necessidade de fazer tal “afirmação”, a mototaxista disse que é pela necessidade de segurança:

A mulher na condição de mãe é mais respeitada. Quando as pessoas sabem que você tem filhos, parece que não tem coragem de fazer nada (Mtx 1).

Esta situação tem um traço de patriarcalismo na medida em que a mulher é valorizada por ser mãe e não por ser uma profissional competente, que desenvolve sua atividade com cuidado e zelo pela segurança do passageiro. Neste sentido, está presente a exaltação social da maternidade, que conecta o trabalho da mulher com a família. Então, escolher aquela mulher para fazer a corrida é como se tivesse “ajudando” a figura feminina.

A mesma mototaxista acrescentou outra situação em que explora o estereótipo de ser mãe, uma vez que a ideia da maternidade foi associada a proteção, isso dado pela da mulher-mãe como reforço da simbologia que a maternidade ainda carrega pelas marcas das relações sociais de gênero.

a única coisa que veio em minha cabeça foi dizer que ele não fizesse isso porque eu tinha duas filhas pra criar [...] e ele olhou e mandou eu ir embora, pois não fazia nada em mulher que era mãe porque só lembrava da mãe dele (Mtx 1)

Astuciosamente a mototaxista explora o imaginário social da ideia da mulher como mãe, cuidadora, gentil, carinhosa, etc., como forma de se manter e proteger. Portanto, a divisão sexual do trabalho para as mulheres mototaxistas mostra que a diferenciação para a mulher não mãe e a mulher mãe implica em seu desempenho no trabalho.

Quer dizer que socialmente ser uma coisa ou outra impacta em ter mais ou menos corridas, ou mesmo, ter uma relativa situação de segurança a partir da externalização de tal fato. Diferentemente dos homens que não precisam usar deste artifício para se manter e proteger na atividade de trabalho.

Os homens mototaxistas “ajudam” as mulheres que são mães, transportando para o mundo do trabalho sua dominação pela proteção. Embora pareça paradoxal a análise, mas esta situação evidencia o patriarcado não pela exclusão da mulher da esfera pública, nem por reconhecer que ela é uma boa profissional, mas porque precisam complementar a renda da família e cuidar dos filhos. Nesta análise, perpassa a ideia de que as mulheres são ferramentas de produção e reprodução.

Ainda acerca dos apontamentos encontrados e problematizados na pesquisa, outro aspecto que mereceu destaque foi a quem é delegado os cuidados com os/as filhos/as das mulheres entrevistadas.

Foi questionado quem é o/a responsável pelos cuidados dos/as mesmos/as enquanto a mototaxistas permanece no horário de trabalho. Todas as entrevistadas que possuem filhos/as afirmaram delegar a outra mulher essa responsabilidade. Variando somente a situação de vínculo entre as mulheres, mas, o notável é que os cuidados estão voltados a responsabilidade de outras mulheres.

Estes dados se coadunam com o que Hirata e Kergoat (2008) chamam de “externalização” do trabalho na esfera doméstica. Nas relações sociais de gênero estão bem estabelecidos os papéis de homens e mulheres, para estas, também, o que diz respeito ao âmbito do privado, da casa. Sobre isso, Lobo (1991) vai tratar como sendo um processo de “modelo tradicional” o qual as atribuições domésticas são, naturalmente, tomada como uma especialização das mulheres e, por isso, responsabilidade destas.

Tais constatações corroboram com as ideias do patriarcado no que se refere a responsabilização sócio histórica feminina quanto aos cuidados com os filhos mesmo quando estas se inserem no mundo de trabalho produtivo, ou seja, “a divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida” (LOBO, 1991, p. 280). Portanto, é notório a relação intrínseca e necessária das análises da divisão sexual do trabalho versada com o sistema patriarcado, pois não sendo feita essas considerações, cairíamos no fosso da aparência, sem a percepção da totalidade que envolve as relações sociais entre homens e mulheres no mundo do trabalho, especificamente.

A partir das construções sociais alicerçadas pelo sistema patriarcal, é a mulher que destina maior parte da sua jornada de trabalho nos afazeres e cuidados domésticos. Já a participação do homem nas tarefas do lar ainda se dá fincada na lógica da ajuda e em tempo reduzido quando comparado ao da mulher. A pesquisa de Sorj (2004) aponta que os homens já vêm se inserindo em tais atividades domésticas. Segundo Ávila (2010, p. 125) mediante análise de dados do IBGE em 2007:

A dupla jornada, ou a jornada extensiva composta de trabalho remunerado e trabalho não remunerado, está patente no dado de que 92% das mulheres ocupadas realizam trabalho doméstico, contra apenas 52,3% dos homens. A jornada de trabalho doméstico é de 21 horas semanais entre as mulheres ocupadas, enquanto entre os homens é de apenas 9,1 horas.

Outro aspecto da vida econômica das mototaxistas investigado trata do tipo de moradia. A maioria das entrevistadas afirma dividir a moradia com outras pessoas. Somente 01 (uma) das mototaxistas reside sozinha, já 03 (três) delas residem com os/as filhos/as. Outras 03 (três) afirmaram residir com familiares (mãe e/ou irmã). E apenas 01 (uma) das entrevistadas reside com filhos e companheiro.

Com relação à contribuição das mototaxistas com o orçamento familiar, 06 (seis) delas disseram que dividem as despesas<sup>52</sup> e apenas 01 (uma) disse que não. Das mulheres entrevistadas, 02 (duas) afirmaram que as despesas eram divididas por igual entre todos/as que residiam no domicílio. Já outras 02 (duas) afirmaram que não contribuía com as despesas domésticas, e que seus rendimentos eram para o gasto pessoal, cabendo a sua genitora a responsabilidade com os gastos domiciliares.

Quanto ao tempo em que atua como mototaxista, 07 (sete) das entrevistadas já atuam no referido ramo empregatício há mais de 05 (cinco) anos. Apenas uma das entrevistadas, a Mtx 6 que atua a 06 (seis) meses somente. Interessante perceber que a entrevistada citada anteriormente afirma ter buscado a inserção nesse ramo específico de trabalho pela dificuldade de retorno ao setor de trabalho (tecelagem) o qual pertencia antes de engravidar. A mesma frisou que:

Nesse tipo de trabalho eles não querem mulher que engravida não, pois dizem que não produz do mesmo jeito (Mtx 6).

A fala da Mtx 6 deixa evidente as discussões apontadas quanto as construções sociais de gênero, como também, chama a atenção para a desresponsabilização estatal quanto a elaboração e execução de políticas públicas que atendam o interesse de permanência da mulher/mãe no mercado

---

<sup>52</sup> Mtx 2 recebe pensão alimentícia somente de 01 (um) dos filhos. Mtx 5 não recebe pensão alimentícia para nenhuma das filhas.

de trabalho, uma vez que os cuidados e atividades domésticas continuam como competência da mesma. Assim como, a ausência de oportunidade que ainda perpassa o mercado de trabalho no que se refere ao retorno e permanência de mulheres/mãe em seus antigos postos de trabalho formais, principalmente. Isso porque, sendo a mulher a responsável pelos cuidados do lar, e passando a ser também dos filhos, há uma sobrecarga de trabalho destinado a mesma após a maternidade e ao capitalista cabe a interpretação de que esta pode não ter o tempo totalmente voltado para a produção.

Não interessa então ao mercado o retorno dessa mulher/mãe exatamente por compreender que a mesma terá, a partir de agora, mais uma atribuição, requer dispêndio de tempo e atenção e isso pode refletir na diminuição do tempo de trabalho na esfera produtiva. Acerca desse debate, Ávila (2010, p. 126) apresenta que:

No Brasil, as políticas sociais, em geral, não são formuladas com base na noção de conciliação entre família e trabalho assalariado ou qualquer outra perspectiva que eleve em contra essa relação e suas consequências na desigualdade da organização do tempo social de homens e mulheres. A 'conciliação' entre mercado de trabalho e família, no caso do Brasil, é um dilema que mantém como concernente às mulheres.

Em análise parecida, mas com elementos mais aguçados, Antunes (2000) aborda as análises oriundas de pesquisa realizada no Brasil e na França acerca dos reflexos da divisão sexual do trabalho para as mulheres casadas, considerando a discriminação dessas pelo mercado de trabalho.

Assim, é manifesto o universo heterogêneo que envolve as mulheres mototaxistas de Caicó/RN, como também, as múltiplas inflexões que perpassam o cotidiano dessas evidenciado pelas construções sociais de gênero e apropriadas pelo capitalismo.

### 5.3 Caracterização do trabalho dos/as mototaxistas em Caicó/RN: autonomia ou precarização?

O trabalho de mototaxista, como já foi apresentado, assume características de um ramo empregatício situado na informalidade, ou seja,

ausente de acesso direto aos direitos trabalhistas, sem vinculação contratual formal, dentre outros aspectos.

Para, além disso, é uma profissão que, socialmente, foi ocupada por homens, uma vez que os condicionantes que circunscreve o contexto desse campo de trabalho conduziam ao que, naturalmente, as construções sociais determinam ser “mais apropriado” para os homens, como: pilotar moto, trabalho noturno e perigoso, virilidade na condução, etc.

Contudo, após observações empíricas e aprofundadas pelas análises que afetam o mundo do trabalho contemporâneo, percebemos que na cidade de Caicó/RN essa configuração sofre mudanças ao passo que mulheres adentravam esse espaço – fato que estinguiu a realização dessa pesquisa -.

Com a entrada das mulheres na atividade de mototaxista em Caicó/RN surge a inquietação de compreender se esta inserção se caracteriza como busca e consequência de autonomia destas, ou precarização do mercado de trabalho local.

No propósito do entender o que levou estas mulheres a procurar essa atividade neste setor de serviços, utilizamos das entrevistas individuais para indagação das mesmas acerca dos fatores que as conduziram a tornar-se uma mototaxista.

[...] escolhi essa profissão porque gosto de moto e também porque não quero voltar a trabalhar no comércio, pois quero minha independência. (Mtx 4)

Quero minha independência [...] não aguentava mais ver ninguém mandando em mim (Mtx 2)

Escolhi essa profissão porque gosto de andar de moto, me sinto livre realizando esse trabalho [risos]. E também porque eu queria um emprego autônomo. Trabalhei 17 anos como balconista de farmácia e pedi minhas contas pra cuidar da minha mãe doente e, quando retornei fui trabalhar como mototaxista (Mtx 7).

[...] trabalhei dois anos como ASG em uma empresa que terceirizava serviços. Aí meu contrato acabou e eu não quis mais trabalhar em nada assim, nem no comércio, pois eu acho muito precarizado o trabalho lá. Queria algo que eu fosse livre pra trabalhar, que eu não fosse obrigada a nada. Aí vim ser mototaxista (Mtx 1).

As respostas variaram em seus direcionamentos, mas a busca por autonomia está visível nas entrelinhas da maioria das respostas. As falas

mostram que estas mulheres tiveram motivos diversos para procurar ser mototaxista. Um dos aspectos que se evidencia é que todas tinham emprego anteriormente, apenas uma destas entrevistadas estava desempregada e uma delas se demitiu. Entretanto, todas estavam insatisfeitas com o trabalho que realizavam. Apenas a que pediu demissão do trabalho para cuidar da mãe teve outro motivo para deixar o trabalho anterior.

Outro aspecto que emerge das falas é que seus empregos anteriores eram todos no setor de serviços, principalmente comércio. Este ramo do setor de serviços foi o que mais cresceu em termos de empregos formais nos últimos anos, entretanto, se verifica um número alto de pedido de rescisão de contrato por parte de trabalhadores.

Segundo análises do DIEESE (2014, p.7) “as elevadas jornadas e os baixos salários têm cada vez mais afastado o trabalhador desse segmento”. Nos casos das trabalhadoras de nossa pesquisa as motivações para deixar o emprego foram diversas, mas guarda direta relação com o que coloca a análise do DIEESE, tendo inclusive uma delas se reportado a precarização do trabalho do comércio.

É importante frisar, que para a Mtx 1. sua inserção no ramo motomobilítico não se deu forma “livre”, nem espontaneamente, mas como consequência da demissão dessa trabalhadora do quadro formal de uma empresa.

O outro aspecto que chama atenção na fala das entrevistadas é que elas buscam se desvencilhar de um trabalho que não lhe permite “independência” e, outra, procura autonomia em sua atividade.

Percebemos um discurso favorável das mulheres quanto à atividade de mototaxistas devido à conquista econômica obtida com o seu trabalho o que revela uma relativa autonomia para as mototaxistas entrevistadas. Autonomia aqui compreendida, mediante as análises das entrevistadas, a partir das relações sociais de trabalho, haja vista que elas frisaram a busca por um emprego cuja figura do patrão estivesse ausente, que permite a “liberdade” para organização das jornadas de trabalho.

Em nossa análise, se apresenta nesta situação em foco um paradoxo: as trabalhadoras ressaltam a independência/autonomia que conseguiram nesta atividade de trabalho, mas não percebem o caráter precarizado da sua



inserção na informalidade. Ou seja, essas mulheres não percebem o viés de precarização para além da aparência posta em seus cotidianos de trabalho. Não visualizam o contexto de precarização também visível em seus postos de trabalho como mototaxistas, fazendo remeter de modo imediatista a ideia somente pelas percepções acima referenciadas.

Isso fica evidente quando se analisa as respostas dadas pelas entrevistadas acerca da atuação, ou não, em outro tipo de trabalho antes de atuar como mototaxista. 100% das entrevistadas afirmaram já ter trabalhado em outro(s) posto(s) de trabalho antes da inserção no ramo empregatício atual.

Os empregos anteriores referem-se a: comércio, tecelagem, balconista de farmácia, professora, motorista, vendedora, auxiliar de serviços gerais e empregada doméstica. Todavia, é necessário remeter a análise para a caracterização da cidade em que se desenvolveu a pesquisa – Caicó/RN – uma vez que a economia local se baseia, em grande parte, no setor de comércio. Isso fica evidente também nos resultados da pesquisa, a partir da constatação de que quatro das entrevistadas já atuaram em algum setor do comércio local.

A jornada de trabalho das mototaxistas de Caicó/RN compreende de 06 (seis) a 08 (oito) horas de trabalho para a maioria, e duas delas dizem prolongar sua jornada até dez horas de labuta. Como se sabe o salário de mototaxista é resultante das horas que o/a mesmo/a realiza em sua jornada de trabalho diária. Para obter uma remuneração que atenda as necessidades de manutenção e sobrevivência se requer a presença direta e constante do/a trabalhador/a atuando em sua atividade de trabalho. Assim, quanto mais horas elas trabalharem, no caso das mototaxistas, provavelmente<sup>53</sup> maior será a renda diária e, conseqüentemente, mensal.

A determinação da jornada de trabalho é uma escolha individual, marcada pela questão da necessidade da economia pessoal e familiar. Queremos realçar a carga horária de trabalho da Mtx 2, por exemplo, como forma de evidenciar a precarização e a sobrecarga a qual essas mulheres estão inseridas. Precarização porque não tem direitos sociais garantidos e

---

<sup>53</sup> Frisamos que, provavelmente, a renda será maior porque não significa dizer que estando a mototaxista na praça ela terá renda, pois isso é condição estratégica para obtenção desta, mas o que a garantirá ter sua renda é a presença do/a passageiro/a para realização do serviço e, conseqüentemente, o pagamento sobre este.

sobrecarga porque tem que compatibilizar a jornada de trabalho com os afazeres com os filhos e seu sustento. Esta entrevistada é a única que possui 03 (três) filhos na situação de sua total dependência. Ao ser questionada da extensão e, conseqüente, prolongamento da sua carga horária de trabalho diária e semanal ela destacou:

Trabalho de segunda a sexta das 07h às 18h. Só paro de 12h às 13h porque vou dá o almoço dos meus filhos e almoçar também. Pego eles lá em minha mãe pra levar pra casa e a menina que cuida ficar até eu chegar. Tenho que trabalhar muito pra ganhar muito também, pois as despesas são muitas e a pensão que recebo do pai do meu filho caçula não dá nem pros gastos com ele. E tudo é comigo, da conta ao banho (Mtx 2).

É perceptível na fala da mototaxista aspectos referentes a divisão sexual do trabalho na sociedade atual. Como afirma Cisne (2013, p.121), “a inserção da mulher no mercado de trabalho não significou, em tese, uma ruptura com a sua responsabilização com as atividades domésticas e com a reprodução social”. A mulher adentra o mercado de trabalho na informalidade, portanto, aspecto da divisão sexual do trabalho atual, embora muitos homens, também estejam nesta situação.

Entretanto, elas continuam com a responsabilidade de gerir sua vida privada ao mesmo tempo em que trabalham. Nem o Estado está organizado para apoiar este tipo de trabalhadora, com creches, escolas em tempo integral, cuidadores domiciliares, incluindo homens; nem os homens assumem sua responsabilidade na tarefa de cuidar dos filhos e da casa. Portanto, as mulheres estão inseridas numa realidade da divisão sexual do trabalho, calcada nas ideias do patriarcado: elas são expropriadas dos seus direitos enquanto cidadã e exploradas socialmente, já que tem que assumir dupla ou tripla jornada de trabalho. Para as mulheres isto é aceito porque faz parte do imaginário social a naturalização da apropriação da vida das mulheres.

Aplica-se a situação em análise a afirmação de Guillaumin (2005, p. 35) de que:

(...) hoy en día en los países occidentales, únicamente ellas, están dedicadas a realizar por fuera del salariado, el cuidado corporal, material y eventualmente afectivo del conjunto de los actores sociales. Se trata a) de una prestación no monetaria, como lo sabemos y b) realizada en el marco de una relación personalizada durable.

Neste contexto as trabalhadoras mototaxistas conseguem uma falsa e relativa autonomia pessoal quanto à determinação dos horários de trabalho. Para elas, perpassa como uma realização pessoal e profissional por serem autônomas em decidir os melhores horários para se trabalhar, mas na sua vida privada persiste a situação de apropriação de seu tempo, dos produtos de seu corpo, na acepção de Guillaumin (2005). Os dados da pesquisa mostram que os cuidados com os membros do grupo familiar continuam sendo uma tarefa destinada as mulheres nesta sociedade capitalista e patriarcal.

A situação de vida desta mototaxista revela os construtos sociais de gênero. Para poder conseguir realizar sua atividade de trabalho, esta trabalhadora tem que se utilizar do trabalho de outras mulheres (mãe ou cuidadora), de forma remunerada ou não, já que é a responsável única pelo cuidado dos filhos.

Na linha teórica de Kergoat (2010), podemos perceber a consubstancialidade das relações sociais nesta situação. O trabalho das mototaxistas está na informalidade, neste sentido sua vida profissional é vulnerável em termos de direitos sociais (previdência, creche, etc.), seu trabalho não tem valorização social, o ganho mensal não contempla todas as necessidades. No tocante a tais percepções, Araújo e Durães (2010, p. 89) trazem que:

A crise do trabalho assalariado provoca mudanças nas regras que regem as relações de trabalho capitalistas, isto é, o trabalho continua tendo centralidade, mas a relação assalariada típica, protegida pela legislação trabalhista, deixa de ser aspecto principal e dinâmico [...] [ocorre] a ampliação significativa das formas não assalariadas de trabalho [...] sem proteção legal.

Por outro lado, o trabalho da mulher que é empregada pela mototaxista, também, se inclui na informalidade, repetindo-se para a mesma as características do trabalho da contratante. Fazer parte da informalidade enquanto trabalhadoras é o que unifica a situação destas mulheres, bem como a exploração que é alvo quando se analisa a divisão sexual do trabalho.

As estas mulheres são possibilitadas a ocupar o mercado de trabalho da informalidade e continuar cuidando dos filhos ou dos parentes (mãe ou pai, principalmente). Neste caso, ressalta-se o fato original de que a contratação de uma mulher por outra ocorre com pessoas que estão numa mesma classe

social. Geralmente a literatura sobre o tema aponta que são mulheres com alta renda que contratam outras mulheres para fazerem o trabalho doméstico (KERGOAT, 2010).

As relações sociais de gênero, portanto, não é uma coisa linear, simplista e banal. Guarda uma complexidade, pode tomar conformações singulares, não hegemônicas com características diferenciadas. Mas, como afirma Kergoat (2010) estas relações sociais podem ser diferentes das usuais encontradas, porém guardam uma semelhança quanto à questão da exploração.

A inserção das mulheres na atividade de mototaxistas não ocorre de forma homogênea, ou seja, nem todas são cadastradas no setor de transportes da prefeitura de Caicó/RN, nem todas estão inseridas nas “praças” existentes na cidade, nem todas cumprem a mesma carga horária. O caso da Mtx 6, revela particularidades do seu universo de vida e trabalho que merecem ser destacados, analisados e entendidos.

A referida mototaxista é a que tem o menor tempo de atuação nesse tipo de trabalho em comparação com as demais mulheres entrevistadas, apenas seis meses na atividade. Sua trajetória demonstra os aspectos perversos da divisão sexual do trabalho para as mulheres, ela é a mais jovem de todas e a com o mais baixo índice de escolaridade.

Expulsa do mercado formal de trabalho, a Mtx 6 buscou alternativa de emprego, tendo encontrado na informalidade espaço para sua inserção, adentrando no serviço de mototaxista. Ela justificou a escolha por essa modalidade de trabalho:

Gosto de andar de moto, aí juntei o útil ao agradável. Preciso trabalhar e agora faço uma coisa que não acho tão ruim (Mtx 6).

A singularidade da situação de trabalho desta mototaxista é que sua jornada de trabalho se realiza somente nos dias de sábado nos entornos da feira livre de Caicó/RN, no horário das 05h às 11h do dia em questão. Isso porque durante a semana a mesma tem a responsabilidade do cuidado com o filho mais jovem, já que não tem creche em seu bairro, nem a mesma tem

condições de delegar, mediante remuneração, esta atribuição a outra pessoa devido a limitação financeira.

A Mtx 6 não está vinculada a nenhuma praça de mototáxi com licença para funcionamento e nem cadastrada e autorizada para o exercício da profissão no setor de transportes municipal. Esta situação mostra que a referida mototaxista está no contexto que Tavares (2004) chama da informalidade da informalidade. Esse aspecto mostra que o nível de precarização o qual esta mulher está inserido é ainda mais aguçado, pois não há garantia legal diante da sua prática de trabalho.

O seu conjugue é trabalhador inserido no setor formal da economia – comércio de alimentos – e sua jornada de trabalho é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. E o destino da sua renda, segundo a entrevistada, é para a manutenção alimentícia da família. As demais despesas ficam sob responsabilidade dela e o pagamento advém, unicamente, da renda adquirida com a atividade de mototaxista.

Este caso mostra os contornos da questão de gênero se efetivando. Na nossa sociedade patriarcal cabe ao homem o universo do espaço público e a mulher é convenciona a ser responsável pelo âmbito privado. O espaço privado ocupa a maior parte do seu tempo. Aqui se aplica o que Guillaumin (2005, p. 27) diz quanto à apropriação do tempo da vida da mulher, através do casamento. Segundo a autora:

Siempre y en todas partes, en las circunstancias más “familiares” como en las más “públicas”, se espera que las mujeres (la mujer, las mujeres) hagan la limpieza y decoren el lugar, vigilen y den de comer a los niños, barran o sirvan el té, frieguen los platos o descuelguen el teléfono, cosan el botón o escuchen las preocupaciones metafísicas y profesionales de los hombres, etc.

O tempo que dedica a uma atividade fora do lar é condicionado, não pelo desejo de satisfação pessoal, mas pela necessidade de complementar a renda familiar. Neste sentido, o que ela consegue obter de faturamento na manhã, do sábado, é apropriado pelo sustento da família. Na linha de Guillaumin (2005), ocorre uma apropriação dos produtos do corpo da mulher, como já discorrido anteriormente.

Portanto, se apresenta nesta situação elementos das relações sociais de gênero, em que a dominação e a exploração da mulher são evidentes. A exploração fica claro quando se analisa que o trabalho é realizado no final de semana, período consagrado à maioria das pessoas para o descanso. Como se sabe que para se conseguir um faturamento diário considerável é necessário fazer muitas corridas pode-se perceber a intensificação do trabalho desta mototaxista, o que, entre outras coisas, é um risco para sua segurança.

O casamento e o fato de ser mãe, acoplado a questão da falta de qualificação profissional segrega esta mulher a atividades de trabalho de bases precarizadas e exploradas.

A descrição e análise da condição de vida e trabalho dessa mulher mototaxista – o que recai em vários aspectos sob o cotidiano de outras mulheres – demonstra a desresponsabilização e mesmo ausência do Estado na elaboração de políticas públicas que visem atender as condições de permanência das mulheres no mercado de trabalho. Cisne (2012) aguça esse debate haja vista que é interesse do capital a manutenção desse montante de força de trabalho feminina realizado gratuitamente e invisibilizado socialmente e que atende as necessidades do sistema. Para ela, o Estado se omite da implementação de creches em tempo integral para atendimento da demanda existente, da construção de restaurantes e lavanderias populares, pois esses cuidados são, ainda, realizados pelas mulheres.

Então, essas análises sob o viés de ordem estrutural é necessária para que possamos visualizar a essência do objeto para além da aparência do cotidiano que é posto, pois as condições do mundo do trabalho contemporâneo, como frisa Antunes (2013) é de perplexa barbárie com a vida humana.

Outros aspectos da vida profissional das mulheres mototaxistas complementam o cenário de precarização em que estão inseridas. No que se refere ao exercício de outra atividade concomitante a de mototáxi, 04 (quatro) delas responderam que não possuem, mas 03 (três) disseram que sim. Dessas últimas, uma é garçonete, a segunda é vendedora de produtos de limpeza e a terceira faz vendas de artigos variados.

A justificativa das mulheres que afirmaram não exercer outra atividade remunerada aliada a de mototaxista se deve ao fato das mesmas terem que assumir atribuições domésticas.

Eu até queria trabalhar em outro lugar pra aumentar minha renda, mas minha mãe é idosa e tem que ter alguém pra cuidar dela. Então se é pra pagar outra pessoa, eu mesma faço isso (Mtx 7).

Eu não tenho como trabalhar em dois cantos não, pois não tem quem fique com meu filho pequeno (Mtx 6).

Não tenho menor condição de assumir outro emprego. Trabalho de manhã e de tarde na praça e a noite cuido dos meninos. No fim de semana aproveito pra arrumar a casa, lavar roupa, essas coisas (Mtx 2).

As justificativas demonstram que elas até desejariam ter outra ocupação para aumentar o rendimento, mas sua obrigação com a vida privada às impede de assumir outras atividades. As respostas demonstram ainda que as mototaxistas acumulam as atividades da vida pública com a vida privada, configurando uma intensificação da sua jornada de trabalho.

Portanto, as relações sociais de gênero que configuram a vida destas mulheres mantém de forma naturalizada a dicotomia mundo da produção X reprodução. As mulheres vivenciam historicamente o centro da responsabilização dual entre as esferas produtivas e reprodutivas, sendo esta última, naturalizada e invisibilidade, gerando o aguçamento da divisão sexual do trabalho no cotidiano das mulheres.

As respostas deixam claro que as mulheres são responsáveis por sua manutenção e ajuda de suas famílias em termos financeiros, além de assumir os encargos dos cuidados com os filhos e familiares (mãe), além das tarefas domésticas propriamente ditas, como “lavar roupa”. Na divisão sexual do trabalho em Caicó/RN a atividade de mototaxista abarca a demanda de inserção das mulheres por ser um setor que remunera precariamente, está no âmbito da informalidade, portanto sem direitos trabalhistas e sociais garantidos, por permitir a dualidade mundo da produção e da reprodução.

Mais uma vez, vemos que as relações sociais de gênero perduram neste cenário, já que observamos a manutenção da exploração e dominação

destas mulheres. Mesmo que em termos subjetivos elas se sintam com autonomia para determinar sua organização de trabalho, com independência quanto às relações de trabalho, permanecem a exploração e a dominação nas relações sociais.

Voltando aos dados, para a Mtx 1 sua situação difere, em parte, dos determinantes que envolve as mulheres acima destacadas porque a não inserção em outro vínculo empregatício se dá porque a mesma ocupa seu tempo na busca da qualificação profissional.

É importante realçar que, independente, da vinculação em que estejam inseridas estas mulheres, percebe-se uma apropriação do tempo (Guillaumin, 2005) das mesmas. Seja em casa com o alargamento de sua jornada de trabalho, com os cuidados dos familiares (filhos e mãe) ou com os afazeres domésticos tradicionais. E quando elas podem externalizar este trabalho destina para outra mulher.

Podemos perceber o processo de precarização o qual essas mulheres vivenciam pela necessidade delas terem que assumir outras atividades para poder conseguir uma remuneração adequada para sua sobrevivência. No processo de valorização do capital é indispensável à existência do serviço dos/as mototaxistas, já que a circulação de mercadorias e de pessoas faz parte do seu contexto. O capital explora de forma indireta a força de trabalho destas mulheres.

No afã de obter uma melhora em seus proventos as mulheres entrevistadas, que possuem outra atividade de trabalho, prolongam seus dias de trabalho, usando também seus finais de semana para a labuta extra. O que faz constatar que essas mulheres tenham pouco tempo livre para além do universo de trabalho<sup>54</sup>.

Numa crítica a essa ausência de tempo livre para o trabalhador no âmbito do capital, Mészáros (2007, p. 159) afirma que seu “tempo disponível” é apropriado pelo sistema capitalista.

Sem [o tempo disponível] não é possível sequer suscitar a questão da emancipação dos indivíduos com relação à tirania das determinações fetichistas e das iniquidades gritantes.

---

<sup>54</sup> Sobre essa discussão sugerimos a leitura da obra de István Mészáros “O desafio e o fardo do tempo histórico” (2007).



Mesmo a realização de nossos limitados objetivos exigirá a mobilização de massas das pessoas empregadas e desempregadas, orientada pela solidariedade com os problemas que todos somos obrigados a compartilhar, senão hoje, por certo amanhã.

No tocante aos turnos de trabalho, as mulheres entrevistadas apontaram, em unanimidade, o horário diurno como mais utilizado para o exercício de suas atividades de mototaxista.

A justificativa se dá pelo fato de serem os horários de maior circulação e, conseqüentemente, maior atrativo de clientes e passageiros/as. No caso da Mtx 1 a mesma só realiza o trabalho diurno nos fins de semana, pois, segundo ela:

De segunda a sexta eu trabalho durante a noite e madrugada, pois como faço o curso das 19h às 22h e às vezes tem atividades de manhã, não tenho como trabalhar nos horários normais como todo mundo. Tem dias que venho pra praça de manhã. À tarde eu tiro pra descansar [...] o meu horário certo mesmo pra trabalhar é das 22h às 05h da manhã (Mtx 1).

As Mtxs 2 e 7 realizam as atividades como mototaxistas nos turnos diurnos devido as responsabilidades diárias com os cuidados com seus dependentes. Fato este que também as impossibilitam de realizar outra atividade remunerada.

Já as Mtxs 3 e 5 exercem a atividade como mototaxista pela manhã e tarde devido a noite as mesmas estarem exercendo suas funções no outro vínculo o qual estão inseridas.

A Mtx 4 organiza sua jornada de trabalho como mototaxista de acordo com suas conveniências e os dias de maior demanda de passageiros:

Como não tenho filho pra cuidar e nenhuma outra responsabilidade, organizo meus horários do jeito que dá vontade. Quando é dia que eu sei que tem maior movimento [a localização da praça a qual ela está lotada é vizinha a uma Unidade de Saúde. Então, a referência a “dia de movimento” é quando tem atendimento médico, por exemplo] eu vou logo cedinho da manhã. Quando não é, vou umas 10h. Gosto de ir trabalhar a noite porque é mais frio (Mtx 4).

O fato da não responsabilização com atribuições domésticas e não ter filhos/as e/ou enteados/as contribui para a flexibilidade da organização da jornada de trabalho dessa mototaxista. Esta situação evidencia que o tempo

livre da mulher que não realiza as atribuições do lar é maior. Entretanto, na configuração da divisão sexual do trabalho as atividades que ela não realiza na vida privada é externalizada para outras mulheres, sua mãe ou uma diarista.

### 5.3.1 Elementos que afetam o trabalho das mototaxistas

A atividade de trabalho de mototaxistas é afetada por diversos fatores de risco que podem influenciar no bem estar dos profissionais deste setor de serviços. Um destes fatores ressaltados nas falas das entrevistadas é quanto ao fator climático. Caicó/RN é uma cidade de forte incidência das ondas de calor, com temperaturas que variam de 33° a 38° o ano inteiro. Isso afeta a saúde destas trabalhadoras e dificulta o exercício da atividade já que precisam utilizar equipamentos de proteção individual, como capacete e luvas, causando desconforto físico. A ausência do uso das proteções adequadas para as condições climáticas da região torna a realização desta atividade mais desgastante.

As mototaxistas apontaram outros elementos que podem trazer dificuldades no desenrolar da atividade: o medo em realizar esse tipo de trabalho e a desorganização no trânsito, reflexo da ausência de fiscalização.

O calor dificulta muito trabalhar de dia, e a noite é friozinho, dá pra aliviar o calorzão, mas é perigoso devido os assaltos. É complicado, mas temos que trabalhar (Mtx 1).

Um das maiores dificuldades que tenho é o sol forte de Caicó/RN, mas não posso trabalhar a noite, então o jeito é enfrentar [...] o trânsito também dificulta muito. Não há respeito com o motoqueiro aqui. E não tem fiscalização (Mtx 7)

A maior dificuldade que vejo é a climática. E depois o perigo com assalto. Nunca fui assaltada, mas tenho medo (Mtx 2).

O fator climático apontado como umas das maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres mototaxistas, reflete diretamente na condição de saúde do/a trabalhador/a<sup>55</sup>, uma vez que várias são as incidências de

---

<sup>55</sup> Como não é nosso interesse discutir sobre os impactos na saúde do/a trabalhador/a, recomenda-se ler Lourenço e Navarro (2013), pra quem se quiser aprofundar sobre esse debate.

problemas respiratórios e de pele, como apontou as entrevistadas diante dos seus relatos.

Já adoeci várias vezes de gripe, garganta [...] e minha pele vive ressecada, pois mesmo usando as luvas e mangas para tentar proteger a pele do sol, ainda queima (Mtx 2).

Uma vez eu tive uma gripe tão forte que tive que parar de trabalhar durante uma semana porque não aguentava nem me levantar [...] o ruim foi que fiquei sem ganhar dinheiro e foi difícil pagar as contas no fim do mês (Mtx 1).

Outro elemento é o medo sentido pelas mototaxistas deve-se ao aumento da violência nas cidades grandes e médias do país, devido a assaltos e furtos. Os condutores de motos são alvos preferidos de assaltantes, que utilizam este veículo para praticar outros tipos de crime. Este contexto afeta mais agudamente as mulheres que podem ser vítimas preferenciais de roubo de motos. Por serem mulheres e tidas como mais frágeis são devem ser abordadas mais frequentemente.

Os elementos apontados nas falas acima refletem, também, sobre a questão do acesso aos direitos trabalhistas, pois uma vez doente, o/a trabalhador/a não contribuinte, não tem como ter acesso, ao afastar-se do trabalho, ao auxílio doença, por exemplo.

Interessante que a Mtx 6 foi a única que não citou nenhuma das dificuldades comuns as demais entrevistadas. Pra ela a única dificuldade encontrada para o exercício da atividade de mototaxista é por não estar inserida em nenhuma praça. Mas, não significa que ela não sofra com tais dificuldades.

Minha maior dificuldade é não ter uma praça, um ponto fixo. Me sinto solta e sem proteção, sei lá! Não tenho um lugar pra sentar, pra ir ao banheiro, nem pra tomar água. É difícil (Mtx 6).

O caso desta mototaxista é importante para mostrar que a construção social da trajetória das mulheres não é homogênea, possuem singularidades que paradoxalmente as aproxima e as distancia. No contexto da divisão sexual do trabalho da cidade de Caicó/RN coube a esta mototaxista se inserir no mercado de trabalho somente nos finais de semana e em locais de aglomeração de pessoas, como feiras e supermercados.

Deste modo, o seu trabalho é totalmente desprovido de condições e organização. Outras mulheres conseguiram ter melhores condições e organização do trabalho – nas praças – por compartilharem estes espaços com trabalhadores do sexo masculino. A Mtx 6 por ter seu tempo de vida apropriado pela família (filho e marido) não consegue se inserir no mercado de mototaxista nas condições em que outras mulheres alcançaram. Sua dificuldade principal espelha de forma cristalina a sua exploração e dominação.

No caso das 07 (sete) mototaxistas da nossa pesquisa 04 (quatro) são as cadastradas no setor de transporte, por outro lado em sua totalidade elas realizam o serviço como trabalhadoras autônomas, ou seja, não tem nenhum vínculo empregatício. Neste sentido, elas não têm acesso a determinados direitos trabalhistas que um trabalhador formal possui. Entretanto, três delas afirmaram que pagam a Previdência Social como contribuinte individual (autônomo). Já uma delas afirma ter contribuído, mas, cancelou sua previdência em detrimento da prioridade do pagamento da contribuição de sua mãe, pois ela não tinha condições de arcar com as despesas das duas contribuições.

Tal constatação traz as evidências de que a mulher, mediante as relações sociais de gênero é condicionada a responsabilização direta com o cuidado de seus dependentes e, mais contemporaneamente com despesas monetárias. Então, na situação particular, a mototaxista renuncia a necessidade de possuir uma cobertura de seguro previdenciário em favor da inserção da sua mãe, que no caso é tida como sua dependente<sup>56</sup>. Isso é constatado na pesquisa realizada por Ávila (2010) quando mostra que o cuidado atribuído as mulheres vai além da relação mãe/filho, uma vez que os dependentes também tornam-se alvo desses cuidados. A autora acrescenta que os resultados de sua pesquisa apresentam que a mulher destina em média 2 a 3 horas diárias com cuidados aos idosos ou parentes doentes, corroborando assim que a gestão dessas atividades é tida, historicamente, como responsabilidade feminina.

---

<sup>56</sup> Nessa situação, mesmo não sendo alvo da pesquisa, a referida mototaxista foi orientada que diante do perfil sócio familiar descrito, sua mãe, idosa de mais de 65 anos, se enquadra no perfil de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC da assistência social. Foi orientado que a mesma procurasse uma agência do INSS para os devidos esclarecimentos e orientações para possível concessão.

Com relação à mototaxista que afirmou não contribuir com a previdência social, foi questionado do por que de não realizar a devida contribuição. Ela assegurou que não o faz por não se lembrar de ir à busca deste direito, ou por falta de conhecimento acerca da importância do acesso aos direitos trabalhistas.

Isso recai na fragilização no tocante ao acesso as garantias legais conquistadas pela luta da classe trabalhadora, como também, evidencia os aspectos negativos das trabalhadoras que se encontram na informalidade. A falta de cobertura previdenciária torna estas trabalhadoras desprotegidas ante os infortúnios da atividade de mototaxistas. Isso é bem acentuado na fala das trabalhadoras:

Quando adoço fico sem ganhar, porque não tenho nada que me assegure. Como deixei de contribuir, não tenho acesso a nada. Então, é torcer pra não adoecer, se não, a coisa complica (Mtx 1).

Uma vez sofri um acidente e fracturei o ombro [...] passei um mês sem trabalhar. A minha sorte foi minha irmã que me ajudou (Mtx 2).

Outro aspecto analisado na pesquisa foi no que diz respeito ao uso de equipamentos de proteção individual (EPI) que favorecem a segurança no cotidiano de trabalho. De acordo com a Lei nº 4.507/11 que regulamenta o serviço de “mototáxi” no município de Caicó/RN, em seu Capítulo I, Art 2º, inciso I, em consonância com a Lei Federal 12.009/09 em seu Art 2º, inciso IV, uma das exigências para exercer a atividade de mototaxistas, é “estar vestido com colete de segurança dotado de dispositivos retrorrefletivos, nos termos da regulamentação do Contran”. Além do uso do material de segurança adequado para exercício da atividade profissional, o/a mototaxista tem também que “ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do Contran”, como coloca o inciso III do Art 2º da Lei Federal supramencionada.

Todavia, ao serem questionadas acerca dessas exigências para realização legal da atividade como mototaxistas, as mulheres entrevistadas expuseram os limites, primeiramente, no que tange a participação nos cursos especializado de formação. Das entrevistadas, quatro afirmaram já ter participado de algum curso de capacitação, e relatam ser importante tal

participação para esclarecer o/a trabalhador/a sobre questões de saúde, atenção e perigo no trânsito, dentre outros.

Segundo relatos, há uma morosidade no oferecimento desses cursos e, quando vem, as condições objetivas não favorecem a participação. Os principais fatores que as mesmas colocaram que as impossibilitam de participarem foram: a oferta, quando acontece, é no turno diurno, a frequência ao curso impede a realização do trabalho que culmina com a diminuição da renda (dinheiro).

Eu já participei de um curso desses, mas é complicado pois a gente tem que ficar sem trabalhar. Aí ficar sem a grana, complica (Mtx 7).

Eu nunca participei, pois na época que teve um curso eu não tava atuando como mototáxi. E se tivesse hoje era complicado eu participar, pois ficar sem trabalhar não tem como, pois tenho que dá de comer aos meus filhos (Mtx 2).

É notório perceber nas falas das mototaxistas acima referenciadas os vários determinantes que ronda a informalidade e as relações sociais de gênero. Estas formações são pensadas a partir do parâmetro masculino. Os homens podem se desvencilhar do seu trabalho por alguns dias porque não acumulam jornadas de trabalho. Caso o curso seja durante o dia podem trabalhar a noite e vice-versa; além do mais muitos homens são ajudados pelas mulheres no sustento da família. Já as mulheres mototaxistas não contam com nenhuma ajuda externa e, neste sentido, deixar de realizar seu trabalho implica perda no seu orçamento. As entrevistadas justificam como impedimento na participação nos momentos de aperfeiçoamento a responsabilidade para com os filhos, evidenciando assim ser da mulher, ainda, a atenção com esses cuidados.

Mesmo a mulher rompendo a unicidade doméstica ao se inserir no mercado de trabalho produtivo, continua sendo seu encargo a execução das tarefas do lar e cuidados com os filhos e/ou parentes. Fica a questão: por que não pensar horários tomando como base a realidade das mulheres mototaxistas? Entretanto, tomando como base nossa realidade impregnada de valores patriarcais será difícil esperar tamanha sensibilidade para as demandas das mulheres subjugadas e expropriadas do seu tempo.

Esta estratégia de formação de hegemonia masculina distancia estas trabalhadoras dos espaços de formação e impede o aperfeiçoamento profissional. Esta situação faz com que as mulheres permaneçam menos qualificadas que os homens, portanto, é uma estratégia proposital destas relações sociais de gênero. Isso mostra a barbárie advinda do capital na concretização da precarização nessas relações de trabalho.

Quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual (colete apropriado e capacete), seis das entrevistadas afirmam utiliza-los em sua atividade. E frisam a importância do uso desses EPI, uma vez que são necessários para evitar, por exemplo, maiores agravamentos em caso de acidente de trabalho. Para as entrevistadas a proteção através do uso dos equipamentos na realização do trabalho é vista como algo essencial. Fazendo um comparativo com a época que antecedeu a legislação<sup>57</sup>, as mesmas evidenciam que os/as profissionais desse tipo de trabalho na cidade de Caicó/RN, não dispunham de orientações acerca desses aspectos que asseguram relativa proteção.

Das entrevistadas, apenas a Mtx 6 não faz uso do EPI. Isso recai sob as bases clandestinas que caracterizam a realização do seu trabalho, evidenciando as marcas ainda mais aguçadas da precarização do seu trabalho, quando comparada as mulheres mototaxistas que atuam em praças regularizadas. Ao ser questionada sobre o não uso ela relatou o fato de não ser vinculada a nenhuma praça. Esta mototaxista não compreende a atitude preventiva para além do cumprimento da legislação. Ela não percebe a necessidade do uso destes equipamentos que é premente tanto para sua proteção enquanto trabalhadora, cuja atividade é considerada uma das mais perigosas, como para o/a cliente/passageiro/a.

Conforme pesquisa realizada por Lira (2008) em Fortaleza/CE acerca dos riscos no trânsito e com alvo nos mototaxistas, tal modalidade de trabalho, por consequência dos riscos ofertados pela moto, por ser um veículo sinônimo de liberdade, adrenalina e emoção, findam por resultar em maiores números de

---

<sup>57</sup> É válido esclarecer que, antes da obrigatoriedade do uso desses equipamentos com a aprovação da lei federal nº 12.009/2009 e a lei municipal nº 4.507/11, os/as mototaxistas não faziam uso do colete, por exemplo.

acidentes. Essa situação se aguça ainda mais com a ausência do uso dos instrumentos de proteção individual.

A resistência em cumprir normas prescritas, o descumprimento da legislação e a clandestinidade dos mototaxistas, em Caicó/RN, é percebida devido à ausência de fiscalização do trânsito. Aspecto citado por todas entrevistadas. Mesmo com a municipalização do trânsito, a partir da lei nº 4.695/14, não foi percebido por estas profissionais o seu cumprimento.

Mediante o exposto, buscamos informações no setor de transportes do município que informou que o município de Caicó/RN ainda está se adequando para o cumprimento da lei de municipalização do trânsito. Ressaltou a recente aprovação da lei e que o quadro de funcionários não atende as exigências de cumprimento da lei. Vemos com isso, que o governo municipal não está preparado no que se refere ao cumprimento das legislações conquistadas, e o reflexo disso recai sobre a situação do/a trabalhador/a que necessita do serviço.

### 5.3.2 As relações sociais de trabalho e gênero das mototaxistas com os/as clientes/passageiros/as e com os mototaxistas

Os dados da pesquisa mostram que as mototaxistas enfrentam cotidianamente uma série de obstáculos para poder dar consecução a sua atividade. As entrevistadas apontam o preconceito como um dos principais fatores de dificuldade na sua relação com os passageiros/as. Por ser um ramo empregatício, essencialmente masculinizado, existe, ainda, certa resistência quanto à aceitação por parte dos/as usuários/as em ver as mulheres ocupando estes postos. Portanto, é um obstáculo considerável a ser vencido nesta profissão, principalmente por estarmos em uma região em que o patriarcalismo domina e que as relações sociais de gênero ainda apontam o espaço privado como privilégio das mulheres.

O preconceito em relação ao trabalho das mulheres mototaxistas é a configuração concreta da defesa e manutenção da divisão sexual do trabalho que atribui que determinados trabalho é de homem e outros de mulheres. Por ser uma atividade de trabalho que exige destreza, virilidade, atributos



convencionados socialmente como masculinos, se discrimina a mulher no papel de condutora de motociclo. Enfrentar o preconceito é ir de encontro a uma cultura arraigada e machista. Porém, não é uma empreitada fácil e simples. Aos poucos as pessoas vão se acostumando com a presença feminina neste universo masculinizado e elas começam a conquistar seu espaço. Como o trabalho não é somente o espaço público envolve outras esferas da vida, as mulheres mototaxistas acabam por se inserir neste universo de forma diferenciada dos homens. Diferença que constitui em aspecto negativo para a vida das mototaxistas, já que precisam pactuar o vivido no espaço público com a vivência do espaço privado.

O preconceito é uma forma de manutenção da hegemonia masculina, portanto, de busca de manutenção da dominação das mulheres. Na medida em que são preteridas nas corridas para os homens, em que escutam comentários sobre a qualidade da sua forma de pilotar, que falta agilidade no trânsito, se concretiza uma dominação simbólica, que diminui a autoestima, fazendo com que as mulheres se sintam inferiores aos homens.

As falas das mototaxistas entrevistadas estão recheadas de situações de preconceito sofrido em sua atividade de trabalho.

Já sofri inúmeras vezes durante esse tempo que trabalho como mototaxista, principalmente por idosos (Mtx 4).

Já sofri preconceito, mas não tô nem aí, nem ligo (Mtx 3).

As pessoas idosas são as que mais negam nosso serviço. Me sinto humilhada quando vejo alguém se negando a andar comigo, mas não desisto de realizar meu trabalho não (Mtx 2).

Difícil uma mulher mototaxista que ainda não tenha sofrido preconceito, eu acho; o povo não se acostuma (Mtx 5).

O mais notório a se observar é que mesmo sofrendo o preconceito, as entrevistadas não se deixam desvalorizar diante de sua escolha profissional. Percebe o conservadorismo social ainda intrínseco nos indivíduos, em especial advindo das pessoas idosas, como duas entrevistadas destacaram. Acreditamos que isso ocorre pelo choque geracional produzido pela quebra de paradigmas que estas mulheres provocam ao adentrarem em um ramo de trabalho historicamente masculino. E também, por compreender que as

relações sociais que embasaram a formação social da pessoa idosa são consubstanciadas por outros aspectos e valores que, por vezes, já se encontram em desconstrução na contemporaneidade. E isso é sentido em situações que, para esse público específico, é motivo de causar estranhamento social.

O preconceito também ocorre pelo ângulo da orientação sexual da mototaxista. Grande parte das entrevistadas disse já terem sido rejeitadas nas ocorridas por força de um questionamento social acerca da orientação sexual das mesmas. Isso foi colocado por seis das entrevistadas.

A gente percebe que os/as passageiros olham diferente. É como se achasse que a gente é 'sapatão'. O povo não se acostuma com mulher fazendo coisa de homem não! (Mtx 4).

Teve uma vez que uma mulher chegou na praça e eu era a 'da vez', aí ela olhou e perguntou se não podia ser um mototáxi, pois tinha medo de andar com mulher que pilota moto. Mas deu pra ouvir quando ela disse ao mototáxi que tinha medo de eu 'dá em cima dela' (Mtx 3).

Diante das falas elencadas, percebemos que as próprias mulheres são disseminadoras das bases preconceituosas para com outras mulheres. Isto mostra a força das relações sociais de gênero disseminados em nossa sociedade. A classificação em termos ocupacionais da divisão sexual do trabalho na atividade de mototaxista dissemina o masculino como padrão hegemônico para o ocupante deste meio profissional. E, corroborando com Lobo (1991) é perceptível que na divisão sexual do trabalho o trabalho masculino tem valor superior ao feminino e, sendo assim e pelas marcas das construções sociais, a inserção de mulheres em postos de trabalho tradicionalmente de homens, será marcada por resistências dada a hierarquização (KERGOAT, 2008) desses espaços e também não aceitação imputado aos homens.

O preconceito exercido a partir da orientação sexual escamoteia o caráter impositivo da norma social masculina que segrega este tipo de trabalho para as mulheres. Por outro lado, sem querer culpabilizar as mulheres que expressam este preconceito, uma vez que a determinação social que ainda vigora é a da heteronormatividade, cabe perguntar: será que não existe uma

solidariedade das mulheres na ocupação de determinadas tarefas ditas masculinas?

As mulheres mototaxistas de Caicó/RN além de enfrentar as dificuldades inerentes ao processo e organização do trabalho deste tipo de serviço ainda tem que conviver com esta questão do preconceito que afeta o aspecto objetivo do trabalho, mas, também com o lado subjetivo de cada mulher.

Temos que lutar muito para combater o preconceito da sociedade. Vejo isso como uma grande dificuldade (Mtx 7).

O preconceito nos humilha (Mtx 5).

As falas das entrevistadas estão carregadas de determinadas palavras que demonstram a intensidade e a dimensão da questão para a atividade de trabalho das mototaxistas: “maior dificuldade”; “lutar muito (...) grande dificuldade”; “nos humilha”. Além de ter que reverter todas as entraves burocráticos, ter que conquistar espaços frente a concorrência com os homens, elas tem que buscar forças internas para enfrentar a desconfiança da população. Este enfrentamento não é somente físico e argumentativo, mas envolve um esforço mental e cognitivo para quebrar, desmistificar, contrapor as práticas sociais que configuram o lugar da mulher no mundo, principalmente nas relações de trabalho. Ao fazê-lo de forma individual torna esta empreitada muito difícil de ser ultrapassada (Kergoat, 2010). Portanto, estas mulheres estão sob uma divisão sexual do trabalho em que se ressaltam as dimensões de classe e gênero.

Isso se dá porque a sociedade, ainda, se mostra condicionada por atribuições sociais que fixam ideias ao que é do homem e o que é da mulher, de forma a estabelecer áreas de trabalho ditas como feminina e masculina. E como o público da nossa pesquisa são mulheres inseridas em setores de trabalho, essencialmente, masculinizados, as mesmas encontram forte resistência social.

Indagamos as mototaxistas sobre quem melhor pilota a moto, na busca de levantar se existe delas própria alguma forma de preconceito quanto à atuação das suas colegas. Elas assim se expressaram:

Eu acho que a mulher pilota bem melhor [...] preste atenção para ver se você já ouviu alguma vez falar de um acidente com uma mulher moto-taxista em Caicó? A gente tem mais atenção (Mtx 4).

Sem dúvida a mulher. Ela é mais atenciosa e nunca bate (Mtx 1).

A mulher. Somos mais cuidadosas e atenciosas. Os homens num tão nem aí! Não tem muita atenção não! (Mtx 7).

O homem, sem dúvida. Meu antigo patrão é meu grande exemplo (Mtx 3).

Percebemos na fala da Mtx 3 um conservadorismo baseado em uma cultura patriarcal machista, visto que a mesma não se percebe, na condição de mulher, com igual capacidade que o homem para exercer a sua própria profissão. Contraditoriamente, portanto, ela reforça a divisão sexual do trabalho que vem rompendo ao exercer seu trabalho de mototaxista, reforçando preconceitos.

Em contrapartida, as demais entrevistadas se veem como profissionais aptas e com capacidade para atuar nesta profissão. Contudo, observamos que as mesmas se referem a “qualidades” naturalizadas como femininas, como: cuidadosa e atenciosa, para explicitar o motivo da mulher pilotar melhor a moto. Neste sentido, percebemos que as mulheres absorveram o discurso hegemônico que configuram as relações sociais de gênero. Este discurso dissemina a ideia de que as mulheres exercem determinadas atividades devido às características que lhe são naturais e que facilitam o exercício de certas atividades de trabalho. Elas são aceitas então por possuírem estas características e não por serem boas profissionais no sentido de sua qualificação na atividade em que exerce.

#### 5.3.2.1 As relações de trabalho nas “praças” de mototáxis em Caicó/RN

As análises aqui empreendidas buscam entender como se conformavam as relações de trabalho com os homens nos espaços de trabalho, após a inserção dessas mulheres na referida atividade. Existe uma divisão entre elas referente a este aspecto. Para quatro das entrevistadas não

ocorreram resistências por parte dos companheiros de trabalho quanto à inserção das mesmas nas referidas praças. Elas afirmaram que, embora seja um tipo de trabalho, naturalizado, para homens, conseguem manter uma relação ausente de preconceitos e discriminações.

Já 03 (três) afirmaram ter havido preconceito quando as mesmas passaram a compor o coletivo de trabalhadores/as na praça a qual atuam.

Quando eu cheguei pra trabalhar eles olhavam estranho, sei lá. Mas acho que era porque tinha gente que chegava e preferia 'fazer a corrida' comigo, mesmo que não fosse 'minha vez'. [...] uma vez um disse que ia começar a usar saia pra ver se o povo queria andar [risos] (Mtx 2).

Como não trabalho em praça é ainda pior, eu acho! Tanto o povo como os mototáxis olham pra mim diferente, eu sinto! (Mtx 6).

Importante percebermos que a fala acima transcrita da Mtx 6 traz elementos que mostram os condicionantes que envolvem a realização da atividade de mototaxistas sob os pilares da informalidade da informalidade. É notória a associação que a entrevistada faz a ideia de sofrer discriminação por ser mulher e atuar em um ramo visto como masculinizado, mas também, por atuar fora da norma da região que é a inserção em uma "praça" de mototaxi. São aspectos que afetam o cotidiano de trabalho dos/as profissionais que atuam na clandestinidade.

Quanto ao fato de ter clientela fixa, a maioria afirmou não possuir. O motivo apresentado por cinco das entrevistadas foi devido à forma de pagamento não compensar este tipo de expediente. Segundo elas, sendo cliente fixo, na maioria das vezes, o pagamento das "corridas" realizadas somente seria realizado no final do mês. E, para, além disso, elas enfatizam que há uma "cobrança" por parte da clientela de desconto no valor cobrado pela "corrida", pelo fato de ser realizada várias vezes durante o dia.

Outro aspecto que mostra o desinteresse em firmar contrato com clientes fixos é que, segundo os relatos, os/as clientes, por criarem uma espécie de vínculo com as profissionais, estendem o tempo da realização da "corrida", ocasionando o dispêndio maior de tempo, não compensado na remuneração. Isso fica evidente na fala a seguir:

As vezes o cliente abusa da boa vontade [...] a corrida é pra ir deixar no supermercado, por exemplo, aí ela quer que a gente espere. E temos que cobrar o mesmo valor de uma corrida normal. Então não tem futuro. Deixei de pegar cliente fixo (Mtx 2).

Esta situação é desencorajada, também, pelo prejuízo nos valores recebidos em um período. Pelas comparações feitas por elas entre o cliente fixo e as corridas avulsas, a primeira redundava em perdas reais nos valores recebidos. Além do mais, ocorreram situações de atrasos no pagamento. Sendo assim, as mulheres entrevistadas apontaram que não têm mais interesse nessa relação de serviço com os/as passageiros/as, uma vez que isso ocasiona, na maioria das vezes, na diminuição da renda mensal.

As outras duas afirmam possuir clientes. Relataram não ter tido, ainda complicações como os elementos apresentados acima.

Eu tenho alguns poucos clientes fixos. Geralmente pessoas lá do local que faço o curso técnico. É bom porque é uma espécie de renda fixa. Um salário que posso contar e sei que vou ter todo fim de mês [risos] (Mtx 1).

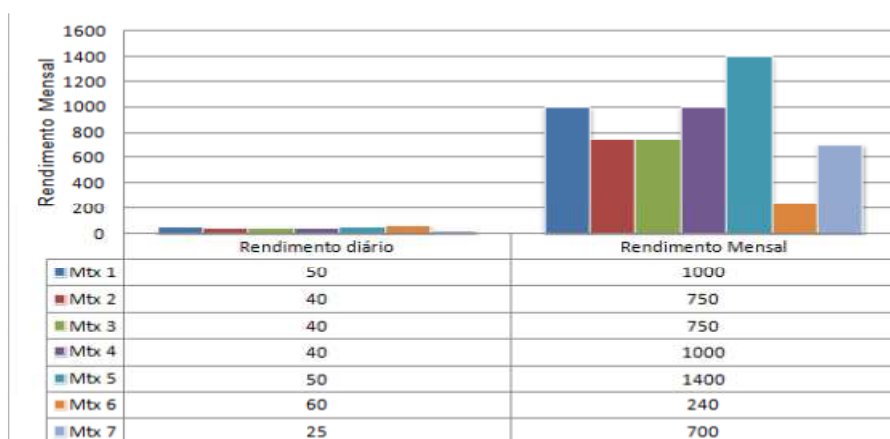
Interessante perceber a associação que a entrevistada Mtx 1 fez com relação a remuneração advinda do pagamento feito pelo/as clientes. Como seu trabalho é autônomo não possui uma renda certa mensalmente. Ter um cliente fixo significa para ela possuir uma renda certa, somada as remunerações das corridas avulsas. É um dinheiro garantido que lhe permite alguma margem de manobra em seu trabalho.

Procuramos verificar na perspectiva das relações sociais de gênero e da divisão sexual do trabalho as características dos/as passageiros/as fixos das mototaxistas. Segundo as entrevistadas o público cliente que se torna – ou já foi – fixo, em regra geral, são, na sua maioria: mulheres, crianças e adolescentes. Este dado realça o caráter das relações sociais de gênero do mercado de trabalho, pois na prática as mulheres são preteridas por adultos e homens. A sua clientela reforça a construção social de que as mulheres mototaxistas de Caicó/RN são cuidadosas e atenciosas para o traslado, por exemplo, da criança e adolescente pra escola.

### 5.3.2.2 A remuneração das mototaxistas: marca da divisão sexual do trabalho em Caicó/RN

As desigualdades entre homens e mulheres se evidenciam, principalmente, pela diferença em relação à remuneração recebida ao longo da jornada de trabalho. Bruschinni (2008) afirma que mesmo estando ocupando um cargo igual (em atribuições, competências) a de um homem, a mulher tende a receber remuneração inferior em relação à dele. A partir dos dados levantados na pesquisa em Caicó/RN, ficou evidente esta diferenciação de remuneração.

Gráfico 3: Relação da remuneração das mototaxistas de Caicó/RN



Fonte: pesquisa de campo/ 2015.

No propósito de fazer uma comparação para assim aprofundar a análise dos dados, questionamos a um homem mototaxista acerca da sua remuneração e, em consonância, sua jornada de trabalho. O mesmo afirmou receber, em média, R\$ 80,00 (oitenta reais) no dia e que trabalha de domingo a domingo numa média de 10h (dez horas) diárias. Contabilizando as horas e rendimento semanal e mensal do respectivo trabalhador temos: 50h/200h e R\$560,00/R\$ 2.240,00, respectivamente.

Mesmo compartilhando um setor de trabalho com traços característicos da informalidade, com espaços de trabalho iguais, excetuando-se o caso da mototaxista que não pertence a nenhuma praça, praticando os mesmos valores nas corridas, as mulheres mototaxistas tendem a ter a remuneração inferior a

dos homens mototaxistas. O que explica esta situação? Pelos nossos dados podemos dizer que é o modo como se organiza a jornada de trabalho entre os mototaxistas e as mototaxistas. Na divisão sexual do trabalho deste setor em Caicó/RN, percebe-se que os homens organizam sua jornada de trabalho em função de sua atividade de mototaxista, enquanto as mulheres precisam dividir e compatibilizar o tempo da sua jornada de trabalho nas “praças” e o tempo de sua vida com os afazeres domésticos.

Enquanto o homem ocupa a maioria do seu tempo no espaço da produção, a mulher ocupa parte do tempo no espaço público e a outra parte no espaço privado. Esta divisão do tempo de trabalho da mulher nestes dois espaços não é idêntico, nem homogêneo e nem estático. O tempo da jornada de trabalho dos homens geralmente dura até 10 horas e se configura em determinados turnos do dia. Subentende-se que o mesmo não realiza nem outro trabalho concomitante ao de mototáxi, nem tarefas domésticas em seu lar.

Para as mulheres, embora se tenha uma sistemática na definição do tempo de sua jornada de trabalho nos espaços público e privado, os cuidados com a casa, com os filhos, com outros familiares (mãe, pai, tios, etc.) pode requerer uma pausa em sua jornada para atender as necessidades da vida reprodutiva. Além do mais, seja ao meio dia ou no período do fim de tarde e a noite as mulheres mototaxistas tem que dar uma pausa em sua jornada de trabalho para poder cuidar dos afazeres em geral da casa.

Este contexto permite afirmar que não sendo o homem mototaxista responsável pela realização das tarefas no espaço doméstico, o mesmo possui maior tempo livre para exercer e permanecer no campo de trabalho e, conseqüentemente, adquirir um rendimento maior em comparação a de uma mulher. Por outro lado, ao ter que dedicar parte significativa de seu tempo para as atividades privada as mulheres deixam de ganhar dinheiro com as “corridas”, por exemplo, e isso evidencia a menor remuneração em relação os homens quando exercem a mesma atividade.

E, outra reflexão diz respeito as condições de perplexa exploração do trabalho o qual este trabalhador se impõe para a obtenção da renda supramencionada. Todavia, mesmo estando ambos – homens e mulheres – inseridos neste cenário de precarização e exploração, é notório ser a mulher a



que sofre mais aguçadamente os reflexos da divisão social e sexual do trabalho.

Leone (2010, p. 12), a partir de pesquisa realizada para traçar o perfil de trabalhadores/as na economia informal, apresenta que:

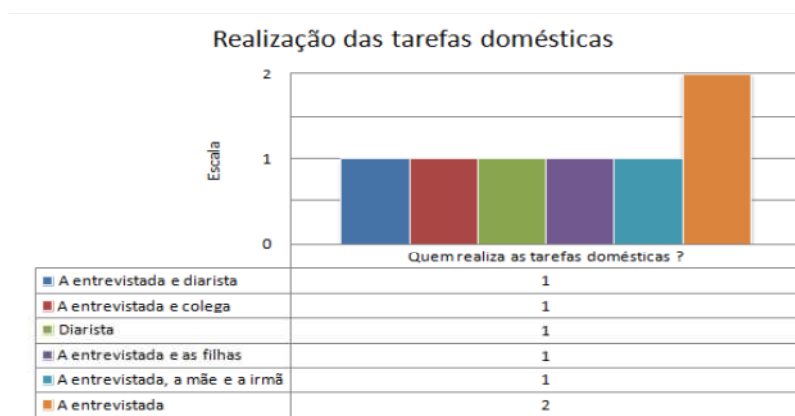
Ainda que a informalidade diga respeito ao trabalho de homens e mulheres [...] a presença da mulher nesta categoria tende a penalizá-las mais do que os homens, porque a diferença de rendimentos entre homens e mulheres tende a ser maior e a mulher, uma vez inserida no setor informal, apresenta maiores dificuldades de sair dele.

Assim, a pesquisa realizada com as mototaxistas trazem as evidências que caracterizam o cenário do mercado informal no contexto de reprodução capitalista, haja vista que como também apresenta Bruschini (2008) são as mulheres, devido o reflexo das relações sociais de gênero, as que sentem mais nitidamente as marcas da precarização.

#### 5.4 A divisão do trabalho doméstico das mototaxistas de Caicó/RN: evidências da divisão sexual do trabalho

Os dados relativos à distribuição da realização das atividades no âmbito doméstico pelas mototaxistas corroboram a discussão antes apresentada. Quando indagadas como se dava à distribuição das atividades domésticas as respostas variaram, conforme tabela a seguir:

Gráfico 4: Análise da execução das atribuições domésticas pelas mototaxistas de Caicó/RN



Fonte: pesquisa de campo/ 2015.

Percebemos, portanto, que seis das entrevistadas realizam atividades domésticas e, apenas, uma não assume trabalhos do lar. Das seis que realizam atividades domésticas, apenas duas assumem sozinhas as diversas tarefas do lar. Três das seis são ajudadas por familiares ou pessoas próximas (mãe, irmã e colega). Duas das mototaxistas delegam a outras mulheres a realização do trabalho na esfera reprodutiva, sendo que uma delas ainda ajuda a diarista.

Os dados mostram, portanto, que são somente as mulheres que assumem os afazeres domésticos. Em sua maioria elas possuem mais de uma jornada de trabalho. O nível de prolongamento e intensidade da jornada de trabalho difere para cada uma das mototaxistas. No caso das mototaxistas que possuem filhos, para além das atribuições com passar, limpar, cozinhar, as respectivas mulheres ainda cuidam dos mesmos, assim, entendemos ser sua jornada de trabalho mais intensa. Porém, não significa dizer que as outras mulheres não sintam o reflexo da divisão sexual do trabalho.

Percebemos, assim, “o excesso de trabalho sobre os ombros femininos” (CABREIRA e WOLFF, 2013, p. 209), e a responsabilidade das mototaxistas, pois, no caso da maioria das entrevistadas, são elas as encarregadas pela manutenção financeira do lar, além dos cuidados domésticos. E, por ser seu emprego um trabalho autônomo, requer a extensão de jornadas de trabalho para a concretização de uma remuneração que garanta as condições mínimas de sobrevivência.

#### 5.4.1 A divisão do trabalho de manutenção das “praças” entre os/as mototaxistas: aspectos da divisão sexual nos espaços de trabalho

Outro aspecto que evidencia a divisão sexual do trabalho entre os/as trabalhadores/as mototaxistas é quanto à atribuição das tarefas de manutenção da limpeza das praças nas quais as mototaxistas atuam. Pelos dados levantados (observação e entrevistas) cabem as mulheres (mototaxista ou diarista) a atribuição de fazer a manutenção das praças, que envolve atividades de: varrer, organizar o material de trabalho e fazer cafezinho.

Uma das entrevistadas disse ser responsável pela realização da limpeza da praça em que trabalha. Nas demais praças o serviço de manutenção é externalizado para outra mulher – diarista. Por mais que em número a evidencia não mostre ser as próprias mulheres mototaxistas que se responsabilizam pelas tarefas de limpeza – que comunga com os traços das atividades domésticas – nas praças, o fato de ser a mulher a responsável por tal atividade, já evidencia que existe uma divisão sexual do trabalho. No universo de quase vinte trabalhadores, com apenas uma mulher, como é o caso da praça que a mototáxi afirma se responsabilizar pela manutenção, ser ela, em meio a muitos homens, a responsável por tal trabalho, constata as marcas das relações sociais de gênero quanto ao que é trabalho exercido por homem e trabalho exercido por mulheres.

E, nos demais casos, constatamos, novamente, o processo de delegação para uma mulher das atividades que carregam as marcas do trabalho doméstico. Vemos, então, se afirmar a dominação masculina frente às mulheres. Existe uma repetição da naturalização das atribuições domésticas como sendo algo próprio e destinado às mulheres. E mais, que mesmo adentrando a esfera do trabalho produtivo, a responsabilização pelas tarefas relacionadas ao fazer de cuidados e limpeza continua como sendo feminina.

### 5.5 A organização política das mulheres mototaxistas em Caicó/RN

Historicamente as mulheres foram privadas da sua participação nos espaços de organização política. Diante desse traço sócio-histórico, procuramos com a realização deste estudo, compreender como se dá essa forma de organização por parte das mototaxistas em Caicó/RN, evidenciando os limites e conquistas no tocante a esse aspecto. Assim como, se a atuação em um ramo empregatício essencialmente masculinizado dificulta ou favorece essa organização.

A proposta de levantar essa problemática é, também, pra tentar visualizar como se dá a formação da consciência de classe por parte das pessoas envolvidas na atividade como mototaxista a partir da inserção, ou não, em espaços de participação política. Busca-se, também, perceber o

conhecimento delas acerca do movimento feminista e /ou de mulheres e, compreender – caso exista - como se dá a organização desse (s) movimento (s) na cidade de Caicó/RN.

Partindo desses pressupostos, indagamos se as entrevistadas conhecem a associação dos/as profissionais mototaxistas no referido município e, se as mesmas são vinculadas e/ou mantêm aproximação política. Todas afirmaram conhecer a Associação e, seis afirmam ter vinculação com a referida entidade da categoria. A única entrevistada que afirmou não ter vinculação com a referida entidade foi a Mtx 6, ou seja, a que não mantêm vinculação a nenhuma “praça” de mototáxi.

Quanto à participação nas reuniões e assembleias da Associação, momentos de tomadas de decisão, todas afirmam que não frequentam estas atividades e que não costumam participar de nenhum encontro coletivo que envolvesse lutas em prol da categoria. A única exceção foi a participação delas em um ato público, em que os/as mototaxistas foram as ruas da cidade protestar pela ausência de segurança pública devido a morte de um mototáxi, em situação de assalto na própria “praça” que atuava.

Mesmo sendo relevante a manifestação do ato apresentado acima, não houve posterior a este, a organização da categoria para, por exemplo, reivindicar do poder público o aperfeiçoamento da política de segurança pública. A manifestação foi um ato pontual e espontâneo de protesto, fazendo perceber, portanto, não existe uma maior vinculação e formação política por parte da categoria.

E, ainda questionamos as mototaxistas se há participação de alguma mulher na composição da diretoria da entidade representativa citada. Todas afirmaram não saber se existe, haja vista que nenhuma relatou fazer parte ou já ter feito. Tal constatação recai na análise do distanciamento que essas mulheres ainda possuem acerca da importância do engajamento na militância política em sua categoria profissional. Neste sentido, vigora, ainda, a supremacia masculina nos espaços de organização política.

É inexistente a participação política das mototaxistas em sua entidade de classe, não deve ser imputada meramente a uma possível falta de consciência política já que outros elementos da divisão sexual do trabalho devem ser considerados. A intensiva jornada de trabalho a qual as mulheres

entrevistadas vivenciam em seus cotidianos, pode ser um fator impeditivo dessa inserção, haja vista, que elas não possuem tempo livre. Aquele tempo que deveria ser utilizado para o lazer, para cuidar de aspectos pessoais, para realizar outro tipo de atividade qualquer, inclusive a participação política, é usado para trabalhar no espaço doméstico, com afazeres domésticos ou cuidado com familiares. Paradoxalmente, seu tempo livre é ocupado.

Isso mostra que as trabalhadoras mototaxistas precisam desenvolver mais sua consciência de classe quanto ao seu pertencimento social e político para tal, uma vez que “não basta pertencer a uma classe para se ter a consciência dela” (CISNE, 2014, p. 34).

Para aprofundar a participação política ou não das mototaxistas ainda indagamos sobre a vinculação ou não das entrevistadas em algum movimento social, feminista, de mulheres e/ou outros. E, mais uma vez, todas afirmaram não ter nenhuma vinculação a algum movimento social na cidade de Caicó/RN.

Cabe nesse aspecto realçar algumas considerações acerca de como se caracteriza os movimentos sociais na cidade palco dessa pesquisa. Conforme apresentando no ponto 4.1, Caicó/RN é uma cidade interiorana com fortes traços conservadores. As mobilizações oriundas de movimentos sociais são bem tímidas, assim como a própria existência dos mesmos. O movimento negro é um dos que mais se destaca não só no município, como também na região do Seridó, devido à existência de comunidades quilombolas e da comunidade dos Negros do Rosário. Mas, mesmo assim, não se percebe uma construção política por parte do movimento, sendo visível sua manifestação apenas em datas alusivas a cultura negra.

Quanto ao movimento de mulheres, houve uma iniciativa por parte de mulheres que se inquietavam com as bases que norteiam as construções sociais de gênero na família, na escola, etc. e algumas estudiosas do contexto de violência doméstica e familiar que se organizaram e formaram o Conselho Popular para a Mulher por volta dos anos de 2007. As mesmas se reuniam para tratar de temas pertinentes, especialmente, a violência contra mulher. Contudo, devido condições estruturais e objetivas (ausência de sede própria, fragmentação do coletivo das mulheres, vinculação das conselheiras na direção de movimentos sindicais), o referido conselho não possui mais uma base ativa.

Importante frisar que foi a partir desse movimento que foi desencadeada a exigência de criação da Coordenadoria e Conselhos de Defesa dos Direitos da Mulher.

Na parte dos órgãos da gestão governamental e de controle social, após a criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004, os municípios passaram a serem cobrados para criação de suas coordenadorias de políticas públicas para as mulheres e seus respectivos conselhos de direitos.

Em Caicó/RN, a Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher foi criada no ano de 2011, a partir da lei nº 4.487. E, conforme exposto na referida lei, Art. 1º, alínea e, tal instrumento tem como atribuições:

[...] e) Manter canais permanentes de relação com os movimentos de mulheres organizados e constituídos legalmente e outros órgãos de promoção e defesa dos direitos das mulheres, apoiando o desenvolvimento das atividades dos grupos e instituições, sem interferir no conteúdo e orientação de suas atividades.

A partir disso, foi criado também o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – a partir da Lei nº 4.486/2011 -, o qual tem em sua composição representantes da sociedade civil e órgãos governamentais de forma paritária.

Os referidos instrumentos não evidenciam uma pauta de luta e construção de uma consciência política de forma contínua e de modo a fomentar a participação das mulheres, uma vez que não oportunizam a abertura política, como também, por ter em sua composição bases governamentais.

São perceptíveis, também, os entraves quanto aos recursos para destinação de ações voltadas ao aperfeiçoamento político das/os conselheiras/os, redundando em um quadro acrítico desses/as sujeitos no tocante as discussões voltadas a política e/ou segmento ali representado. Ficando suas atividades restritas a manifestações em datas alusivas, como o 8 de março e reuniões ordinárias, as quais são exigidas para continuidade do conselho. Evidenciando, assim, a caracterização burocrática ainda visível por parte da composição e operacionalização dos conselhos, uma vez que, em sua

maioria, tem presente de modo hegemônico os propósitos do governo, ocasionando assim o enfraquecimento político e militante desses espaços.

Com base nisso, perguntamos as entrevistadas se as mesmas tinham conhecimento da existência desses instrumentos e, em todas as respostas obtidas o resultado visto foi de ausência de conhecimento acerca da existência dos mesmos.

Isso traz a tona pensarmos dois aspectos. Primeiro, a não publicização da existência de um instrumento de controle social municipal quanto às políticas da mulher para que a população e, especialmente as mulheres, possuam conhecimento de seu pertencimento, para assim, aproximarem-se; segundo, o distanciamento das mulheres mototaxistas da participação nesses espaços a partir tanto do desconhecimento, como pela dinâmica que perpassa a caracterização do seu cotidiano de trabalho, seja na esfera produtiva como na reprodutiva, que a impossibilita de ativar essa participação.

Assim, na cidade de Caicó/RN, o movimento feminista não possui bases de organização consistentes no engajamento da luta dos direitos das mulheres. O que existe são aproximações acerca das discussões em torno das múltiplas temáticas que norteiam o campo de debate feminino, mas que não se articularam, ainda, na perspectiva militante.

Outro aspecto analisado foi quanto a organização coletiva das mulheres enquanto mototaxistas imersas em um campo de trabalho essencialmente masculinizado. Buscou-se levantar a existência de trocas de experiências entre as mesmas, assim como a procura pela legitimação nesse espaço.

Os dados obtidas a partir das entrevistas, assim como as leituras, nos fizeram perceber que há uma relativa aproximação entre algumas das mototaxistas, mas não pelo viés do pertencimento a uma mesma classe e categoria profissional, mas por aproximações informais mediadas pelos laços de amizade. Podemos afirmar que não há entre as mototaxistas uma articulação que fortaleça sua organização no meio profissional ao qual pertencem. Essa realidade ainda é evidente devido aspecto como a discriminação sofrida pelas mulheres nos espaços de organização política, haja vista ser um campo ainda impregnado pela presença masculina, como também, pelo distanciamento crítico acerca da importância que essa

articulação traria no que tange a luta organizada das mulheres nos espaços de trabalho, dentre outras.

Assim, corroboramos com Silva (2010, p. 161), quando ela traz que “é fundamental que as mulheres deixem de ser coadjuvantes e tornem-se referências em todos os espaços de poder”, uma vez que é necessário que as experiências e anseios dessas mulheres sejam manifestados por elas e não transmitido, como aconteceu historicamente, pelos homens.

A autora supramencionada traz ainda a importância da ocupação das mulheres nas bases sindicais, haja vista que há uma relação destoante no tocante aos números de mulheres se inserindo no mercado de trabalho e, se filiando nos sindicatos. Ou seja, as mulheres se inserem no mundo do trabalho, mas não vem ocupando na mesma proporcionalidade os espaços representativos de suas categorias. Isso é reflexo, portanto, das bases naturalizantes que ainda vigoram quanto à ocupação dos espaços de organização política como sendo destinado aos homens, como também, a aguçada divisão sexual do trabalho que finda por roubar o tempo que as mulheres poderiam está se vinculando a tais espaços.



## 6 Considerações finais

Os resultados deste estudo nos permite fazer algumas considerações sobre os objetivos que colocamos inicialmente para sua realização. Antes de tudo é preciso afirmar que a análise do objeto de estudo partiu de um viés de totalidade e sob uma perspectiva crítica. Entendemos que o percurso teórico-metodológico adotado para tratar do objeto que norteou essa pesquisa foi fundamental para que pudéssemos apreender as particularidades que envolvem a vida das mulheres mototaxistas de Caicó/RN sem perde de vista a totalidade social que caracteriza suas relações de trabalho. Permitiu-nos revelar os traços da exploração, dominação e precarização que as trabalhadoras sofrem mediante a lógica perversa da inserção das mulheres no contexto do trabalho contemporâneo.

De início, constatamos, assim como foi observado nas leituras de pesquisas realizadas em outras cidades nordestinas como Crateús e Sobral/CE, que em Caicó/RN há uma precariedade na estruturação do transporte público. Esta constatação gera dois aspectos consideráveis: primeiro a carência por parte da população que necessita se locomover e não tem a oferta necessária e o acesso a um serviço público de transporte e, segundo, o surgimento de formas e/ou possibilidades alternativas de trabalho, como é o caso dos/as mototaxistas. Esses dois aspectos foram, então, responsáveis pelo surgimento desse ramo de trabalho em Caicó/RN, o que abriu possibilidades de empregabilidade para as pessoas desempregadas ou subempregadas da região. Tornando-se, assim, segmento profissional importante na região, já que a cidade é carente de oportunidades no mercado de trabalho.

Mostram que as mototaxistas são mulheres que tem um nível de qualificação considerável para as condições de permanência no mundo do trabalho. Entretanto, o contexto econômico e social empurram estas mulheres para as oportunidades de emprego que fazem parte de um setor com características de trabalho autônomo e informal. Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer que algumas escolheram efetivamente se inserir neste setor em busca de uma utópica autonomia de trabalho, uma ocupação “livre” de exploração. Seja pelas oportunidades existentes localmente, seja pelo desejo das mototaxistas, a inserção neste tipo de trabalho mostra que a divisão

sexual do trabalho se efetiva na medida em que permitirá que as mulheres possam ocupar o espaço público, sem deixar de cumprir suas “responsabilidades” com os cuidados com o espaço privado.

O fato de ocupar um tipo de trabalho que geralmente era destinado aos homens mostra o protagonismo das mototaxistas. Entretanto, as condições de seu exercício, seja pela determinação de sua jornada de trabalho ou pela remuneração, por exemplo, demarcam a separação entre a atividade do homem mototaxista e a atividade da mulher mototaxista. As relações sociais que se concretizam em Caicó/RN levam a uma divisão sexual do trabalho, na qual são mantidas características de dominação, precarização e exploração da sua força de trabalho.

A esta caracterização econômica da região juntam-se aspectos do social e do político, com rebatimentos nos costumes, hábitos e valores da sociedade local. Percebemos que o tecido social mostra-se permeado por traços conservadores, em face de um processo sócio-histórico marcado pelo coronelismo que finda por trazer reflexos de uma cultura paternalista e clientelista.

Neste contexto se evidenciam concepções essencialistas sobre a prática social de homens e mulheres, principalmente em relação ao trabalho. Foi perceptível perceber nas entrelinhas da pesquisa, assim como nos discursos diretos das entrevistadas, a presença do preconceito contra as mulheres exercerem uma atividade que socialmente é entendida como de homens. Este preconceito implica na recusa em fazer “corrida” com as mototaxistas, o que implicitamente traz à tona a visão naturalizada que a mulher não é boa condutora. Na maioria das “corridas” são preteridas em relação aos homens, salvo quando os passageiros são mulheres e crianças. O preconceito se efetiva, também, quando a população correlaciona a presença das mulheres nesse tipo de atividade como consequência da orientação sexual, o que evidencia traços conservadores e naturalizados acerca da consciência homofóbica que permeia o pensamento social.

A divisão sexual do trabalho fica bem demarcada no contexto da atividade destas trabalhadoras, com influências diretas do patriarcado no tocante ao cotidiano das mulheres mototaxistas. Percebemos que há uma dominação/exploração dos homens para com as mesmas, seja nas relações de

trabalho, seja nas relações sócio-familiares. A elas são incumbidas atribuições ditas inatas como forma de caracterizar seu papel na sociedade e isso traz como reflexo a permanência desse binômio. Vemos, então, o sistema social do patriarcado determinando contemporaneamente a realidade social.

A divisão sexual do trabalho se configura no aspecto dos rendimentos das mototaxistas. Elas têm uma renda diária, semanal e mensal menor que dos homens. Portanto, se erige nas relações sociais de gênero do trabalho de mototaxistas de Caicó/RN o princípio da hierarquização abordado por Kergoat e Hirata (2008), uma vez que as mulheres mototaxistas realizam a mesma atividade que os homens mototaxistas, mas seus rendimentos são inferiores.

O trabalho dos homens mototaxistas é mais valorizado não somente porque eles conseguem uma renda maior no final de sua jornada de trabalho (diária, semana e mensal), mas, também, porque são mais procurados e aceitos nas “praças” para fazer as “corridas”. É importante frisar uma nuance nesse aspecto, pois diferente dos vínculos de contrato formal, como apresenta Bruschini (2008), em que homens e mulheres ocupando uma mesma função têm disparidade salarial, com os/as mototaxistas a realidade torna-se ainda mais complexa. Com elas se aguça o prisma que a remuneração é inferior exatamente por que essas mulheres tem sua jornada de trabalho intensificada com a responsabilização da realização das tarefas domésticas. Sendo assim, vemos, então, evidenciar-se o princípio da separação, ou seja, socialmente o trabalho doméstico ainda é responsabilidade das mulheres, enquanto os mototaxistas homens podem dedicar-se inteiramente a sua atividade de condutor de passageiros.

As análises mostram ainda que as mototaxistas possuem uma jornada de trabalho intensificada, pois além da realização do trabalho na esfera produtiva, essas mulheres continuam sendo as responsáveis pelas atribuições domésticas e cuidados com os/as filhos/as e parentes (mãe, por exemplo), assim como as responsáveis pela realização dos cuidados com a limpeza dos ambientes de trabalho, evidenciando que há, portanto, uma extensão da responsabilização com as atribuições do lar para a esfera de trabalho. E, quando esse trabalho doméstico ou extensão deste não é realizado diretamente pelas entrevistadas, são outras mulheres as que são delegadas para essa função. É perceptível a presença e permanência feminina nesse tipo

de trabalho, retratando que o Estado, aliado ao capital, se apropria dessa naturalização como estratégia de uso de força de trabalho gratuita e que finda por desresponsabilizar-se de iniciativas em políticas públicas que venham acabar com a carga de trabalho sofrida pelas mulheres na esfera privada.

Os resultados deixaram perceptível que a inserção na atividade de mototaxistas se deu pela busca de autonomia nas relações de trabalho, sendo a ausência da figura patronal e a “liberdade” para organização da jornada de trabalho os fatores mais apontados para justificar tal busca. Porém, observamos que essas mulheres não tem consciência crítica das bases de exploração e precarização as quais são postas em seus cotidianos de trabalho. Mesmo não tendo presente uma relação assalariada e obrigatoriedade do cumprimento de determinada carga horária de trabalho, as entrevistadas não percebem o grau de exploração ao qual são submetidas para o atendimento das suas necessidades.

Para conseguir uma remuneração adequada a sua manutenção elas precisam de um tempo maior de permanência nos espaços de trabalho, já que dependem diretamente da presença de passageiros/as e/ou clientes. Além do que, precisam diretamente ou através de prepostas realizarem as atividades domésticas. A autonomia buscada é limitada e entendida por nós como vivência de intensificação da jornada de trabalho, ou seja, realização de muitas “corridas” num curto espaço de tempo, e sobrecarga de tarefas nos âmbitos público e privado, consubstanciando, assim, uma precarização das situações de trabalho das mototaxistas em Caicó/RN.

Aliado a esses aspectos ainda tem a ausência do acesso direto aos direitos trabalhistas, uma vez que por ser uma atividade informal não garante que essas mulheres, assim como os mototaxistas, gozem desses direitos. E, mesmo àquelas que percebem a necessidade da vinculação previdenciária, afirma não contribuir devido preferir arcar com a contribuição de algum parente, geralmente pai e/ou mãe. Mostrando, portanto, que por mais que elas tenham consciência acerca da importância do acesso aos direitos trabalhistas, suas condições objetivas do cotidiano as distanciam disso, realçando mais uma vez as marcas históricas das relações sociais de gênero e classe.

As análises da pesquisa mostraram, também, o distanciamento das entrevistadas da organização política tanto individual como coletiva. As

mototaxistas não estão ligadas a nenhum tipo de movimento político da sociedade, nem tampouco, participa das atividades políticas da própria entidade representativa dos profissionais mototaxistas de Caicó/RN. Desde 2011 existe uma entidade representativa desses profissionais na cidade. Em nossa análise isso ocorre na cidade de Caicó/RN devido às relações sociais de gênero, classe e raça estarem arraigadas em uma divisão social e técnica do trabalho que estabelece atribuições para homens e mulheres, a estas últimas sendo reservado o trabalho desqualificado, repetitivo, de baixa remuneração e desvalorizado socialmente. Para isto contribui as ideias do patriarcado que ajuda a estabelecer costumes e convenções e manter a mulher no espaço da reprodução social.

Por força deste contexto, os resultados permitem apontar a falta de compreensão de um pertencimento de classe por parte das entrevistadas. De forma mais intrínseca, observamos que as mulheres mototaxistas não mantêm uma articulação e aproximação política enquanto pertencentes a uma mesma categoria profissional.

Esperamos que os resultados e a discussão encetados nesta dissertação possam contribuir para desenvolver e potencializar a visão crítica, política e reflexiva das mulheres mototaxistas da cidade de Caicó/RN. Os dados aqui apresentados evidenciam aspectos importantes da realidade das situações de trabalho das mototaxistas que devem ser discutidos com as mesmas e com outros segmentos sociais no intuito de produzir novas relações sociais e em consequência uma nova divisão sexual do trabalho com bases mais igualitárias para as mulheres.

Com esta dissertação buscamos trazer a nossa contribuição para as discussões feministas pela além dos muros da academia. Essa empreitada é urgente, assim como necessária, pois no processo do movimento de cunho emancipatório, precisamos trazer elementos para a construção da consciência de classe das mulheres no intuito de, juntas/os, lutarmos por uma sociedade mais igualitária e permeada de justiça social. Esperamos ter contribuído a partir do âmbito do Serviço Social para o movimento feminista, que é um imperativo necessário para alcançarmos a emancipação das mulheres.

## Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo (orgs.). *A Dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Averso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. *O caracol e a concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. *A nova nova morfologia do trabalho e suas principais tendências*. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *A corrosão do trabalho e a precarização estrutural*. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). *O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

\_\_\_\_\_.; ALVES, G. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. In: *Educ.soc., Campinas, vol.25, n. 87, maio/ago, 2004*.

ALVES, Giovanni. *O novo ( e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. *A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização*. In: ANTUNES, Ricardo (orgs.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. *Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI*. *Cadernos de pesquisa*, v. 43, n. 149, p. 452-477, 2013.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; DURÃES, Bruno José Rodrigues. *Informalidade e desproteção: uma realidade para a maioria das mulheres trabalhadoras*. In: ÁVILA, Maria Betânia; COSTA, Albertina; Silva, Rosane (orgs.). *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para Democracia, 2010.

ÁVILA, Maria Betânia. *Divisão sexual do trabalho e emprego doméstico no Brasil*. In: \_\_\_\_\_.; COSTA, Albertina; Silva, Rosane (orgs.). *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para Democracia, 2010.

BARRETO, Robério Pereira. *Moto táxi: subemprego e degradação do homem*. III Seminário de políticas sociais e cidadania. 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2007 – (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 2).

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BRUSCHINI, Cristina. *Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional*. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira; HIRATA, Helena; SORJ, Bila (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos*. Cadernos de Pesquisa, v. 37, p. 537-572, set./dez. 2007.

BULPORT, Andrée Kartchevsky. *Trabalho feminino, trabalho das mulheres: forças em jogo nas abordagens dos especialistas*. In: et. al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CABREIRA, Lucas Ferreira; WOFF, Simone. *Precarização e informalidade na indústria de confecções em Cianorte (PR): crise na tutela trabalhista*. In: ANTUNES, Ricardo (orgs.). *O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. São paulo: Outras Expressões, 2013.

CISNE, Mirla. *Gênero. Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

\_\_\_\_\_. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

COELHO, Modesto Siebra. *A nova onda no transporte urbano: mototáxi*. Sobral/CE: Edições UVA, 1997.

COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. *Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classe*. In: et. al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CONTO, Juliana. *Exposição ao ruído e proteção auditiva em moto-taxistas*. 2008.156f. Tese – Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2008.

CORDOVIL, Daniela; SOUZA, Rosinaldo Silva. *Antropologia das trocas econômicas informais e ilícitas*. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP. N. 1 dez 2008.

COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, Lilia Blima. *Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres*. In: GODINHO, Tatau; VENTURI, Gustavo (orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

DEDECCA, Cláudio S. *Setor informal e informalidade no Brasil*. *Ciência Hoje*, v. 39, n. 234, p. 18-23, jan./fev. 2007.

DUQUE, Adauto Neto Fonseca; GOMES, Antônio Nilson. *Mototáxi: uma alternativa no transporte urbano de Sobral?* *Revista homem, espaço e tempo*. Março de 2009.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FALQUET, Jules. *Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal*. In: *Mediações*. Londrina, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). *O trabalho das mulheres: tendências contraditórias*. São Paulo: Sempre-viva organização feminista – SOF, 1999.

FERNANDES, Florestan. (Org.) K. Marx, F. Engels. *História*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1984.

FERREIRA, Rafael Bastos. *Mobilidade urbana e trabalho informal: o espaço dos mototaxistas no meio urbano em Macapá – AP*. *Revista Percurso – NEMO*, v. 3, n. 1, p. 89-105, 2011.

FERREIRA, Maria da Luz Alves. *Invasão de Território? Impactos da inserção de mulheres em ocupações consideradas masculinas: frentistas e policiais femininas de Montes Claros – MG*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

FEUVRE, Nicky Le. *Modelos de feminização das profissões na França e Grã-Bretanha*. In: In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira; HIRATA, Helena; SORJ, Bila (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FLUENTES, Maritzel Ríos. *Setor informal e reestruturação produtiva: uma alternativa de emprego nos anos 90?* In: CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério. *Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec-Abet, 1997.

FRAÇA, Gilberto Cunha. *O trabalho no espaço da fábrica: um estudo da General Motors em São José dos Campos (SP)*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.



FREITAS, Revalino Antônio; NUNES, Jordão Horta. *Trabalho e gênero: entre a solidariedade e desigualdade*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2001.

FONSECA, N. R. R. *Sobre duas rodas: o mototáxi como uma invenção de mercado*, Revista Democracia Viva, 2006, 31, 3-9.

GAMA, Andréa de Souza. *Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2014.

GALEAZZI, Irene; HOLZMANN, Lorena. *Precarização do trabalho*. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (Orgs.). *Dicionário de trabalho e tecnologia*. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 259-265.

GUILLAUMIN, Colette. *Práctica del poder e ideia de natuleza*. In: FALQUET, Jules; CURIEL, Ochy (Orgs.). *El patriarcado al desnudo: tres feministas materialistas: Colette Guillaumin – Paola Tabet – Nicole Claude Mathieu*. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. [Publicado inicialmente em *Questions Féministes*, ns. 2 e 3, fev./maio 1978.]

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as mudanças de origem cultural*. São Paulo: edições Loyola, 1992.

HIRATA, Helena. *Vida reprodutiva e produção: família e empresa no Japão*. In: et. al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. *A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 24-41.

\_\_\_\_\_. *Divisão sexual do trabalho: novas tendências e problemas atuais*. In: Fundação Seade. *Gênero no mundo do trabalho*. São Paulo: Ellus, 2000. P. 188-218.

\_\_\_\_\_. *Globalização e divisão sexual do trabalho*. *Cadernos Pagu* (17/18) 2001/02: p.139-156.

\_\_\_\_\_. *Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero*. In. *Gênero, Tecnologia e Trabalho*. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, nº 4, 1998. p. 5-27.

\_\_\_\_\_. *Crise mundial e o impacto da reestruturação produtiva na divisão sexual do trabalho*. In: COSTA, Albertina; ÁVILA, Maria Betânia de Melo (orgs.). *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: SOS CORPO, 2010.

\_\_\_\_\_. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e para a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_; KERGOAT, Danièle. *Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França e Japão*. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina

de Oliveira; HIRATA, Helena; SORJ, Bila (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e Relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; SENOTIER, Danièle (orgs.). *Dictionnaire critique du féminisme*. Ed. Presses Universitaires de France. Paris, novembro de 2000. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003.

\_\_\_\_\_. *Dinâmica e Consubstancialidade das Relações Sociais*. 11 Congresso da Associação Francesa de Sociologia (AFS) em Bordeaux. Novos Estudos. Traduzida por Antonia Malta Campos para revista técnica de Helena Hirata. 2010

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no serviço social*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JINKINGS, Nise. *As formas contemporâneas da exploração do trabalho nos bancos*. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs.). *O avesso do trabalho*. 1ª ed. São Paulo: expressão Popular, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª. ed., São Paulo : Atlas 2003.

LESSA, Sérgio. *Comunismo: de que se trata?* In: Galvão, A (orgs.). *Marxismo de Socialismo no século XXI*, p. 197 – 210. São Paulo: Cemarx/Xamá, 2005.

\_\_\_\_\_. *Abaixo à família monogâmica!* São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

\_\_\_\_\_. *Serviço social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho*. Maceió: EDUFAL, 2007.

LEONE, Eugênia Troncoso. *O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras da economia informal*. Escritório da OIT no Brasil, 2010.

LIRA, Samira Valentim Gama. *Comportamento preventivo e de risco no trânsito, referido por mototaxistas regulamentados em Fortaleza/CE*. Dissertação de mestrado. Universidade de Fortaleza (UNIFOR). 2008. 68p.

LOBO, Elizabeth Souza. *A classe trabalhadora tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 1991.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheira e gerente: desafios enfrentados pelas mulheres em posições de comando na área de tecnologia. In: In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira; HIRATA, Helena; SORJ, Bila (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

\_\_\_\_\_. *A persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho*. In: ÁVILA, Maria Betânia; COSTA, Albertina; Silva, Rosane (orgs.). *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para Democracia, 2010.

LOURENÇO, Edivânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia. *O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

LUNA, Juscelino Perreira; OLIVEIRA, Roberto Vêras. *A nova reprodução do trabalho precário e os mototaxistas de Campina Grande – PB*. Revista Latinoamericana de estudos do trabalho, Ano 16, nº 25, 2011, 91 – 119.

KOLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. 4ª reimpressão, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. (tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio). 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (reimpressão: 2002).

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. *O capital*. Vol I, livro I, Abril Cultural, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_; ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MARUANE, Margaret. *Emprego, desemprego e precariedade: uma comparação europeia*. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira; HIRATA, Helena; SORJ, Bila (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. *Espaço feminino no mercado produtivo*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2013.

MEDEIROS, Priscilla Brandão. *Trabalho de quem? Mulheres moto-taxistas no município de Caicó/RN: entre a quebra de paradigmas na divisão sexual do trabalho e a exploração patriarcal-capitalista*. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/RN, Mossoró/RN. 2009, 82f.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007. [tradução Ana Cotrin, Vera Cotrin].

\_\_\_\_\_. *Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda*. In: ANTUNES, Ricardo (orgs.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEZES, Josiane; SUCUPIRA, Gicele. *O duelo dos coletes: notas sobre pesquisas com mulheres mototaxistas em Rondônia e no Amazonas*. 18º REDOR. UFPE, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. DESLANDES, Suely Ferreira. *Pesquisa Social – Coleção Temas Sociais*. Ed. Vozes. 32ª edição, 1994.

MONTAGNER, Paula. *A Reestruturação Produtiva e o Desemprego da Mulher*. In: COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci; LIMA, Maria Ednalva Bezerra; SOARES, Vera. [Org.]. *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

MOTA, Elizabete; AMARAL, Ângela Santana. *A reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social*. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). *A nova fábrica de consensos*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. Paulo. *Razão, Ontologia e Práxis*. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 44, abril, 1994.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_ e BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. *O trabalho duplicado: a divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_, J. H., Dutra, L. G., & Landeiro, M. L. Trabalho e gênero nas interações de serviços. *Sociedade e Cultura*, 11 (2), 2008, 285-303.

OLINTO, Gilda; OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti. *Gênero e trabalho precário no Brasil urbano: perspectivas de mudanças*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABP, Caxambú/MG, 2004.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. *Keynesianismo, Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado*. In: \_\_\_\_\_; ANDRADE, Mariana Alves; MELO, Edivânia. *Marx, Mézáros e o Estado*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PELATIERI, Patrícia e LIMA, Maria Ednalva Bezerra. *Trabalho produtivo e reprodutivo: redução da jornada e fim das horas extras*. In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica; PRADO, Milena; SOUZA, Tereza e SOARES, Vera (orgs). *Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico*. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2008.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, Márcio. *Desempregados no Brasil*. In: *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. ANTUNES, R. (org.). São Paulo: Boitempo, 2006.

PONTES, Reinaldo Nobre. *Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

POSTHUMA, Anne Caroline. *Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina*. In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice R, de Paiva (orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo, Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

QUEIROZ, Fernanda Marques; LIMA, Rita de Lourdes; GURGEL, Telma. *Gênero e serviço social: múltiplos enfoques*. Natal/RN: EDUFRN, 2012.

RIZAVI, Sayyid Salman; SOFER, Catherine. *Trabalho doméstico e organização do tempo dos casais: uma comparação internacional*. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira; HIRATA, Helena; SORJ, Bila (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

RICHARTZ, Terezinha. *Conceituando gênero e patriarcado*. Acessado em : [www.projeto.org.br/amanpbook/map\\_ter](http://www.projeto.org.br/amanpbook/map_ter). 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente).

SANTOS NETO, Artur Bispo. *Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxiana*. São Paulo: Insituto Lukács, 2013.

SANTOS, Vinícius Oliveira. *Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Rosane. *Igualdade de oportunidades na vida, no trabalho e no movimento sindical*. In: ÁVILA, Maria Betânia; COSTA, Albertina; Silva, Rosane (orgs.). *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para Democracia, 2010.

SOARES, Marcos Antônio Tavares. *Trabalho Informal: da funcionalidade à subsunção ao capital*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2008.

SOUZA, Vanessa Bezerra; VELOSO, Renato. *Gênero e serviço social: desafios a uma abordagem crítica*. São Paulo: Saraiva, 2015.

SORJ, Bila. *Trabalho remunerado e trabalho não – remunerado*. In: OLIVEIRA, Suely; RECANÂM, Marisol; VENTURI, Gustavo (orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, jul/dez 1990, v. 16, nº 2.

SCAVONE, Lucila. *O feminismo e Michel Foucault: afinidades eletivas?* In: FOUCAULT, Michel. *O legado de Foucault*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SOUZA, Reivan Marinho. *Controle capitalista e reestruturação produtiva: Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP*. Maceió: EDUFAL, 2011.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e ergologia. In: SCHWARTZ, Y; DURRIVE, L. (orgs). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007.

TAVARES, Maria Augusta. *O fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004

TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. 2ª ed. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

TONET, Ivo. *Cidadão ou homem livre?* In: \_\_\_\_\_. *Democracia ou liberdade?* 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 2004.

\_\_\_\_\_. Educação, cidadania e emancipação humana. Acessado em: [www.ivotonet.xpg.uol.com.br](http://www.ivotonet.xpg.uol.com.br)



---



---



---

10. Qual seu rendimento diário e mensal?

11. Você contribui para o orçamento de seu grupo familiar ou seus rendimentos são somente para você? Caso contribua, qual é a porcentagem?

12. Quando estou em casa sou responsável pelas seguintes tarefas...

	Sim, sozinha	Sim, a maior parte	Sim,divido igualmente c/alguém	Sim, mas pouco	Não participo dessa atividade
_cuidar das crianças/adolescentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
_cuidar das pessoas que precisam de cuidados Especiais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
_cuidar da limpeza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
_fazer compras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
_cozinhar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
_lavar/ passar roupas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
_serviço de manutenção da casa (reparos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

13. Você tem quem lhe ajuda nas tarefas/ocupações/atividades domésticas?



Sempre ( ) Algumas vezes ( ) Não ( )

Quem é (são) esta(s) pessoa(s)? Qual a frequência desta ajuda?

### **DADOS PROFISSIONAIS**

14. Há quanto tempo você trabalha como mototaxista?

15. Você exerce outra(s) atividade(s) de trabalho remunerado além de mototaxista?

Sim ( ) Não ( ) Eventualmente ( )

Para as respostas de SIM e EVENTUALMENTE:

15.1. Função:

15.2. Horas de trabalho semanal:

15.3. Salário:

16. Já teve outro emprego antes? Qual?

17. Quantas horas você trabalha por dia?

18. Qual o seu turno de trabalho? Turno diurno ( ) Turno noturno ( )  
) Turnos mistos (diurno e noturno) ( )

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS – CCSA**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PPGSS**

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

19. Quais os fatores que levaram você a se tornar uma mototaxista?
20. Após a inserção nesse tipo de trabalho, o que mudou em sua vida (aspectos sociais, econômicos, profissionais)?
21. Já sofreu algum tipo de preconceito por atuar como mototaxista?
22. Já foi negado alguma vez seu trabalho por algum cliente?
23. Participa de alguma entidade organizativa da profissão?
24. É vinculada a algum movimento social?
25. Quais as principais dificuldades e desafios que você sentiu (senti) atuando na profissão de mototaxista e na sua vida?
26. Você se sente realizada profissionalmente?
27. O que seria teoricamente atribuição do mototaxista? Existe algum documento que te diga?
28. Existem momentos de trocas de informações entre você e suas colegas? Como se dão estes momentos?
29. O que você considera como um dia bom de trabalho?
30. Quais suas considerações acerca das suas condições de trabalho?
31. Como você se sente ao chegar em casa após um dia de trabalho?

**ANEXO A – LEI DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE CAICÓ/RN**

**ANEXO B – LEI NACIONAL QUE REGULAMENTA A ATIVIDADE DE  
MOTOTAXISTA**

**ANEXO C – LEI MUNICIPAL QUE REGULAMENTA A ATIVIDADE DE  
MOTOTAXISTA**